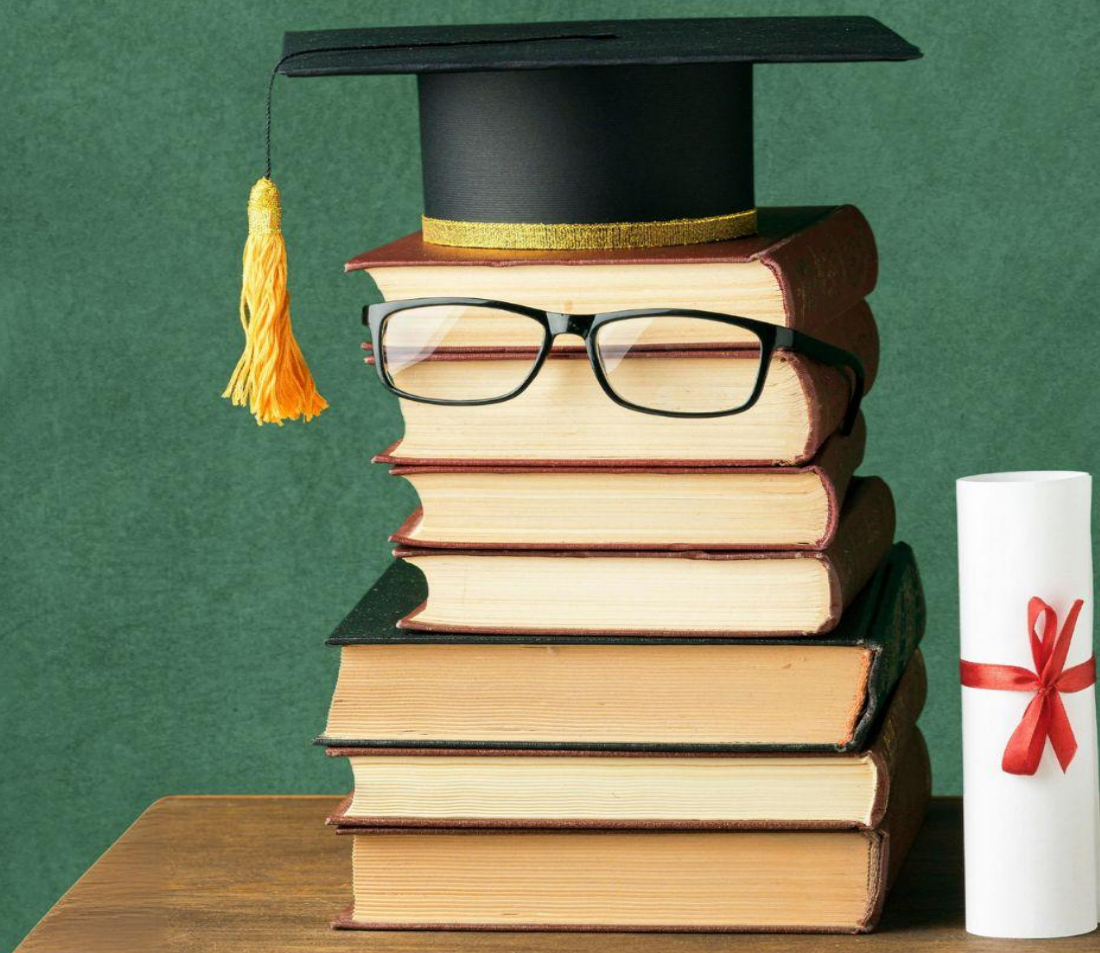




EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DO SÉCULO XXI



**Weider Silva Pinheiro; Maurício Aires Vieira
Francisco Jorge Gondim; Tamires Almeida Bezerra
Mickelle Sousa Santos; Euzébio Rodolfo Silva Nunes
Albanísia Teixeira da Costa; Luciana Barbosa Corrêa
Allyson Francisco dos Santos
(Organizadores)**

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DO SÉCULO XXI

1ª EDIÇÃO.



ORGANIZADORES

Weider Silva Pinheiro
Maurício Aires Vieira
Francisco Jorge Gondim
Tamires Almeida Bezerra
Mickelle Sousa Santos
Euzébio Rodolfo Silva Nunes
Albanísia Teixeira da Costa
Luciana Barbosa Corrêa
Allyson Francisco dos Santos

DOI: 10.47538/AC-2025.06



Ano 2025

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DO SÉCULO XXI

1ª EDIÇÃO.

Catálogo da publicação na fonte

Educação e sociedade em perspectiva: desafios e possibilidades no ensino do século XXI [Recurso eletrônico] / Organizado por Weider Silva Pinheiro... [et al.]. — 1. ed. — Natal : Editora Amplamente, 2025.

PDF.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-89928-92-8

DOI: 10.47538/AC-2025.06

1. Educação. 2. Sociedade. 3. Educação Básica. 4. Desafios da educação. I. Pinheiro, Weider Silva. II. Vieira, Maurício Aires. III. Gondim, Francisco Jorge. IV. Bezerra, Tamires Almeida. V. Santos, Mickelle Sousa. VI. Nunes, Euzébio Rodolfo Silva. VII. Costa, Albanísia Teixeira da. VIII. Corrêa, Luciana Barbosa. IX. Santos, Allyson Francisco dos.

CDU 37
E24

Elaborada por Mônica Karina Santos Reis CRB-15/393

Direitos para esta edição cedidos pelos autores à Editora Amplamente.

Editora Amplamente
Empresarial Amplamente Ltda.
CNPJ: 35.719.570/0001-10
E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br
www.amplamentecursos.com
Telefone: (84) 999707-2900
Caixa Postal: 3402
CEP: 59082-971
Natal- Rio Grande do Norte – Brasil
Copyright do Texto © 2025 Os autores
Copyright da Edição © 2025 Editora Amplamente
Declaração dos autores/ Declaração da Editora:
disponível em
<https://www.amplamentecursos.com/politicas-editoriais>

Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarete Freitas Baptista
Bibliotecária: Mônica Karina Santos Reis CRB-15/393
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação:
Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Capa: Canva®/Freepik®
Parecer e Revisão por pares: Revisores

Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).



Ano 2025

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Andreia Rodrigues de Andrade
Dra. Camila de Freitas Moraes
Ms. Caroline Rodrigues de Freitas
Fernandes
Dra. Cláudia Maria Pinto da Costa
Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo
Me. Danilo Sobral de Oliveira
Dra. Danyelle Andrade Mota
Dra. Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Dra. Elane da Silva Barbosa
Dra. Eliana Campêlo Lago
Dr. Elias Rocha Gonçalves
Dr. Everaldo Nery de Andrade
Dra. Fernanda Miguel de Andrade
Dr. Izael Oliveira Silva
Me. Luciano Luan Gomes Paiva
Dra. Mariana Amaral Terra
Dr. Máximo Luiz Veríssimo de Melo
Dra. Mayana Matildes da Silva Souza
Dr. Maykon dos Santos Marinho
Dr. Milson dos Santos Barbosa
Dra. Mônica Aparecida Bortoletti
Dra. Mônica Karina Santos Reis
Dr. Raimundo Alexandre Tavares de Lima
Dr. Romulo Alves de Oliveira
Dra. Rosângela Couras Del Vecchio
Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade
Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte
Dr. Wanderley Azevedo de Brito
Dr. Weberson Ferreira Dias

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Cláudia Silva Lima
Me. Carlos Eduardo Krüger
Ma. Carolina Pessoa Wanderley
Ma. Daniele Eduardo Rocha
Me. Francisco Odécio Sales
Me. Fydel Souza Santiago
Me. Gilvan da Silva Ferreira
Ma. Iany Bessa da Silva Menezes
Me. João Antônio de Sousa Lira
Me. José Flôr de Medeiros Júnior
Me. José Henrique de Lacerda Furtado
Ma. Josicleide de Oliveira Freire
Ma. Luana Mayara de Souza Brandão
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa
Me. Márcio Bonini Notari
Ma. Maria Antônia Ramos Costa
Me. Maria Aurélio da Silveira Assoni
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves
Ma. Maria Vandia Guedes Lima
Me. Marlon Nunes Silva
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro
Bressan
Ma. Sandy Aparecida Pereira
Ma. Sirlei de Melo Milani
Me. Vanilo Cunha de Carvalho Filho
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz
Me. Wildeson de Sousa Caetano
Me. William Roslindo Paranhos



APRESENTAÇÃO

A educação, enquanto processo dinâmico e transformador, ocupa um lugar central na construção de sociedades mais justas, equitativas e inclusivas. No entanto, os desafios contemporâneos exigem uma reflexão profunda sobre as práticas pedagógicas, as políticas públicas e as bases teóricas que sustentam o ensino e a aprendizagem.

Este e-book busca explorar as múltiplas dimensões da educação, integrando conhecimentos da neurociência, da pedagogia crítica, da avaliação escolar e das políticas públicas, com o objetivo de oferecer um olhar abrangente e atualizado sobre os temas que permeiam o cenário educacional atual.

No Capítulo 1, adentramos o campo da neurociência aplicada à aprendizagem, explorando como a compreensão dos processos cerebrais pode revolucionar a prática educacional. A plasticidade cerebral, as emoções e a atenção são analisadas como elementos-chave para metodologias que promovam um ensino mais eficaz, humanizado e alinhado às necessidades dos estudantes.

O Capítulo 2 problematiza os desafios da avaliação escolar, questionando a ênfase no modelo tradicional baseado em provas e notas. Em contraponto, discute se a avaliação formativa, que valoriza o feedback contínuo, o desenvolvimento de competências socioemocionais e uma formação integral dos estudantes.

No Capítulo 3, refletimos sobre a docência no século XXI e o papel do professor como mediador da aprendizagem. A relação entre tecnologia e humanização é abordada como um caminho para um ensino mais dinâmico e inclusivo, sem perder de vista a dimensão afetiva e relacional que define o vínculo pedagógico.

O Capítulo 4 examina a educação como um direito fundamental, destacando a importância das políticas públicas na garantia do acesso e da qualidade do ensino. A legislação educacional brasileira é analisada à luz dos desafios estruturais, como as desigualdades socioeconômicas e a valorização docente, apontando caminhos para um sistema educacional mais equitativo.

No Capítulo 5, exploramos a aprendizagem colaborativa e o trabalho em equipe como estratégias pedagógicas essenciais para o desenvolvimento de competências



Ano 2025

cognitivas e socioemocionais. A interação entre os alunos e a mediação do professor são apresentadas como pilares para uma educação mais dinâmica e conectada às demandas do século XXI.

O Capítulo 6 aborda a neurodiversidade e a importância da inclusão de estudantes com diferentes formas de funcionamento cerebral, como TEA, TDAH e dislexia. São discutidas estratégias como o ensino multissensorial e a flexibilização curricular para promover uma escola verdadeiramente inclusiva.

Por fim, no Capítulo 7, mergulhamos na pedagogia crítica a partir das contribuições de Paulo Freire e John Dewey. A educação é compreendida como um ato político e emancipatório, capaz de transformar realidades e formar cidadãos críticos, participativos e engajados. Ao reunir conhecimentos interdisciplinares, esta obra convida à reflexão, ao diálogo e à inovação, incentivando novas práticas educacionais que respeitem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Boa leitura!
Os organizadores!



Ano 2025

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	8
NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM: O QUE A CIÊNCIA NOS ENSINA SOBRE ENSINAR	
Milene Menezes Monteiro Mickelle Sousa Santos Francisco Jorge Gondim Albanísia Teixeira da Costa DOI: 10.47538/AC-2025.06-01	
CAPÍTULO II	23
DESAFIOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR: PARA ALÉM DAS PROVAS E NOTAS	
Marcelino Gomes de Araújo Carlos Daniel Chaves Paiva Raquel Mara Alves de Sousa Tamires Almeida Bezerra DOI: 10.47538/AC-2025.06-02	
CAPÍTULO III.....	39
DOCÊNCIA NO SÉCULO XXI: MEDIAÇÃO, TECNOLOGIA E HUMANIZAÇÃO	
Marcelino Gomes de Araújo Maria Daliane Ferreira Barroso Sivanilda Caxias Quadros Giorgia Luciana Lima Castelo Branco DOI: 10.47538/AC-2025.06-03	
CAPÍTULO IV	54
EDUCAÇÃO COMO DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO E QUALIDADE	
Maurício Aires Vieira Yuri de Lima Ribeiro Weider Silva Pinheiro Evelyn Aida Tonioli Valente DOI: 10.47538/AC-2025.06-04	
CAPÍTULO V.....	70
APRENDIZAGEM COLABORATIVA E TRABALHO EM EQUIPE: O IMPACTO DAS INTERAÇÕES NO CONHECIMENTO	
Weider Silva Pinheiro Evelyn Aida Tonioli Valente DOI: 10.47538/AC-2025.06-05	
CAPÍTULO VI.....	85
EDUCAÇÃO E NEURODIVERSIDADE: ESTRATÉGIAS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Weider Silva Pinheiro Evelyn Aida Tonioli Valente DOI: 10.47538/AC-2025.06-06	

CAPÍTULO VII.....	102
PEDAGOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: AS PERSPECTIVAS DE FREIRE E DEWEY	
Flávio Augusto de Freitas	
Carlos Daniel Chaves Paiva	
Maurício Aires Vieira	
Cláudia dos Santos	
DOI: 10.47538/AC-2025.06-07	
INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANIZADORES.....	114
ÍNDICE REMISSIVO.....	116

CAPÍTULO I

NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM: O QUE A CIÊNCIA NOS ENSINA SOBRE ENSINAR

Milene Menezes Monteiro¹

Mickelle Sousa Santos²

Francisco Jorge Gondim³

Albanísia Teixeira da Costa⁴

DOI: 10.47538/AC-2025.06-01

RESUMO: A neurociência tem contribuído significativamente para a compreensão dos processos de aprendizagem, evidenciando como o cérebro humano se adapta e responde a estímulos educacionais. O avanço das pesquisas na área demonstra que fatores como emoções, atenção e memória desempenham um papel crucial na assimilação de conhecimentos. A plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade do cérebro de modificar suas conexões em resposta à experiência, reforça a necessidade de metodologias pedagógicas que favoreçam essa adaptação contínua. O objetivo deste capítulo é discutir algumas contribuições da neurociência para a educação, destacando estratégias que potencializam a aprendizagem, como o ensino ativo, o uso de múltiplos sentidos e a consolidação do conhecimento por meio da repetição espaçada. Além disso, busca-se refletir sobre o impacto de fatores como estresse e privação do sono na cognição, enfatizando a importância de um ambiente educacional que promova bem-estar e engajamento. O presente texto fundamenta-se em autores como Damásio (2011), que explora a relação entre emoções e aprendizado, Medina (2008), que apresenta princípios para a aprendizagem eficaz baseados na neurociência, e Jensen (2009), que aborda práticas educacionais neurocientificamente embasadas. Conclui-se que a compreensão dos mecanismos neurais da aprendizagem pode contribuir para um ensino mais eficaz e humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: plasticidade cerebral, emoções, aprendizagem ativa.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre como o cérebro aprende tem se expandido consideravelmente nas últimas décadas, trazendo impactos significativos para o campo educacional. A neurociência, ao investigar os processos cerebrais relacionados à aprendizagem, tem oferecido novas perspectivas para a prática docente, ajudando professores a compreender como o conhecimento é adquirido, armazenado e processado pelos estudantes. A importância desse diálogo entre neurociência e educação reside no

¹ Licenciada em Geografia. Universidade Federal do Ceará (UFC). milenemenezesmonteiro@gmail.com.

² Mestra em Psicologia Educacional UNIFIEO. mickellesantos@hotmail.com.

³ Mestrando em Educação. Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO). franciscocgondim@gmail.com.

⁴ Mestra em Ciências Morfofuncionais. Universidade Federal do Ceará (UFC). nizatcosta@gmail.com.

fato de que ensinar não se trata apenas de transmitir informações, mas de facilitar a construção do conhecimento por meio de estratégias que respeitem o funcionamento do cérebro humano (Rato; Caldas, 2010).

Os avanços tecnológicos na área da neurociência permitiram identificar que a aprendizagem está diretamente relacionada à plasticidade cerebral, isto é, à capacidade do cérebro de se modificar e formar novas conexões neurais ao longo da vida. Essa descoberta tem implicações profundas para o ensino, pois demonstra que a inteligência não é fixa e que o aprendizado contínuo pode reestruturar a mente de maneira positiva (Oliveira, 2014). A neurociência, portanto, não apenas contribui para a compreensão dos mecanismos cognitivos da aprendizagem, mas também fornece subsídios para o aprimoramento das metodologias pedagógicas.

Nesse sentido, a relação entre neurociência e educação tem despertado o interesse de pesquisadores e educadores, pois compreender o funcionamento cerebral pode ajudar a desenvolver práticas de ensino mais eficazes. Segundo Hammes de Carvalho (2011), a neurociência pode fundamentar um saber pedagógico, proporcionando subsídios teóricos para a ação docente e favorecendo uma maior interlocução entre ensino e aprendizagem. Isso implica uma necessidade urgente de repensar as estruturas curriculares dos cursos de formação de professores, garantindo que o conhecimento neurocientífico seja incorporado de maneira mais efetiva.

A neuroeducação surge, assim, como um campo interdisciplinar que busca integrar descobertas da neurociência ao contexto educacional, auxiliando professores na compreensão dos processos cognitivos e emocionais envolvidos na aprendizagem. Para Rato e Caldas (2010) fatores como atenção, memória, motivação e emoção desempenham papéis fundamentais no aprendizado, indicando que estratégias pedagógicas precisam levar em consideração esses elementos para serem mais eficazes.

Além disso, as emoções são fatores determinantes no processo de aprendizagem, uma vez que influenciam a capacidade de retenção e recuperação da informação. De acordo com Damásio (2011), as emoções estão diretamente ligadas à tomada de decisões e ao armazenamento de memórias, o que reforça a importância de criar um ambiente escolar acolhedor, que favoreça o engajamento dos estudantes e minimize fatores como estresse e ansiedade. Dessa forma, o conhecimento neurocientífico pode

auxiliar educadores a desenvolver estratégias mais eficazes para promover o bem-estar dos alunos e otimizar o aprendizado.

Outro aspecto essencial abordado pela neurociência é o impacto do sono e do bem-estar na cognição. Estudos mostram que a privação do sono prejudica funções essenciais para a aprendizagem, como a consolidação da memória e a capacidade de concentração (Rodrigues; Caldas, 2010). Sendo assim, promover hábitos saudáveis e considerar a importância do descanso no desempenho acadêmico dos estudantes deve ser uma preocupação constante nas políticas educacionais.

No campo da memória, Izquierdo (2002) destaca que aprender é um processo dinâmico que envolve a formação de novas conexões sinápticas, a consolidação de informações na memória de longo prazo e a evocação dessas informações em momentos apropriados. Para maximizar a retenção do conhecimento, estratégias como repetição espaçada, associação multisensorial e aprendizado ativo têm sido indicadas como métodos eficazes para melhorar a qualidade da aprendizagem.

A atenção também desempenha um papel crucial no aprendizado, pois é responsável por selecionar quais informações serão processadas pelo cérebro. Estudos demonstram que fatores como estímulos visuais, auditivos e emocionais podem influenciar a capacidade de concentração dos estudantes (Oliveira, 2014). Dessa forma, estratégias pedagógicas que envolvem variação de atividades, gamificação e ensino interativo podem ajudar a manter os alunos engajados e a melhorar a absorção do conteúdo.

Outro ponto fundamental é a necessidade de combater os chamados “neuromitos”, crenças equivocadas sobre o cérebro que podem levar a práticas educacionais ineficazes. Um exemplo é a ideia de que os indivíduos utilizam apenas 10% do cérebro ou de que há estilos de aprendizagem fixos (Rato; Castro-Caldas, 2010). A disseminação de informações baseadas em evidências científicas é essencial para garantir que professores adotem abordagens pedagógicas mais eficazes e alinhadas com o que a neurociência realmente demonstra.

A neuroeducação também tem implicações para a inclusão escolar, uma vez que a compreensão dos processos neurais pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem. Pesquisas apontam que

transtornos como dislexia, TDAH e autismo possuem bases neurológicas e que intervenções pedagógicas adequadas podem ajudar a minimizar suas dificuldades (Carvalho, 2011). Assim, a neurociência pode contribuir significativamente para a construção de um ensino mais equitativo e acessível para todos.

A aprendizagem não é um processo isolado, mas sim uma construção dinâmica que envolve múltiplas áreas do cérebro e depende da interação entre fatores biológicos, sociais e emocionais. Segundo Goswami (2006), a interseção entre neurociência e educação tem o potencial de revolucionar as práticas pedagógicas, promovendo metodologias que respeitem a diversidade dos estudantes e maximizem suas capacidades cognitivas.

Este capítulo tem como objetivo explorar as contribuições da neurociência para o ensino e a aprendizagem, analisando como o conhecimento sobre o cérebro pode fundamentar estratégias pedagógicas mais eficazes. A partir da revisão de literatura e do diálogo com estudos recentes, buscamos oferecer uma visão abrangente sobre o impacto da neurociência na educação e suas implicações para o futuro da prática docente.

Por fim, ao conectar neurociência e educação, é possível construir um modelo de ensino mais eficiente, que respeite as particularidades dos estudantes e potencialize sua capacidade de aprendizado. O desafio para os próximos anos será consolidar essa parceria entre ciência e prática pedagógica, garantindo que os avanços da neurociência possam ser aplicados de forma concreta nas escolas, beneficiando alunos e professores na busca por uma educação de qualidade.

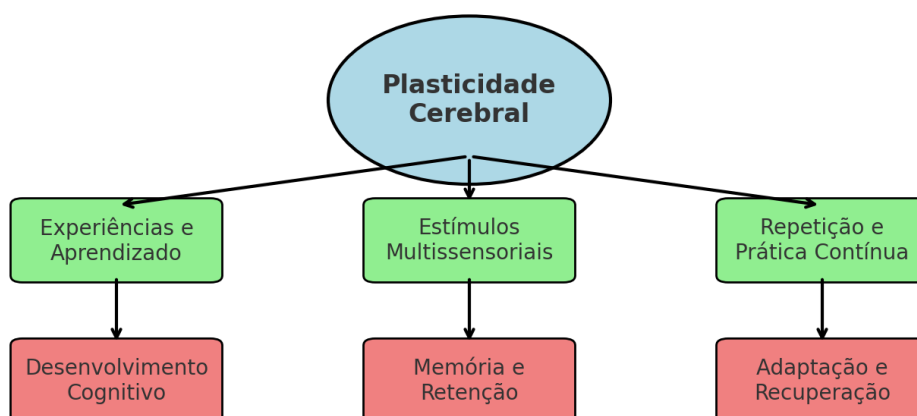
2. A PLASTICIDADE CEREBRAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

A plasticidade cerebral é um dos conceitos mais importantes da neurociência moderna e tem implicações diretas no processo de ensino e aprendizagem. Refere-se à capacidade do cérebro de modificar suas conexões neurais ao longo da vida, em resposta a experiências, estímulos ambientais e aprendizado contínuo (Oliveira, 2014). Esse fenômeno comprova que a inteligência não é fixa, mas sim dinâmica, permitindo que indivíduos desenvolvam novas habilidades independentemente da idade ou de dificuldades iniciais na aprendizagem (Izquierdo, 2002).

O conceito de plasticidade neural tem sido amplamente estudado e demonstrado por meio de pesquisas que analisam a reestruturação sináptica do cérebro em diferentes contextos. Para Damásio (2011), quando uma criança aprende a ler, seu cérebro passa por reorganizações estruturais em áreas ligadas ao reconhecimento de padrões visuais e linguísticos, fortalecendo conexões específicas. Esse processo de fortalecimento sináptico ocorre por meio da repetição e do reforço de experiências, o que destaca a importância da prática constante para a consolidação do aprendizado.

Figura 1 - Plasticidade Cerebral e implicações para o Ensino.

Plasticidade Cerebral e Implicações para o Ensino



Fonte: Elaboração própria.

Além de reforçar a importância da prática para a aprendizagem, a plasticidade cerebral também evidencia a capacidade de recuperação do cérebro diante de danos neurológicos. Pessoas que sofreram lesões cerebrais podem desenvolver novos circuitos neurais para compensar funções perdidas, demonstrando que o cérebro possui uma capacidade notável de adaptação (Jensen, 2009). Esse princípio também se aplica ao ensino, pois indica que dificuldades de aprendizagem podem ser minimizadas com abordagens pedagógicas adequadas.

No contexto educacional, a compreensão da plasticidade neural reforça a importância de metodologias ativas de ensino, que estimulam múltiplas conexões cerebrais e favorecem a retenção do conhecimento. Para Goswami (2006), o ensino ativo, que envolve o aluno na construção do conhecimento por meio de experiências, experimentação e resolução de problemas, é uma das formas mais eficazes de promover mudanças estruturais no cérebro.

Entre as estratégias pedagógicas baseadas na plasticidade cerebral, destaca-se o uso da aprendizagem intercalada e repetitiva, que permite a consolidação de informações na memória de longo prazo. Segundo Izquierdo (2002), o aprendizado ocorre de forma mais eficiente quando conteúdos são revisados em intervalos regulares e aplicados em diferentes contextos, o que fortalece as conexões neurais e amplia a retenção do conhecimento.

Outra estratégia fundamentada na plasticidade cerebral é o uso de múltiplos estímulos sensoriais no ensino. Estudos demonstram que quando diferentes modalidades sensoriais (visual, auditiva e tátil) são utilizadas no processo de ensino, há uma maior ativação de áreas cerebrais, facilitando a compreensão e o armazenamento da informação (Medina, 2008). Isso indica que professores devem diversificar suas abordagens, incorporando recursos visuais, sonoros e experimentais para otimizar o aprendizado.

Além disso, de acordo com Santos, Jorge e Winkler (2021), a neurociência tem evidenciado que a plasticidade cerebral não se restringe apenas à infância, mas se mantém ao longo da vida. Isso reforça a importância da aprendizagem contínua e da educação ao longo da vida, especialmente em um mundo onde mudanças tecnológicas e sociais exigem atualizações constantes de conhecimento.

Dessa forma, a plasticidade cerebral representa um princípio fundamental para a educação, pois demonstra que o aprendizado pode ser constantemente aprimorado e que estratégias pedagógicas bem estruturadas podem maximizar o potencial de cada aluno. Ao utilizar práticas de ensino que favorecem a adaptação e o fortalecimento de conexões neurais, os educadores podem potencializar a aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes de maneira mais eficaz.

3. EMOÇÕES E APRENDIZAGEM

As emoções desempenham um papel essencial no processo de aprendizagem, influenciando diretamente a atenção, a retenção de informações e a motivação dos estudantes. Segundo Damásio (2011), as emoções não são apenas reações superficiais, mas sim elementos fundamentais na construção do conhecimento, pois afetam a forma como o cérebro codifica e recupera informações. A neurociência tem demonstrado que experiências emocionalmente significativas ativam o sistema límbico, especialmente a amígdala, que modula a consolidação da memória e o engajamento cognitivo.

O cérebro humano prioriza informações que estão associadas a um componente emocional. Isso significa que estudantes que se sentem motivados, seguros e interessados tendem a aprender e reter o conhecimento com mais eficiência. Medina (2008) explica que a emoção atua como um “filtro” que determina quais informações serão mantidas na memória de longo prazo. Esse processo ocorre porque eventos emocionalmente marcantes aumentam a liberação de neurotransmissores como a dopamina, que fortalece as conexões neurais e facilita a aprendizagem.

Por outro lado, o estresse e a ansiedade podem prejudicar significativamente o aprendizado. Quando o aluno experimenta níveis elevados de estresse, o cérebro libera quantidades excessivas de cortisol, um hormônio que interfere na função do hipocampo, região responsável pela formação da memória (Oliveira, 2014). Isso pode resultar em dificuldades de concentração, esquecimento de informações importantes e até bloqueios de aprendizado, tornando essencial a criação de um ambiente educacional positivo e acolhedor.

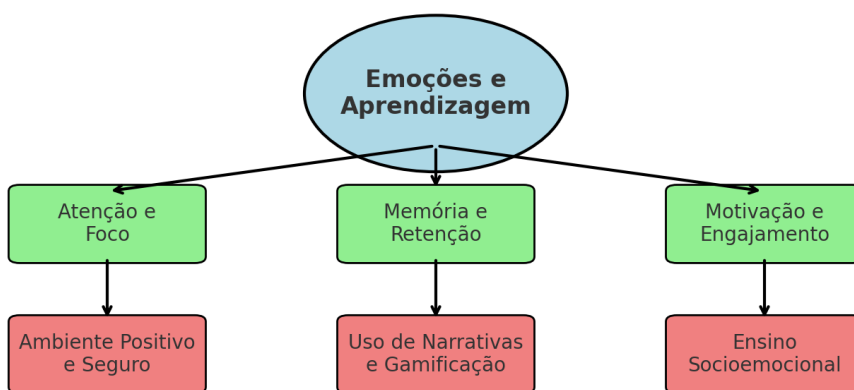
Nesse contexto, estratégias pedagógicas que promovem um ambiente emocionalmente seguro e estimulante são fundamentais para potencializar a aprendizagem. Segundo Goswami (2006), professores que utilizam abordagens que despertam emoções positivas nos alunos, como histórias envolventes, desafios instigantes e metodologias ativas, conseguem aumentar o engajamento e facilitar a assimilação de conteúdos. Além disso, atividades interativas e colaborativas estimulam a socialização e fortalecem conexões emocionais positivas com o aprendizado.

Outro aspecto importante é a relação entre emoção e motivação. Jensen (2009) destaca que o aprendizado é mais eficiente quando há um propósito claro e significativo

para o estudante. Dessa forma, conectar os conteúdos escolares com experiências do cotidiano ou aplicar metodologias baseadas em projetos reais pode aumentar a motivação e estimular a autonomia dos alunos. A neurociência sugere que a curiosidade e o interesse geram estímulos cerebrais que mantêm o aluno envolvido com o conteúdo, tornando a aprendizagem mais profunda e duradoura.

Figura 2 – A influência das emoções na aprendizagem.

A Influência das Emoções na Aprendizagem



Fonte: elaboração própria.

As emoções também afetam a atenção, que é um fator crucial no processo de ensino e aprendizagem. Rodrigues e Castro-Caldas (2010) afirmam que emoções positivas aumentam a capacidade de foco e reduzem a dispersão, enquanto emoções negativas podem gerar desmotivação e distração. Isso demonstra a importância de incluir práticas pedagógicas que despertem emoções construtivas, como o uso de narrativas inspiradoras, atividades lúdicas e aprendizado baseado em desafios e recompensas.

No ambiente escolar, a relação professor-aluno tem um impacto direto na regulação emocional dos estudantes. Pesquisas indicam que professores que demonstram empatia e constroem relações positivas com seus alunos promovem um

ambiente favorável ao aprendizado, reduzindo a ansiedade e aumentando a confiança (Carvalho, 2011). O feedback positivo, por exemplo, tem um efeito poderoso na autoestima dos estudantes e na sua disposição para aprender.

A gamificação é uma das estratégias que tem sido amplamente estudada como ferramenta para aliar emoção e aprendizagem. Jogos e desafios estruturados despertam emoções como entusiasmo e satisfação, tornando o aprendizado mais prazeroso e motivador (Barbosa, 2023). Além disso, a gamificação estimula o sistema de recompensa do cérebro, incentivando o aluno a se esforçar e persistir no aprendizado.

A importância do contexto emocional na aprendizagem também se estende à formação de memórias de longo prazo. Estudos demonstram que experiências carregadas de emoção são mais facilmente lembradas do que conteúdos apresentados de forma neutra (Izquierdo, 2002). Assim, o uso de elementos visuais marcantes, músicas e estímulos interativos pode auxiliar na fixação do conhecimento e melhorar o desempenho dos alunos.

Por fim, a regulação emocional deve ser vista como uma competência a ser desenvolvida na escola. Ensinar os alunos a lidar com emoções, controlar a ansiedade e desenvolver resiliência pode ser tão importante quanto os conteúdos curriculares tradicionais. Estratégias como a prática de *mindfulness*, o incentivo à autopercepção emocional e o ensino socioemocional são fundamentais para preparar os estudantes para desafios dentro e fora do ambiente escolar (Vicari, 2021).

A neurociência tem demonstrado que emoções e cognição são processos interdependentes e que o aprendizado ocorre de forma mais eficiente quando há um equilíbrio entre motivação, bem-estar e estímulo intelectual. Dessa forma, compreender o papel das emoções na aprendizagem não apenas aprimora as práticas pedagógicas, mas também contribui para a formação integral dos alunos, promovendo um ensino mais humano e eficaz.

4. ATENÇÃO E MEMÓRIA NA APRENDIZAGEM

A atenção e a memória são elementos fundamentais para o aprendizado, pois determinam como as informações são captadas, processadas e armazenadas pelo

cérebro. A atenção é responsável por selecionar quais estímulos serão processados de maneira consciente, enquanto a memória permite a retenção e a recuperação dessas informações ao longo do tempo (Oliveira, 2014). O funcionamento eficiente desses dois processos é essencial para garantir um aprendizado significativo e duradouro.

Pesquisas indicam que a atenção é um recurso limitado e que o cérebro humano tem dificuldades em manter o foco por longos períodos sem variação de estímulos (Medina, 2008). Por isso, estratégias pedagógicas que alternam diferentes tipos de atividades e utilizam estímulos visuais e auditivos podem ajudar a manter o interesse dos alunos e melhorar a absorção do conteúdo. Além disso, fatores como motivação e relevância do material apresentado influenciam diretamente na capacidade de concentração dos estudantes (Jensen, 2009).

A neurociência também demonstra que a atenção pode ser dividida em diferentes tipos, como a atenção seletiva, sustentada e dividida. A atenção seletiva permite que o cérebro filtre informações irrelevantes para focar em um único estímulo, enquanto a atenção sustentada possibilita a manutenção do foco por um período prolongado. Já a atenção dividida ocorre quando a mente precisa gerenciar múltiplas tarefas simultaneamente (Rodrigues; Castro-Caldas, 2010). Compreender essas diferenças pode ajudar os professores a adaptarem suas metodologias para maximizar o engajamento dos alunos.

A memória, por sua vez, é um processo dinâmico que envolve diferentes sistemas cerebrais. A memória de curto prazo, também chamada de memória de trabalho, é responsável por armazenar temporariamente as informações que estão sendo processadas no momento. Já a memória de longo prazo é aquela que consolida as informações de forma mais permanente, permitindo a recuperação posterior (Izquierdo, 2002). O fortalecimento da memória de longo prazo depende da repetição, do significado do conteúdo e da conexão com conhecimentos prévios.

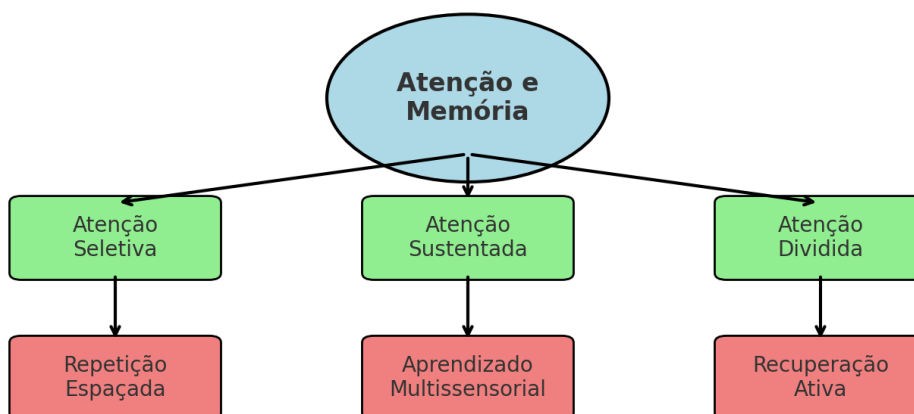
Uma das estratégias mais eficazes para a retenção do conhecimento é a prática da repetição espaçada, que consiste na revisão de conteúdos em intervalos estratégicos para reforçar as conexões neurais responsáveis pela memorização (Goswami, 2006). Diferentemente da memorização mecânica, essa abordagem permite que as informações

sejam consolidadas de maneira mais eficiente e reduz o esquecimento ao longo do tempo.

Outra técnica baseada na neurociência para otimizar a memória é a associação multisensorial, que envolve o uso de diferentes estímulos sensoriais durante o aprendizado. Estudos mostram que quando o conteúdo é apresentado por meio de múltiplos canais, como imagens, sons e experiências práticas, há um aumento na retenção e recuperação da informação (Medina, 2008). Isso reforça a importância de metodologias pedagógicas que envolvam mais do que apenas a leitura e a escuta passiva.

Figura 3 - Atenção, memória e aprendizagem.

Atenção, Memória e Aprendizagem



Fonte: elaboração própria.

Além da repetição espaçada e do aprendizado multisensorial, a técnica de recuperação ativa tem sido amplamente estudada como uma ferramenta eficaz para fortalecer a memória. Esse método envolve a prática de resgatar informações sem consultar materiais de apoio, como responder perguntas sobre um conteúdo estudado anteriormente. Segundo estudos na área da neurociência cognitiva, esse processo fortalece as conexões neurais e melhora a retenção a longo prazo (Vicari, 2021).

O sono também desempenha um papel crucial na consolidação da memória. Durante o sono, especialmente na fase REM, o cérebro organiza e armazena

informações adquiridas ao longo do dia, fortalecendo as conexões neurais responsáveis pelo aprendizado (Rodrigues; Castro-Caldas, 2010). A privação do sono pode comprometer significativamente a retenção de conhecimento, reduzindo a capacidade de concentração e aumentando a propensão ao esquecimento.

No ambiente escolar, os professores podem aplicar diversas estratégias para potencializar a atenção e a memória dos alunos. Técnicas como o uso de narrativas, histórias envolventes e aprendizado baseado em problemas estimulam o cérebro a manter o foco e criar conexões significativas com o conteúdo (Santos; Jorge; Winkler, 2021). Essas abordagens tornam o aprendizado mais interessante e ajudam a consolidar as informações de forma mais eficaz.

Outro fator que influencia a atenção e a memória é a carga cognitiva, ou seja, a quantidade de informações que o cérebro consegue processar simultaneamente. Materiais didáticos excessivamente densos e sem organização podem sobrecarregar a memória de trabalho e dificultar o aprendizado (Oliveira, 2014). Para evitar esse problema, os professores devem apresentar os conteúdos de forma estruturada e sequencial, respeitando a capacidade cognitiva dos alunos.

Dessa forma, compreender o funcionamento da atenção e da memória permite que os educadores desenvolvam estratégias mais eficazes para otimizar o aprendizado. O uso de metodologias baseadas na neurociência, como a repetição espaçada, o aprendizado multisensorial e a recuperação ativa, pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e para a formação de um ensino mais eficiente e significativo.

5. O IMPACTO DO SONO E DO BEM-ESTAR NA COGNIÇÃO

O sono desempenha um papel crucial no funcionamento cognitivo e na aprendizagem, influenciando diretamente a consolidação da memória, a atenção e a capacidade de resolver problemas. Durante o sono, o cérebro organiza as informações adquiridas ao longo do dia, fortalecendo conexões neurais essenciais para a retenção do conhecimento (Rodrigues; Castro-Caldas, 2010). Assim, a privação do sono pode comprometer significativamente o desempenho acadêmico dos estudantes, reduzindo sua capacidade de concentração e aumentando a dificuldade em assimilar novos conteúdos.

Pesquisas indicam que diferentes fases do sono desempenham funções específicas na aprendizagem. A fase de sono REM (Rapid Eye Movement) está associada à consolidação da memória emocional e ao processamento de novas informações, enquanto o sono de ondas lentas (NREM) é responsável pela fixação de conhecimentos adquiridos anteriormente (Izquierdo, 2002). Isso significa que uma rotina de sono irregular pode dificultar a retenção de informações e prejudicar o aprendizado a longo prazo.

Além do sono, o bem-estar físico e emocional também influencia o desempenho cognitivo dos estudantes. Alimentação equilibrada, atividade física regular e um ambiente escolar acolhedor são fatores que contribuem para a saúde mental e a capacidade de aprendizado (Oliveira, 2014). Estudos mostram que alunos que praticam exercícios físicos regularmente apresentam melhor atenção e memória, pois a atividade física estimula a liberação de neurotransmissores que favorecem a cognição.

O estresse crônico, por outro lado, pode afetar negativamente a capacidade de aprendizado e a regulação emocional. Quando submetido a altos níveis de estresse, o cérebro libera quantidades excessivas de cortisol, um hormônio que pode prejudicar a função do hipocampo, região cerebral responsável pela memória e pelo armazenamento de informações (Medina, 2008). Dessa forma, estratégias para reduzir a ansiedade e promover o bem-estar, como práticas de relaxamento e mindfulness, podem ser aliadas importantes no ambiente escolar.

A rotina escolar pode impactar diretamente o sono e o bem-estar dos estudantes, especialmente quando há uma sobrecarga de atividades e demandas acadêmicas. Segundo Goswami (2006), horários escolares mal planejados, excesso de tarefas e a pressão por desempenho podem contribuir para distúrbios do sono, fadiga mental e desmotivação. Ajustes na carga horária, flexibilização de prazos e incentivo a pausas estratégicas ao longo do dia podem ajudar a reduzir esses impactos e tornar o aprendizado mais eficiente.

Além disso, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos antes de dormir tem sido um fator preocupante no padrão de sono dos estudantes. A exposição prolongada à luz azul emitida por telas de celulares e computadores pode interferir na produção de melatonina, hormônio responsável pela indução do sono (Rodrigues; Castro-Caldas,

2010). Portanto, educadores e responsáveis devem orientar os alunos sobre a importância de estabelecer uma rotina de sono saudável, limitando o uso de telas antes de dormir e incentivando hábitos que favoreçam o descanso adequado.

A escola tem um papel fundamental na promoção do bem-estar dos alunos, indo além da transmissão de conteúdos curriculares. Políticas institucionais que incentivam a educação socioemocional, programas de suporte psicológico e ambientes escolares que priorizam o respeito e a inclusão contribuem para um aprendizado mais eficaz e equilibrado (Santos; Jorge; Winkler, 2021). Criar um espaço que valorize não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental e o bem-estar dos alunos, é essencial para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e sustentável.

Em síntese, o sono e o bem-estar são fatores determinantes para o sucesso educacional e devem ser considerados na formulação de práticas pedagógicas. Estratégias que priorizam a qualidade do descanso, a regulação emocional e a criação de um ambiente escolar positivo podem resultar em ganhos significativos na capacidade de aprendizado dos estudantes. Dessa forma, investir na conscientização sobre a importância do sono e do equilíbrio emocional é uma abordagem essencial para um ensino mais eficiente e humanizado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre neurociência e educação tem proporcionado avanços significativos na compreensão dos processos cognitivos e emocionais envolvidos na aprendizagem. Ao explorar temas como plasticidade cerebral, emoções, atenção, memória, sono e metodologias pedagógicas, evidencia-se a importância de fundamentar as práticas de ensino em conhecimentos científicos sobre o funcionamento do cérebro. A aplicação dessas descobertas permite que educadores adotem estratégias mais eficazes, promovendo um aprendizado significativo, engajador e adaptado às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, ao considerar fatores como bem-estar e regulação emocional, a educação se torna mais inclusiva e alinhada ao desenvolvimento integral dos alunos.

A incorporação da neurociência no ensino não significa substituir práticas tradicionais, mas sim aprimorá-las com base em evidências sobre como o cérebro

aprende. O futuro da educação passa pela valorização do conhecimento científico para potencializar o desempenho acadêmico e favorecer a construção de ambientes de aprendizagem mais estimulantes. Para isso, é fundamental investir na formação continuada dos professores, garantindo que tenham acesso a informações atualizadas e saibam aplicá-las de forma consciente e reflexiva.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Hammes de. **Neuroeducação e aprendizagem significativa: diálogos entre neurociência e educação**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- DAMÁSIO, António. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GEAKE, John G.; COOPER, Patricia. **Cognitive neuroscience: implications for education?** Westminster Studies in Education, v. 26, n. 1, p. 7-20, 2003.
- GOSWAMI, Usha. **Neuroscience and education: from research to practice?** Nature Reviews Neuroscience, v. 5, n. 7, p. 1-7, 2004.
- IZQUIERDO, Iván. **Memória e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- JENSEN, Eric. **Enriching the brain: How to maximize every learner's potential**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.
- MEDINA, John. **Brain rules: 12 princípios para sobreviver e prosperar no trabalho, em casa e na escola**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- OLIVEIRA, José Cléber. **Atenção e aprendizagem: contribuições da neurociência para a educação**. São Paulo: Pearson, 2014.
- RATO, Joana Rodrigues; CASTRO-CALDAS, Alexandre. **Neurociências e educação: realidade ou ficção?** In: NOGUEIRA, C.; SILVA, I.; LIMA, L.; ALMEIDA, A. T.; CABECINHAS, R.; GOMES, R.; MACHADO, C.; MAIA, A.; SAMPAIO, A.; TAVEIRA, M. C. (Eds.). *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho, Portugal, 2010. p. 626-644.
- RODRIGUES, João; CASTRO-CALDAS, Alexandre. **O impacto do sono e bem-estar na aprendizagem**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- SANTOS, Flávia; JORGE, Roberto; WINKLER, Ingrid. **Neuroeducação: contribuições para a prática pedagógica**. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 89, p. 1-15, 2021.
- VICARI, Rosa Maria. **Influências das tecnologias da inteligência artificial no ensino**. Estudos Avançados, v. 35, n. 101, p. 73-84, 2021.

CAPÍTULO II

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR: PARA ALÉM DAS PROVAS E NOTAS

Marcelino Gomes de Araújo⁵

Carlos Daniel Chaves Paiva⁶

Raquel Mara Alves de Sousa⁷

Tamires Almeida Bezerra⁸

DOI: 10.47538/AC-2025.06-02

RESUMO: A avaliação escolar tradicional, baseada majoritariamente em provas e notas, tem sido alvo de críticas por não abranger a complexidade do aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse modelo muitas vezes privilegia a memorização em detrimento da construção do conhecimento, limitando a compreensão das reais competências dos alunos. Em contraposição, abordagens alternativas, como a avaliação formativa, buscam transformar o processo avaliativo em uma ferramenta de aprendizado contínuo, oferecendo feedbacks frequentes e personalizados. O objetivo deste capítulo é discutir os desafios da avaliação escolar na contemporaneidade, analisando a necessidade de práticas mais inclusivas e alinhadas às demandas do século XXI. A inclusão de habilidades socioemocionais, criatividade e pensamento crítico no processo avaliativo tem se mostrado essencial para uma formação mais ampla e significativa. No entanto, a implementação dessas mudanças enfrenta barreiras culturais e estruturais, exigindo revisão das políticas educacionais e investimentos na formação docente. A fundamentação teórica é baseada nas contribuições de Luckesi (2011), que defende a avaliação como instrumento mediador da aprendizagem, Fernandes (2008), que aborda a necessidade de repensar o papel da avaliação na educação, e Perrenoud (1999), que destaca a importância da avaliação formativa na prática pedagógica. Essas referências reforçam a necessidade de uma abordagem avaliativa mais reflexiva e transformadora. Assim, a superação do paradigma tradicional de avaliação exige um olhar mais amplo sobre o aprendizado, valorizando o desenvolvimento de competências e habilidades em um processo contínuo e dialógico. Dessa forma, a avaliação pode se tornar um instrumento de apoio ao ensino e não apenas um mecanismo de mensuração de resultados.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação formativa, habilidades socioemocionais, feedback contínuo.

5 Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioemocional (Multidisciplinar). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). marcelino.araujo@adm.educacao.pe.gov.br.

6 Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática. Centro Universitário de Baturité. chavespaivacarlosdaniel@gmail.com.

7 Pós-graduada em Gestão e Supervisão Escolar. Faculdade Santo Agostinho (FSA). raquelmara916@gmail.com.

8 Especialista em Serviço Social. Universidade Anhanguera. tamialmeida10@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação escolar desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, sendo tradicionalmente utilizada como um instrumento para medir o desempenho dos estudantes. No entanto, o modelo tradicional de avaliação, baseado majoritariamente em provas e notas, tem sido alvo de intensas críticas por não contemplar a complexidade do aprendizado e as múltiplas dimensões do desenvolvimento dos alunos. Esse formato, muitas vezes centrado na memorização e reprodução de conteúdos, limita a compreensão real das competências adquiridas pelos estudantes, reduzindo a avaliação a um mecanismo de classificação e hierarquização.

Ao longo dos anos, a necessidade de uma abordagem mais reflexiva e formativa da avaliação tem sido amplamente debatida por educadores e pesquisadores. Luckesi (2011) destaca que a avaliação não deve ser vista apenas como um instrumento de mensuração de resultados, mas sim como um meio de mediação da aprendizagem. Dessa forma, a avaliação deve permitir ao estudante compreender seus avanços, dificuldades e potencialidades, possibilitando ajustes no processo de ensino. No entanto, a predominância do modelo tradicional ainda dificulta a implementação de práticas avaliativas que valorizem o desenvolvimento integral do aluno.

Um dos principais desafios enfrentados pelo modelo tradicional é sua incapacidade de capturar habilidades essenciais para o século XXI, como criatividade, pensamento crítico e competências socioemocionais. Fernandes (2008) aponta que o sistema avaliativo convencional frequentemente desconsidera aspectos fundamentais para a formação do indivíduo, focando unicamente em conteúdos curriculares. Com isso, a avaliação se torna um processo fragmentado, que não reflete a complexidade da aprendizagem e da formação do estudante como um todo.

Nesse sentido, a avaliação formativa surge como uma alternativa para transformar o processo avaliativo em uma ferramenta de aprendizado contínuo. Perrenoud (1999) enfatiza que a avaliação formativa deve ser incorporada à prática pedagógica como um meio de diagnóstico e intervenção, permitindo ajustes ao longo do percurso educacional. Em vez de apenas atribuir notas, essa abordagem prioriza o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, oferecendo feedbacks frequentes e personalizados que orientam tanto os estudantes quanto os professores.

A implementação da avaliação formativa, no entanto, exige mudanças profundas na cultura escolar e no próprio papel do professor. Ao invés de ser um avaliador que apenas julga o desempenho do aluno, o docente deve assumir um papel mais ativo na construção do conhecimento, promovendo estratégias de avaliação que estimulem a reflexão e a autonomia dos estudantes. Essa mudança requer um olhar mais cuidadoso para o planejamento pedagógico, além de um esforço para integrar novas práticas avaliativas ao cotidiano escolar.

Outro aspecto fundamental na discussão sobre avaliação escolar é a necessidade de incluir habilidades socioemocionais e competências transversais no processo avaliativo. O desenvolvimento de habilidades como empatia, resiliência e colaboração tem se mostrado essencial para a formação dos estudantes, pois essas competências são cada vez mais demandadas na vida acadêmica, profissional e social. No entanto, as avaliações tradicionais, baseadas em testes padronizados e provas escritas, muitas vezes falham em reconhecer e valorizar essas dimensões do aprendizado.

Além dos desafios metodológicos, a transformação do modelo avaliativo enfrenta barreiras estruturais e culturais. O sistema educacional, historicamente pautado em práticas tradicionais, tende a resistir a mudanças que alterem a lógica da avaliação classificatória. Para que a avaliação formativa e outras abordagens inovadoras sejam implementadas de maneira eficaz, é essencial que haja uma revisão das políticas educacionais, acompanhada de investimentos na formação docente e na construção de um ambiente escolar que favoreça práticas avaliativas mais reflexivas e inclusivas.

A resistência à mudança também está ligada à concepção de muitos gestores, professores e famílias sobre o papel da avaliação. A cultura da meritocracia, profundamente enraizada no sistema educacional, reforça a ideia de que a avaliação deve servir como um mecanismo de seleção e diferenciação entre os estudantes. No entanto, essa visão contrasta com as novas demandas da educação contemporânea, que requerem processos avaliativos que promovam a equidade, a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos.

Para superar essas limitações, é necessário ampliar a compreensão sobre a função da avaliação na educação. Em vez de ser um instrumento de punição ou ranqueamento, a avaliação deve ser vista como uma ferramenta de aprendizado, capaz

de orientar tanto os estudantes quanto os professores no aprimoramento do ensino. Quando bem planejada, a avaliação pode fornecer dados relevantes sobre o progresso dos alunos, permitindo intervenções pedagógicas mais assertivas e favorecendo a construção de um ensino mais significativo.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de adaptar os modelos avaliativos às diferentes realidades escolares. Em contextos de alta vulnerabilidade social, por exemplo, avaliações que priorizam apenas o desempenho acadêmico podem não refletir as reais competências dos alunos, desconsiderando fatores externos que influenciam o aprendizado. Assim, a avaliação deve levar em conta a diversidade dos estudantes e suas trajetórias individuais, garantindo um processo mais justo e inclusivo.

Dessa forma, a avaliação escolar deve ser repensada para atender às necessidades da sociedade contemporânea, indo além da simples atribuição de notas e resultados quantitativos. O desafio está em construir um modelo avaliativo que favoreça o aprendizado contínuo, estimule a autonomia dos estudantes e valorize a diversidade de habilidades e competências. Para isso, é essencial que educadores, gestores e formuladores de políticas públicas estejam comprometidos com a transformação do processo avaliativo.

Este capítulo tem como objetivo discutir os desafios da avaliação escolar na atualidade, analisando a necessidade de práticas mais inclusivas e alinhadas às demandas do século XXI. A partir da fundamentação teórica de Luckesi (2011), Fernandes (2008) e Perrenoud (1999), serão exploradas alternativas ao modelo tradicional, com foco na avaliação formativa e em estratégias que promovam um aprendizado mais significativo.

2. O MODELO TRADICIONAL DE AVALIAÇÃO E SEUS DESAFIOS

A avaliação tradicional, amplamente utilizada no contexto educacional, tem sido objeto de intensos debates devido às suas limitações no acompanhamento efetivo do processo de aprendizagem dos estudantes. Historicamente, a avaliação esteve associada à atribuição de notas e ao desempenho em provas escritas, com o objetivo de classificar e hierarquizar os alunos de acordo com seu rendimento acadêmico (luckesi, 2011). No entanto, essa abordagem tem se mostrado restritiva, pois não considera a complexidade

do aprendizado nem as múltiplas inteligências envolvidas na formação dos indivíduos (perrenoud, 1999).

Um dos principais problemas desse modelo é a ênfase na memorização de conteúdos, em detrimento da construção do conhecimento significativo. Segundo Fernandes (2008), a avaliação tradicional tende a privilegiar a repetição mecânica de informações, desconsiderando processos cognitivos mais aprofundados, como a análise, a síntese e a aplicação dos conceitos em diferentes contextos. Isso faz com que muitos alunos decorem fórmulas e definições apenas para alcançar boas notas, sem necessariamente desenvolver uma compreensão crítica sobre os temas estudados.

Além disso, a padronização dos instrumentos avaliativos representa uma barreira à personalização do ensino. Cada estudante possui ritmos e estilos de aprendizagem distintos, mas as provas formais e testes objetivos não levam essas particularidades em consideração (perrenoud, 1999). Dessa forma, estudantes que apresentam dificuldades específicas ou necessitam de abordagens diferenciadas podem ser prejudicados por um sistema que não se adapta às suas necessidades individuais.

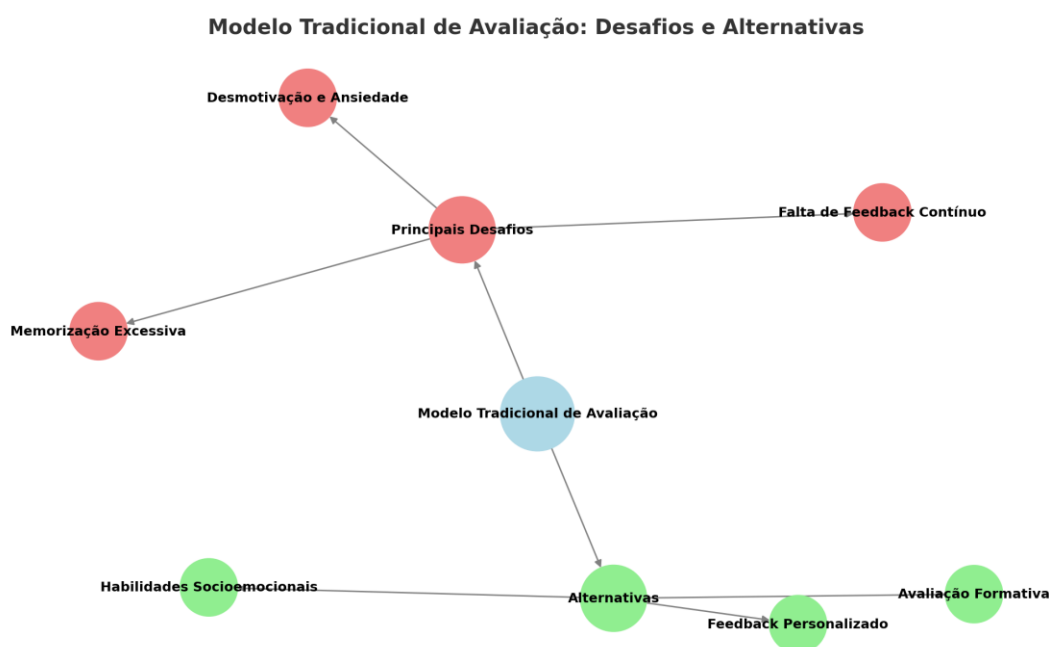
Outro aspecto relevante é a função classificatória da avaliação tradicional, que muitas vezes assume um caráter punitivo, em vez de formativo. Luckesi (2011) destaca que a prática avaliativa, quando reduzida a um mecanismo de seleção, gera impacto emocional negativo nos alunos, causando ansiedade e desmotivação. Em vez de estimular a aprendizagem, a excessiva preocupação com notas pode criar um ambiente competitivo que limita o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes.

A ausência de feedback contínuo e qualitativo também constitui uma das fragilidades do modelo tradicional. Muitas vezes, a avaliação ocorre apenas em momentos específicos do ano letivo, o que impede a identificação precoce de dificuldades e a realização de intervenções pedagógicas eficazes (Fernandes, 2008). Como resultado, o estudante recebe uma nota numérica que não explica detalhadamente seus avanços e desafios, dificultando sua autorreflexão e sua participação ativa no processo de aprendizagem.

Além disso, o modelo avaliativo tradicional reforça desigualdades educacionais, pois não considera fatores externos que influenciam o desempenho dos alunos.

Perrenoud (1999) aponta que estudantes de diferentes realidades sociais e culturais enfrentam obstáculos distintos no acesso ao conhecimento, o que impacta diretamente seus resultados acadêmicos. Avaliações que não levam em conta esses aspectos acabam perpetuando a exclusão e dificultando a promoção de uma educação mais equitativa. A figura a seguir ilustra os principais desafios da avaliação tradicional e algumas alternativas que podem tornar esse processo mais eficaz e alinhado às necessidades dos estudantes

Figura 1: Desafios e alternativas do Modelo Tradicional de Avaliação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro desafio da avaliação convencional é a limitação na valorização de competências socioemocionais e habilidades essenciais para o século XXI. Enquanto o mercado de trabalho e a sociedade demandam cada vez mais pensamento crítico, criatividade e colaboração, os instrumentos avaliativos continuam focados no domínio de conteúdos teóricos (Fernandes, 2008). Isso demonstra uma desconexão entre o modelo de avaliação vigente e as exigências contemporâneas para a formação dos cidadãos.

A falta de contextualização dos instrumentos avaliativos também merece destaque. Muitas provas tradicionais exigem que os alunos respondam questões isoladas, sem conexão direta com problemas do cotidiano ou com desafios

interdisciplinares. Isso reduz a aplicabilidade do conhecimento adquirido e impede que os estudantes compreendam o sentido do que aprendem (Luckesi, 2011). Para que a avaliação seja significativa, é essencial que ela esteja integrada à realidade dos alunos, promovendo o desenvolvimento de competências para além da mera repetição de conteúdos.

Frente a esses desafios, fica evidente a necessidade de repensar a avaliação escolar de maneira mais ampla e reflexiva. A superação do modelo tradicional exige a incorporação de práticas mais dinâmicas e inclusivas, que valorizem o aprendizado contínuo e promovam a participação ativa dos estudantes no processo avaliativo (Perrenoud, 1999). Isso inclui o uso de metodologias como a avaliação formativa, a autoavaliação e a adoção de múltiplas formas de aferição do conhecimento.

Dessa forma, a transformação do modelo avaliativo não significa eliminar totalmente as provas e notas, mas sim complementá-las com abordagens que favoreçam a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral dos estudantes. Para que essa mudança ocorra, é necessário um esforço conjunto de gestores, professores e formuladores de políticas educacionais, garantindo que a avaliação cumpra sua função primordial: ser um instrumento de apoio ao ensino e ao aprendizado.

3. A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO ALTERNATIVA

A avaliação formativa tem se consolidado como uma alternativa ao modelo tradicional de avaliação, promovendo um acompanhamento mais próximo e contínuo da aprendizagem dos estudantes. Diferentemente da avaliação somativa, que se concentra na atribuição de notas ao final de um ciclo de ensino, a avaliação formativa busca diagnosticar dificuldades ao longo do processo educacional, permitindo intervenções pedagógicas mais eficazes (Luckesi, 2011). Essa abordagem enfatiza o aprendizado como um percurso progressivo, no qual erros são vistos como oportunidades de crescimento e não apenas como falhas.

Uma das principais características da avaliação formativa é o uso do feedback contínuo, que possibilita aos alunos compreenderem seu próprio desenvolvimento e identificarem pontos que precisam ser aprimorados. Segundo Perrenoud (1999), o feedback não deve ser restrito a um retorno numérico, mas sim envolver comentários

detalhados e sugestões para a melhoria do desempenho. Dessa forma, o estudante se torna mais consciente de seu processo de aprendizagem e pode ajustar suas estratégias de estudo de maneira mais eficaz.

Além disso, a avaliação formativa permite um ensino mais personalizado, adaptando os métodos avaliativos às necessidades individuais dos alunos. Fernandes (2008) ressalta que esse modelo contribui para que cada estudante avance no próprio ritmo, respeitando sua trajetória de aprendizagem. Em vez de aplicar provas padronizadas, o professor pode utilizar instrumentos diversificados, como autoavaliações, observações, diários reflexivos e portfólios, garantindo uma análise mais ampla das competências desenvolvidas.

Outro ponto relevante é que a avaliação formativa estimula a autonomia e o protagonismo dos alunos. Quando os estudantes participam ativamente do processo avaliativo, eles passam a ter mais controle sobre seu aprendizado, desenvolvendo habilidades de autorregulação e autoavaliação. Essa mudança de perspectiva possibilita a construção de uma mentalidade de crescimento, na qual o esforço e a evolução contínua são valorizados (Luckesi, 2011).

Figura 2: Avaliação Formativa.

Avaliação Formativa: Características, Métodos, Benefícios e Desafios



Fonte: Elaborado pelos autores.

A avaliação formativa também favorece uma abordagem mais dialógica e colaborativa, pois estimula a interação entre professores e alunos. O docente deixa de ser apenas um avaliador e assume o papel de mediador, auxiliando os estudantes a refletirem sobre seus progressos e dificuldades. Esse diálogo constante fortalece o vínculo entre ensino e aprendizagem, criando um ambiente escolar mais motivador e participativo (Perrenoud, 1999).

Do ponto de vista pedagógico, a avaliação formativa se alinha às metodologias ativas, que buscam envolver os alunos no processo de construção do conhecimento. Estratégias como a aprendizagem baseada em projetos, a problematização e os estudos de caso são amplamente favorecidos por esse modelo avaliativo, pois permitem que os estudantes demonstrem suas competências por meio da aplicação prática do que foi aprendido (Fernandes, 2008).

Outro aspecto relevante da avaliação formativa é seu papel na promoção da inclusão e equidade educacional. Enquanto as provas tradicionais frequentemente penalizam estudantes com dificuldades de aprendizagem, a avaliação formativa possibilita adaptações metodológicas que respeitam a diversidade dos alunos. Dessa forma, torna-se um recurso essencial para atender às necessidades de diferentes perfis de estudantes, garantindo que todos tenham oportunidades reais de aprendizado (Luckesi, 2011).

Apesar de seus benefícios, a implementação da avaliação formativa enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação docente e à cultura escolar tradicional. Muitos professores ainda estão acostumados a trabalhar com modelos avaliativos mais rígidos e encontram dificuldades para incorporar práticas mais dinâmicas e reflexivas (Perrenoud, 1999). Para que essa mudança ocorra de maneira eficaz, é fundamental investir na capacitação dos educadores, fornecendo suporte teórico e metodológico para a adoção de novas estratégias avaliativas.

A resistência dos gestores e das famílias também pode ser um obstáculo à adoção desse modelo. A sociedade ainda valoriza a mensuração do desempenho acadêmico por meio de notas e classificações, o que gera uma pressão para que as escolas mantenham sistemas avaliativos tradicionais. Nesse sentido, é necessário

sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da avaliação formativa e seu impacto positivo no aprendizado dos estudantes (Fernandes, 2008).

Dessa forma, a avaliação formativa representa um caminho promissor para transformar a forma como o aprendizado é avaliado, garantindo um processo mais significativo e alinhado às necessidades do século XXI. Para que essa abordagem seja efetivamente incorporada ao cotidiano escolar, é essencial um esforço conjunto de professores, gestores e formuladores de políticas públicas, assegurando que a avaliação seja vista não como um mecanismo de julgamento, mas como um instrumento de crescimento e desenvolvimento contínuo.

4. HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E PENSAMENTO CRÍTICO NA AVALIAÇÃO

A avaliação escolar tem tradicionalmente se concentrado na mensuração de conteúdos acadêmicos, deixando em segundo plano aspectos essenciais para a formação integral dos estudantes, como as habilidades socioemocionais e o pensamento crítico. No entanto, com as transformações educacionais do século XXI, a necessidade de incluir essas competências no processo avaliativo tornou-se evidente. A capacidade dos alunos de lidar com desafios, trabalhar em equipe, resolver problemas e exercer empatia é tão relevante quanto o domínio de conceitos teóricos (Luckesi, 2011).

As habilidades socioemocionais englobam aspectos como autoconhecimento, autorregulação emocional, empatia, resiliência e habilidades interpessoais. Essas competências impactam diretamente o desempenho acadêmico e a motivação dos estudantes. Segundo Perrenoud (1999), o sucesso escolar não depende apenas da capacidade de absorver conteúdos, mas também da habilidade de trabalhar colaborativamente, gerir emoções e adaptar-se a diferentes contextos. Dessa forma, a avaliação deve ir além do desempenho cognitivo e considerar essas dimensões para fornecer um retrato mais fiel da aprendizagem.

Além das habilidades socioemocionais, a escola deve valorizar a capacidade dos alunos de desenvolver um pensamento crítico e reflexivo. A avaliação tradicional muitas vezes se limita à reprodução de informações, incentivando respostas padronizadas em vez de estimular a argumentação e a análise. Fernandes (2008)

ênfatiza que a aprendizagem significativa ocorre quando os estudantes conseguem questionar, interpretar e aplicar o conhecimento em situações concretas, o que só pode ser mensurado por meio de metodologias avaliativas mais dinâmicas.

Para incorporar essas competências ao processo avaliativo, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação. Técnicas como autoavaliação, portfólios reflexivos, projetos interdisciplinares e metodologias ativas, como debates e estudos de caso, são alternativas eficazes para analisar a capacidade dos alunos de refletir sobre sua própria aprendizagem e interagir com os outros. Esses métodos favorecem a autonomia dos estudantes e permitem que os professores acompanhem de forma mais detalhada o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e do pensamento crítico (Luckesi, 2011).

A inclusão dessas competências na avaliação requer uma mudança na cultura escolar e na formação dos educadores. Muitos professores ainda não foram capacitados para avaliar aspectos que vão além do desempenho acadêmico, o que reforça a necessidade de oferecer formação continuada sobre práticas avaliativas inovadoras. Perrenoud (1999) destaca que, para que a avaliação das habilidades socioemocionais e do pensamento crítico seja efetiva, é fundamental que os docentes tenham clareza sobre os critérios de análise e saibam oferecer feedback construtivo aos alunos.

Tabela 1: Avaliação de Habilidades Socioemocionais e Pensamento Crítico.

Aspectos Avaliados	Desafios	Estratégias Avaliativas	Impactos Positivos
Autoconhecimento	Dificuldade em medir mudanças subjetivas	Autoavaliação e portfólio reflexivo	Maior consciência sobre habilidades e desafios pessoais
Empatia e Resiliência	Falta de critérios padronizados	Observação estruturada e atividades colaborativas	Desenvolvimento da cooperação e inteligência emocional
Pensamento Crítico	Dificuldade em avaliar raciocínio profundo	Estudos de caso e debates argumentativos	Aprimoramento da argumentação e resolução de problemas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro aspecto relevante é a adaptação das políticas educacionais para integrar a avaliação dessas competências de maneira sistemática. Ainda que documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatizem a importância das habilidades socioemocionais e do pensamento crítico na formação dos estudantes, as escolas

enfrentam desafios para transformar essas diretrizes em práticas avaliativas concretas. Isso exige a revisão dos currículos, a elaboração de novas diretrizes pedagógicas e a criação de indicadores mais abrangentes para mensurar o desenvolvimento dessas habilidades (Fernandes, 2008).

Além do impacto no desempenho acadêmico, a avaliação de habilidades socioemocionais e do pensamento crítico tem um papel fundamental na formação cidadã dos alunos. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, a capacidade de argumentar, tomar decisões éticas e trabalhar em equipe são competências indispensáveis para a vida profissional e social. Dessa forma, incluir esses aspectos na avaliação escolar contribui para preparar os estudantes para os desafios do século XXI, tornando-os mais críticos, empáticos e preparados para atuar na sociedade (Luckesi, 2011).

No entanto, um dos desafios dessa abordagem é garantir que a avaliação dessas habilidades seja justa e não subjetiva. Como avaliar aspectos como empatia e resiliência sem cair em julgamentos pessoais? Para isso, é essencial que os critérios de avaliação sejam bem definidos e baseados em evidências observáveis. Rubricas avaliativas, autoavaliações guiadas e observações estruturadas são estratégias que podem minimizar a subjetividade e garantir que o processo seja transparente e confiável (Perrenoud, 1999).

A resistência de algumas famílias e gestores escolares também pode ser um obstáculo para essa mudança. Muitos ainda veem a avaliação apenas como um meio de medir o conhecimento acadêmico e podem ter dificuldades em compreender a importância da avaliação de competências socioemocionais. Portanto, o diálogo entre escola, família e comunidade é essencial para promover essa transformação e garantir que a avaliação atenda às necessidades dos estudantes de forma integral (Fernandes, 2008).

Dessa forma, a incorporação das habilidades socioemocionais e do pensamento crítico ao processo avaliativo representa um avanço significativo para a educação. Para que essa mudança seja efetiva, é fundamental investir na formação dos professores, diversificar os métodos avaliativos e reformular as políticas educacionais, garantindo

que a avaliação cumpra seu papel de promover uma aprendizagem mais significativa, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

5. BARREIRAS PARA A MUDANÇA NO MODELO AVALIATIVO

A transição do modelo tradicional de avaliação para uma abordagem mais formativa e inclusiva enfrenta uma série de barreiras, tanto estruturais quanto culturais. Apesar das evidências que demonstram os benefícios de avaliações mais dinâmicas e contextualizadas, a implementação dessas práticas ainda esbarra em desafios significativos. Para que a mudança ocorra de forma efetiva, é fundamental compreender os obstáculos existentes e buscar estratégias para superá-los (Luckesi, 2011).

Um dos principais entraves para a reformulação das práticas avaliativas é a cultura da mensuração e do ranqueamento escolar, que está enraizada no sistema educacional. A avaliação tradicional, baseada em provas e notas, é amplamente aceita por professores, alunos e famílias como o principal mecanismo de aferição do aprendizado. Esse modelo reforça a competitividade e a lógica meritocrática, dificultando a adoção de metodologias que valorizem o desenvolvimento integral dos estudantes (Perrenoud, 1999).

Além disso, a resistência dos educadores também se apresenta como uma barreira relevante. Muitos professores foram formados dentro de um modelo avaliativo rígido e encontram dificuldades para implementar práticas alternativas. A ausência de formação continuada sobre avaliação formativa e metodologias inovadoras compromete a aplicabilidade dessas abordagens em sala de aula, gerando insegurança e resistência à mudança (Fernandes, 2008).

Outro desafio significativo é a falta de tempo e de recursos nas escolas. A implementação de uma avaliação mais abrangente e contínua exige maior dedicação dos professores, que precisam acompanhar de perto o progresso dos alunos e oferecer feedbacks individualizados. No entanto, a sobrecarga de trabalho e as condições precárias em muitas instituições dificultam esse acompanhamento mais detalhado, levando à perpetuação do modelo avaliativo tradicional, que é mais prático e rápido de aplicar (Luckesi, 2011).

A influência das políticas educacionais e das diretrizes curriculares também representa um fator de resistência à mudança. Muitos sistemas educacionais ainda priorizam avaliações padronizadas como base para medir o desempenho das escolas e dos alunos. Essa ênfase nos resultados quantitativos reduz a autonomia dos professores para experimentarem novas práticas avaliativas e mantém um sistema que privilegia a reprodução de conteúdos, em vez do desenvolvimento de competências mais amplas (Perrenoud, 1999).

Outro obstáculo importante é a pressão das famílias e da sociedade, que muitas vezes enxergam a avaliação como um instrumento classificatório e seletivo. Em um contexto em que notas e rankings são utilizados como critérios para acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, muitas famílias demonstram receio em relação a modelos avaliativos mais flexíveis. A falta de compreensão sobre os benefícios da avaliação formativa pode gerar resistência à adoção dessas práticas, dificultando sua implementação nas escolas (Fernandes, 2008).

A falta de critérios claros para a avaliação de competências socioemocionais e do pensamento crítico também é um desafio a ser enfrentado. Enquanto avaliações tradicionais possuem instrumentos objetivos de mensuração, como testes e provas, a avaliação de habilidades mais subjetivas exige critérios bem definidos para garantir sua confiabilidade. A ausência de indicadores padronizados pode gerar dúvidas sobre a validade e a eficácia dessas abordagens, dificultando sua aceitação entre educadores e gestores (Luckesi, 2011).

Além disso, a infraestrutura tecnológica insuficiente em muitas escolas representa uma barreira para a modernização dos processos avaliativos. Métodos inovadores, como o uso de plataformas digitais para autoavaliação e feedback contínuo, exigem investimentos em equipamentos, conectividade e formação docente. A desigualdade de acesso a recursos tecnológicos entre as instituições de ensino reforça as disparidades educacionais e limita a adoção de práticas avaliativas mais dinâmicas (Perrenoud, 1999).

Para superar essas barreiras, é essencial que haja um esforço conjunto de professores, gestores, famílias e formuladores de políticas educacionais. A capacitação docente para o uso de novas abordagens avaliativas deve ser uma prioridade, garantindo

que os educadores se sintam preparados para implementar metodologias mais reflexivas e participativas. Além disso, é necessário promover um diálogo constante entre escola e comunidade, para que as famílias compreendam a importância de um modelo avaliativo que vá além das provas e notas (Fernandes, 2008).

Dessa forma, a transformação da avaliação escolar não depende apenas de mudanças metodológicas, mas também de um processo de conscientização e reestruturação do sistema educacional. A construção de uma cultura avaliativa mais democrática e inclusiva exige investimentos em formação docente, revisão das diretrizes curriculares e a criação de políticas públicas que incentivem práticas avaliativas alinhadas às demandas contemporâneas. Apenas com essas mudanças será possível consolidar um modelo de avaliação que valorize o aprendizado contínuo e contribua para a formação integral dos estudantes.

6. CONCLUSÃO

A avaliação escolar tem sido historicamente pautada na atribuição de notas e provas, mas esse modelo tradicional apresenta limitações significativas, pois não abrange a complexidade da aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. A necessidade de transformar a avaliação em um processo mais formativo tem sido amplamente discutida, enfatizando a importância de feedbacks contínuos, metodologias diversificadas e a inclusão de competências socioemocionais e do pensamento crítico. A avaliação formativa, ao privilegiar a construção do conhecimento em vez da simples memorização, permite um acompanhamento mais individualizado do progresso dos alunos, promovendo um ensino mais reflexivo e significativo.

No entanto, a implementação de práticas avaliativas inovadoras enfrenta desafios estruturais e culturais, como a resistência à mudança, a falta de formação docente e a priorização de resultados quantitativos nas políticas educacionais. Para consolidar um modelo de avaliação mais inclusivo, é essencial sensibilizar gestores, educadores e famílias sobre os benefícios dessa abordagem. Além disso, a formação continuada dos professores e o incentivo a pesquisas e experimentações pedagógicas são fundamentais para que a avaliação escolar deixe de ser apenas um mecanismo de

mensuração e passe a atuar como uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, D. A avaliação como instrumento de aprendizagem: desafios e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CAPÍTULO III

DOCÊNCIA NO SÉCULO XXI: MEDIAÇÃO, TECNOLOGIA E HUMANIZAÇÃO

Marcelino Gomes de Araújo⁹

Maria Daliane Ferreira Barroso¹⁰

Sivanilda Caxias Quadros¹¹

Giorgia Luciana Lima Castelo Branco¹²

DOI: 10.47538/AC-2025.06-03

RESUMO: A docência no século XXI passa por transformações significativas, exigindo uma reconfiguração do papel do professor. Mais do que um mero transmissor de conhecimento, o educador assume a função de mediador e facilitador da aprendizagem, promovendo a construção ativa do saber pelos alunos. Nesse contexto, a tecnologia surge como uma aliada poderosa, ampliando as possibilidades pedagógicas e tornando o ensino mais dinâmico e acessível. No entanto, sua efetividade depende do desenvolvimento de competências digitais e de uma abordagem crítica por parte dos docentes. Assim, o objetivo aqui refletir sobre os desafios e possibilidades da docência contemporânea, analisando como a mediação pedagógica pode integrar inovação tecnológica e humanização no ensino. Para além da instrumentalização digital, o desenvolvimento integral do aluno e o fortalecimento dos vínculos na relação professor-aluno tornam-se fundamentais. Assim, busca-se compreender de que forma a tecnologia pode ser incorporada sem comprometer a dimensão afetiva e inclusiva da educação. A escrita fundamenta-se em Freire (1996), Castells (1999) e Moran (2015). A partir de suas contribuições fica evidente que a docência no século XXI exige uma atuação dinâmica e reflexiva, capaz de integrar tecnologia e afetividade de maneira equilibrada. A mediação pedagógica deve garantir que as ferramentas digitais potencializem a aprendizagem sem substituir a interação humana.

PALAVRAS-CHAVE: mediação, tecnologia, humanização, ensino inclusivo.

1. INTRODUÇÃO

A docência no século XXI atravessa transformações significativas, impulsionadas por mudanças sociais, culturais e tecnológicas. O papel do professor, antes centralizado na transmissão do conhecimento, tem sido ressignificado para atender às novas demandas educacionais. Em um mundo marcado pela abundância de

9 Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioemocional (Multidisciplinar). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). marcelino.araujo@adm.educacao.pe.gov.br.

10 Mestranda em Educação. Universidade Federal do Ceará (UFC). daliane@alu.ufc.br.

11 Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). sivanilda.caxias@prof.edu.ma.gov.br.

12 Pós-graduada em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional. Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). gll.cb@hotmail.com.

informações e pelo avanço acelerado das tecnologias digitais, a figura do educador passa a ser vista como a de um mediador e facilitador do aprendizado, guiando os estudantes na construção ativa do conhecimento. Para Freire (1996), essa mudança de paradigma reflete uma necessidade crescente de adaptação pedagógica, na qual o ensino não se limita à sala de aula tradicional, mas expande-se para múltiplos espaços e formatos.

A incorporação da tecnologia na educação tem ampliado as possibilidades de ensino e aprendizado, oferecendo recursos que permitem personalizar o ensino, diversificar as metodologias e ampliar o acesso ao conhecimento. Segundo Moran (2015), ferramentas como plataformas educacionais, inteligência artificial, realidade aumentada e gamificação têm sido cada vez mais utilizadas para potencializar a aprendizagem, tornando-a mais dinâmica e interativa. Em contrapartida, a inserção dessas tecnologias no contexto escolar exige uma abordagem crítica, uma vez que a mera instrumentalização digital não garante a efetividade do ensino. A mediação pedagógica continua sendo essencial para que o uso da tecnologia seja intencional e alinhado aos objetivos educacionais.

Além do impacto da tecnologia, à docência contemporânea deve enfrentar outro grande desafio: a humanização do ensino. Em um cenário de crescente virtualização das relações, garantir a dimensão afetiva e inclusiva da educação torna-se fundamental. Castells (1999) ressalta que a interação entre professores e alunos não pode ser substituída por algoritmos e plataformas digitais, pois a aprendizagem envolve não apenas a assimilação de conteúdos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais e éticas. A empatia, a escuta ativa e o estímulo ao pensamento crítico são elementos indispensáveis para uma educação que valorize o ser humano em sua totalidade.

Nesse contexto, o professor do século XXI precisa equilibrar três dimensões fundamentais da docência: mediação, tecnologia e humanização. A mediação pedagógica refere-se à capacidade do educador de criar pontes entre o conhecimento e os estudantes, orientando-os na interpretação crítica das informações e no desenvolvimento da autonomia intelectual. A tecnologia, por sua vez, atua como um meio para enriquecer e expandir as possibilidades de aprendizagem, mas deve ser

utilizada de forma planejada e reflexiva. Já a humanização do ensino resgata a importância das relações interpessoais no processo educativo, reforçando o papel do professor como um guia na construção de saberes e valores.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da docência contemporânea, refletindo sobre a integração entre mediação pedagógica, inovação tecnológica e humanização no ensino. A pesquisa busca compreender como os professores podem incorporar as tecnologias educacionais sem comprometer a dimensão afetiva e inclusiva da educação, promovendo uma prática pedagógica equilibrada e significativa. Para isso, a fundamentação teórica baseia-se em Freire (1996), Castells (1999) e Moran (2015), além das referências complementares, que oferecem uma visão ampla sobre os impactos da tecnologia e da mediação pedagógica na formação docente.

O debate sobre o papel do professor na era digital exige um olhar atento para as novas competências e habilidades demandadas pelo século XXI. A formação docente não pode mais estar restrita ao domínio de conteúdos específicos, mas deve incluir aspectos como letramento digital, metodologias ativas, educação socioemocional e práticas inclusivas. O professor contemporâneo precisa estar preparado para lidar com múltiplas linguagens e contextos, utilizando a tecnologia como ferramenta de mediação sem perder de vista a essência humanizadora do ensino (Moran, 2015).

Além disso, é necessário considerar que o avanço das tecnologias na educação não ocorre de maneira homogênea. Enquanto algumas escolas dispõem de recursos avançados e infraestrutura digital, outras ainda enfrentam dificuldades de acesso à internet e equipamentos adequados. Isso reforça a importância de políticas públicas que garantam equidade na implementação de inovações tecnológicas, evitando que a tecnologia amplie ainda mais as desigualdades educacionais (Castells, 1999).

A mediação pedagógica no contexto tecnológico deve levar em conta não apenas a transmissão do conhecimento, mas também a formação crítica dos alunos para o uso consciente das ferramentas digitais. O excesso de informações disponíveis na internet e nas redes sociais exige um trabalho contínuo de curadoria e orientação por parte dos professores, para que os estudantes possam desenvolver autonomia na busca pelo conhecimento e capacidade de análise diante das múltiplas fontes de informação. Esse

processo de mediação é essencial para que a tecnologia seja utilizada de forma ética, crítica e produtiva no ambiente escolar (Freire, 1996).

Outro ponto relevante a ser abordado neste artigo é o impacto das tecnologias emergentes na prática docente. A inteligência artificial, por exemplo, tem sido utilizada para personalizar o ensino e oferecer diagnósticos precisos sobre as dificuldades dos alunos. No entanto, sua aplicação deve ser acompanhada por um olhar pedagógico, garantindo que o ensino não se torne excessivamente automatizado, em detrimento da interação humana. Assim, a tecnologia deve ser vista como um meio para aprimorar a aprendizagem, e não como um substituto da docência (Moran, 2015).

A relação entre mediação, tecnologia e humanização também se manifesta na necessidade de repensar os espaços de aprendizagem. O modelo tradicional de ensino, centrado na figura do professor e na transmissão unilateral de conteúdos, vem sendo gradativamente substituído por abordagens mais interativas e participativas. Ambientes híbridos de ensino, metodologias ativas e aprendizagem baseada em projetos são algumas das estratégias que possibilitam uma docência mais dinâmica e alinhada às demandas contemporâneas (Castells, 1999).

Em suma, a docência no século XXI exige um equilíbrio entre tradição e inovação, combinando as potencialidades da tecnologia com a mediação pedagógica e a humanização do ensino. O desafio não está apenas na adoção de novas ferramentas digitais, mas na criação de práticas pedagógicas que integrem esses elementos de forma harmônica e efetiva. Assim, o professor assume um papel ainda mais relevante na sociedade contemporânea, atuando como um facilitador do conhecimento e um agente de transformação na vida de seus alunos.

Dessa forma, este artigo se propõe a discutir como a docência pode ser reconfigurada para atender às exigências da era digital sem perder a dimensão afetiva e humanizadora da educação. A partir das reflexões teóricas e das referências analisadas, espera-se contribuir para um debate que permita pensar o futuro da educação de maneira crítica, inovadora e inclusiva.

2. A DOCÊNCIA COMO MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A docência no século XXI exige que o professor assume o papel de mediador do conhecimento, deixando de ser apenas um transmissor de informações. Esse conceito de mediação pedagógica se baseia na interação entre educadores e alunos, promovendo a construção ativa do saber. Freire (1996) destaca que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua construção, enfatizando o diálogo como elemento essencial para o aprendizado significativo. Dessa forma, o professor deve atuar como facilitador do processo educativo, estimulando a autonomia intelectual dos estudantes.

A mediação pedagógica envolve a criação de estratégias que favoreçam a aprendizagem colaborativa e o pensamento crítico. O ensino baseado na interação requer metodologias que incentivem a participação ativa dos alunos, como debates, projetos interdisciplinares e o uso de tecnologias educacionais. Moran (2015) aponta que, no contexto digital, a mediação docente precisa ser ainda mais intencional, pois a abundância de informações disponíveis pode levar os estudantes à superficialidade na aprendizagem. Cabe ao professor orientar a seleção e análise crítica dos conteúdos, auxiliando os alunos a desenvolverem discernimento e autonomia.

Outro aspecto fundamental da mediação pedagógica é a personalização do ensino. Cada aluno possui ritmos e estilos de aprendizagem diferentes, e cabe ao professor adaptar suas estratégias para atender a essa diversidade. A utilização de ferramentas digitais, como plataformas adaptativas e metodologias híbridas, pode potencializar esse processo, tornando o ensino mais inclusivo e acessível (Castells, 1999). No entanto, é essencial que essa personalização ocorra de forma equilibrada, garantindo que a tecnologia não substitua a interação humana, mas a complemente de maneira eficaz.

A relação professor-aluno também desempenha um papel crucial na mediação pedagógica. A construção de um ambiente de confiança e respeito favorece o engajamento dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo. O professor deve atuar como um guia que encoraja a curiosidade, a criatividade e a busca pelo conhecimento. Além disso, a escuta ativa e o diálogo contínuo são essenciais para

compreender as dificuldades dos alunos e oferecer suporte adequado ao seu desenvolvimento (Freire, 1996).

No contexto contemporâneo, a mediação pedagógica também se beneficia das metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a sala de aula invertida. Essas abordagens permitem que os alunos assumam um papel mais protagonista no processo de aprendizagem, construindo conhecimento por meio da experiência e da resolução de desafios. Segundo Moran (2015), a mediação docente nessas metodologias deve focar na orientação e no estímulo ao pensamento crítico, incentivando os estudantes a desenvolverem habilidades investigativas e reflexivas.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo que sintetiza os principais aspectos da mediação pedagógica tradicional e da mediação contemporânea, destacando as mudanças na atuação do professor e no papel dos alunos no processo educativo.

Quadro 1 – Comparação entre a mediação pedagógica tradicional e contemporânea.

Aspectos	Mediador Tradicional	Mediador Contemporâneo
Papel docente	Transmissor do conhecimento	Facilitador e guia do aprendiz
Papel do aluno	Receptor passivo da informação	Protagonista no processo de aprendizagem
Metodologias utilizadas	Aulas expositivas e provas tradicionais	Aprendizagem ativa, metodologias híbridas e tecnologia educacional
Uso da tecnologia	Limitado ou inexistente	Ferramentas digitais integradas ao ensino
Interação professor-aluno	Predominantemente unilateral	Diálogo constante e aprendizado colaborativo
Avaliação	Baseada em notas e testes	Avaliação formativa e contínua

Fonte: Elaborado pelos autores.

A mediação pedagógica contemporânea, portanto, requer um professor mais flexível, capaz de adaptar suas práticas conforme as necessidades dos alunos e as mudanças do contexto educacional. Essa transição não significa que as metodologias tradicionais sejam completamente descartadas, mas sim que precisam ser complementadas por novas estratégias que tornem a aprendizagem mais significativa e alinhada às exigências da sociedade atual (Castells, 1999).

Dessa forma, é essencial que os educadores invistam na formação continuada para aprimorar suas competências mediadoras. A atualização constante sobre novas abordagens pedagógicas e tecnologias educacionais permite que o professor desempenhe sua função de maneira mais eficaz, promovendo um ensino dinâmico e

inovador. Segundo Freire (1996), a mediação pedagógica, portanto, não se restringe ao uso de recursos digitais, mas envolve uma postura reflexiva e dialógica que valoriza o aprendizado como um processo ativo e colaborativo).

3. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO ENSINO

A incorporação da tecnologia no ensino tem sido um dos fatores mais marcantes da transformação da docência no século XXI. O avanço das ferramentas digitais trouxe novas possibilidades pedagógicas, permitindo que os professores explorem métodos mais dinâmicos e interativos. A tecnologia passou a ser uma aliada na construção do conhecimento, possibilitando o acesso a conteúdos diversificados e ampliando o alcance das práticas educacionais (Moran, 2015). No entanto, a inovação tecnológica no ensino exige um olhar crítico, garantindo que esses recursos sejam utilizados de maneira estratégica para favorecer a aprendizagem, e não apenas como um complemento superficial.

A utilização de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e inteligência artificial tem revolucionado a maneira como os alunos interagem com o conhecimento. Recursos como videoaulas, gamificação, aprendizado adaptativo e realidade aumentada têm demonstrado grande potencial para tornar o ensino mais envolvente e personalizado. Essas tecnologias permitem que os estudantes avancem no próprio ritmo e tenham acesso a conteúdos complementares, favorecendo a autonomia no processo de aprendizagem (Castells, 1999).

Entretanto, a adoção da tecnologia na educação não está isenta de desafios. A desigualdade no acesso aos recursos digitais ainda é uma realidade em muitos contextos, dificultando a implementação de metodologias inovadoras de forma equitativa. A chamada exclusão digital pode ampliar as disparidades educacionais, tornando essencial o desenvolvimento de políticas públicas que garantam infraestrutura tecnológica adequada para todas as escolas (Freire, 1996). Sem acesso a dispositivos, internet de qualidade e formação docente voltada para a inovação, a tecnologia pode acabar reforçando desigualdades, ao invés de superá-las.

Além disso, a capacitação docente para o uso das tecnologias educacionais continua sendo um dos principais desafios da inovação no ensino. Muitos professores

não receberam formação específica para integrar as ferramentas digitais em suas práticas pedagógicas, o que pode levar a um uso inadequado ou superficial da tecnologia. Moran (2015) enfatiza que o sucesso da inovação tecnológica na educação depende da preparação dos educadores, pois são eles os responsáveis por mediar a interação entre os alunos e as ferramentas digitais. A formação continuada e o compartilhamento de boas práticas são fundamentais para que os docentes possam explorar o potencial das tecnologias de forma eficaz.

Outro aspecto importante a ser considerado é o equilíbrio entre a tecnologia e a humanização no ensino. O uso excessivo de dispositivos digitais pode resultar na perda da interação professor-aluno e no distanciamento das relações interpessoais dentro do ambiente escolar. Freire (1996) ressalta que a aprendizagem ocorre no diálogo e na troca de experiências, e que a tecnologia deve ser incorporada ao ensino sem comprometer a dimensão afetiva do processo educativo. Assim, cabe ao professor criar estratégias que integrem o digital ao humano, garantindo que a tecnologia potencialize a aprendizagem sem substituir a interação presencial.

Quadro 2 – Vantagens e desafios da inovação tecnológica no ensino.

Aspectos	Vantagens	Desafios
Acesso ao conhecimento	Possibilita o acesso a conteúdos diversificados e globais	Desigualdade no acesso à internet e dispositivos
Engajamento e motivação	Gamificação e interatividade tornam a aprendizagem mais envolvente	Risco de dispersão e distração dos alunos
Personalização do ensino	Permite que cada estudante avance no próprio ritmo	Necessidade de adaptação das metodologias pedagógicas
Avaliação da aprendizagem	Ferramentas digitais oferecem diagnósticos mais precisos	Dependência de plataformas digitais e dados
Formação docente	Expande possibilidades pedagógicas e facilita a inovação	Falta de capacitação adequada para professores

Fonte: Elaborado pelos autores.

A inovação tecnológica no ensino, portanto, deve ser acompanhada de um planejamento cuidadoso e de uma formação contínua para os educadores. A simples disponibilização de ferramentas digitais não garante a melhoria da qualidade educacional; é essencial que sua aplicação esteja alinhada a estratégias pedagógicas bem definidas. Além disso, a superação das barreiras de acesso e a promoção de políticas

inclusivas são fundamentais para que a tecnologia cumpra seu papel como agente de transformação na educação.

Dessa forma, ao integrar inovação tecnológica e mediação pedagógica, o professor do século XXI precisa desenvolver uma postura reflexiva e crítica. A tecnologia não pode ser utilizada apenas como um instrumento para digitalizar práticas tradicionais, mas deve ser vista como uma oportunidade para ressignificar o ensino e torná-lo mais participativo e significativo. Para Moran (2015), a mediação docente continua sendo essencial para orientar o uso das tecnologias de forma ética e pedagógica, garantindo que os avanços tecnológicos contribuam para a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios contemporâneos.

4. HUMANIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA ERA DIGITAL

A digitalização do ensino trouxe inúmeros benefícios, mas também gerou preocupações sobre a possível perda da dimensão humana na educação. Em um cenário onde a tecnologia desempenha um papel cada vez mais central no processo de ensino-aprendizagem, é essencial garantir que a humanização continue sendo um princípio norteador da prática docente. A relação entre professor e aluno, baseada no diálogo, na empatia e na construção coletiva do conhecimento, não pode ser substituída por algoritmos e plataformas digitais (Freire, 1996). A humanização da docência, portanto, deve caminhar lado a lado com a inovação, assegurando que o uso da tecnologia potencialize a aprendizagem sem comprometer a interação interpessoal.

A afetividade e o vínculo entre professor e aluno desempenham um papel fundamental no processo educativo. Segundo Freire (1996), o ensino vai além da transmissão de conteúdos; ele deve ser um ato de comunicação e transformação, no qual o educador compreende as necessidades e dificuldades dos estudantes, oferecendo suporte para seu desenvolvimento integral. A presença de um professor que escuta, compreende e motiva seus alunos pode fazer toda a diferença no desempenho acadêmico e na formação de cidadãos críticos e responsáveis.

No contexto digital, a humanização da docência pode ser garantida por meio de estratégias pedagógicas que valorizem a interação e a participação ativa dos estudantes. As metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula

invertida, permitem que os alunos sejam protagonistas do próprio aprendizado, mantendo o professor como um guia e mediador do conhecimento. Moran (2015) destaca que, mesmo em ambientes virtuais, a relação humana precisa ser preservada, com espaços para debates, reflexões coletivas e trocas de experiências que fortaleçam a construção conjunta do saber.

Um dos desafios da humanização na era digital é evitar a excessiva automatização do ensino. O uso de plataformas adaptativas e inteligência artificial pode ser um recurso valioso para personalizar a aprendizagem, mas não deve substituir a mediação pedagógica do professor. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta de apoio, e não como um substituto da interação humana. É fundamental que o docente esteja presente, orientando os alunos, estimulando o pensamento crítico e promovendo um ambiente de aprendizagem que favoreça a colaboração e o desenvolvimento emocional dos estudantes (Castells, 1999).

Além disso, a humanização no ensino digital passa pelo respeito à individualidade dos alunos e pela valorização de suas trajetórias e experiências. Cada estudante tem um ritmo de aprendizagem, necessidades específicas e desafios particulares, e cabe ao professor reconhecer essas diferenças e criar estratégias para atendê-las. Moran (2015) argumenta que a educação inclusiva deve ser uma prioridade, garantindo que nenhum aluno fique para trás no processo de aprendizagem, independentemente de sua realidade social, econômica ou cultural.

Outro aspecto essencial para a humanização da docência na era digital é o fortalecimento da escuta ativa e do diálogo no ambiente educacional. A comunicação eficaz entre professor e aluno é um dos pilares do ensino significativo, e a tecnologia pode ser utilizada para ampliar essas interações. Ferramentas como fóruns de discussão, videoconferências e feedbacks personalizados permitem que os educadores acompanhem de perto a evolução dos estudantes, oferecendo suporte contínuo ao seu aprendizado. Freire (1996) enfatiza que o diálogo é essencial para que a aprendizagem seja um processo participativo e emancipatório, no qual os alunos se sintam ouvidos e valorizados.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese destacando as principais estratégias para garantir a humanização da docência na era digital e os desafios que precisam ser superados para consolidar essa abordagem.

Quadro 3 – Estratégias para a humanização da docência na era digital.

Aspectos	Estratégias de Humanização	Desafios a Superar
Interação professor-aluno	Utilizar metodologias ativas e promover espaços de diálogo	Risco de comunicação impessoal e distante
Personalização da aprendizagem	Atender às necessidades individuais dos alunos	Dificuldade na adaptação de práticas inclusivas
Equilíbrio entre tecnologia e afetividade	Integrar ferramentas digitais sem substituir a interação humana	Automatização excessiva do ensino
Apoio emocional e motivação	Incentivar a escuta ativa e oferecer suporte contínuo	Falta de preparo docente para lidar com aspectos socioemocionais
Inclusão digital	Garantir que todos os alunos tenham acesso às tecnologias educacionais	Desigualdade de acesso e infraestrutura limitada

Fonte: Elaborado pelos autores.

A humanização da docência na era digital, portanto, não deve ser vista como um obstáculo ao uso da tecnologia, mas sim como um complemento indispensável para tornar o ensino mais significativo. O professor continua sendo a peça central do processo educativo, pois é sua mediação que transforma a tecnologia em um recurso pedagógico eficiente. A afetividade, o diálogo e a personalização do ensino são elementos que não podem ser substituídos por ferramentas digitais, independentemente de seu avanço.

Dessa forma, a docência do século XXI precisa encontrar um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a humanização do ensino. É necessário repensar o papel do professor nesse novo cenário, garantindo que a digitalização da educação ocorra sem comprometer os valores fundamentais da prática pedagógica. O maior desafio é construir um modelo educacional que aproveite as potencialidades da tecnologia sem renunciar à relação humana que define o ato de ensinar e aprender (Freire, 1996; Moran, 2015).

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PROFESSOR CONTEMPORÂNEO

A docência no século XXI impõe uma série de desafios aos educadores, que precisam adaptar-se a um contexto de rápidas transformações tecnológicas, sociais e pedagógicas. O professor contemporâneo já não pode se limitar ao papel de transmissor de conhecimento, sendo cada vez mais exigido como mediador da aprendizagem, integrador de novas metodologias e promotor da inclusão educacional. Essa mudança de paradigma demanda uma reformulação profunda na formação docente, exigindo competências que vão além do domínio de conteúdo, incluindo habilidades socioemocionais, tecnológicas e comunicativas (Freire, 1996).

Um dos principais desafios enfrentados pelos professores na atualidade é a necessidade de adaptação às novas tecnologias educacionais. A introdução de recursos digitais na sala de aula tem modificado as dinâmicas tradicionais de ensino, exigindo que os educadores desenvolvam competências para lidar com plataformas virtuais, inteligência artificial e ferramentas interativas. No entanto, a formação docente muitas vezes não acompanha essas inovações, gerando insegurança no uso dessas tecnologias. Sem a capacitação adequada, os professores podem ter dificuldades em integrar a tecnologia de forma significativa ao ensino, correndo o risco de utilizá-la apenas como um complemento ao modelo tradicional (Moran, 2015).

Outro desafio relevante é a carga de trabalho dos professores, que muitas vezes compromete a qualidade da prática docente. A exigência de planejamento, correção de atividades, atendimento individualizado aos alunos e participação em reuniões administrativas pode sobrecarregar os educadores, limitando seu tempo para investir em formação continuada e inovação pedagógica. Além disso, a valorização profissional da docência ainda é um problema em muitos países, com baixos salários, falta de infraestrutura adequada e pouca autonomia para a implementação de metodologias alternativas, o que desmotiva muitos professores e afeta a qualidade do ensino (Castells, 1999).

Além dos desafios estruturais e tecnológicos, o professor contemporâneo também enfrenta a necessidade de lidar com a diversidade na sala de aula. O ensino inclusivo exige que os docentes estejam preparados para atender alunos com diferentes perfis de aprendizagem, deficiências, dificuldades socioemocionais e origens culturais

diversas. A personalização do ensino, tão necessária para garantir uma educação equitativa, muitas vezes esbarra na falta de recursos e na formação insuficiente dos professores para trabalhar com metodologias diferenciadas. Para que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo, é necessário um compromisso maior com políticas educacionais que ofereçam suporte pedagógico e psicológico aos docentes e alunos (Freire, 1996).

A formação continuada é um dos caminhos mais eficazes para superar os desafios da docência contemporânea. No entanto, o acesso a oportunidades de capacitação de qualidade ainda é desigual. Muitos professores precisam buscar por conta própria cursos e especializações que lhes permitam atualizar suas práticas, enquanto outros não dispõem de tempo ou recursos para investir na própria formação. As instituições de ensino e os governos devem criar programas de desenvolvimento profissional contínuo, que incentivem o aperfeiçoamento dos educadores e os preparem para os novos desafios da educação no século XXI (Moran, 2015).

Apesar das dificuldades, o cenário educacional também apresenta oportunidades para a valorização da docência e o fortalecimento do papel do professor como agente de transformação social. A crescente valorização de metodologias inovadoras, como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido e a gamificação, abre espaço para uma atuação docente mais criativa e dinâmica. Além disso, a ampliação do debate sobre inclusão e equidade na educação tem impulsionado mudanças importantes na formação inicial e continuada dos professores, incentivando práticas pedagógicas mais reflexivas e alinhadas às necessidades dos estudantes (Castells, 1999).

O avanço das tecnologias educacionais também pode ser visto como uma oportunidade para transformar o ensino e torná-lo mais acessível e personalizado. Ferramentas digitais possibilitam que os professores criem experiências de aprendizagem mais interativas, acompanhando o progresso dos alunos de maneira mais precisa. A inteligência artificial, por exemplo, pode ser utilizada para detectar dificuldades de aprendizagem e oferecer recomendações personalizadas, ajudando o professor a planejar intervenções pedagógicas mais eficazes. No entanto, o uso da tecnologia deve sempre estar alinhado a uma abordagem humanizada e crítica, para que o ensino não se torne mecânico ou despersonalizado (Freire, 1996).

Diante desse cenário, é essencial que o professor contemporâneo seja incentivado a atuar de forma flexível, inovadora e reflexiva, equilibrando as exigências tecnológicas com a necessidade de manter o ensino humanizado e inclusivo. Para isso, é fundamental que as instituições educacionais e os gestores públicos apoiem a valorização da docência, garantindo melhores condições de trabalho, formação de qualidade e um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento profissional e pessoal dos educadores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A docência no século XXI passa por uma reconfiguração essencial, na qual o professor assume um papel cada vez mais amplo, equilibrando a mediação pedagógica, a incorporação das tecnologias educacionais e a manutenção da humanização no ensino. A evolução tecnológica trouxe novas possibilidades para a aprendizagem, permitindo maior acesso ao conhecimento e personalização do ensino. No entanto, essa transformação não pode ocorrer em detrimento da dimensão afetiva e inclusiva da educação. O professor continua sendo uma peça-chave nesse processo, pois sua mediação garante que as inovações tecnológicas sejam utilizadas de forma crítica, reflexiva e intencional, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Os desafios enfrentados pela docência contemporânea exigem políticas educacionais que valorizem a profissão, oferecendo formação continuada, infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho. O futuro da educação depende da construção de um modelo que integre inovação e humanização de maneira equilibrada, garantindo que o ensino seja acessível, inclusivo e significativo. Dessa forma, a docência se consolida não apenas como uma prática pedagógica, mas como um compromisso social de formação de indivíduos críticos, criativos e preparados para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Editora do Autor, 2015.

NETTO, Cristiane Mendes; ALMEIDA , Karla Nascimento de; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; MOURA, Thales Leandro de. Docência E Uso De Tecnologias Digitais Em Ensino Remoto Emergencial. **Anais CIET: Horizonte**, São Carlos-SP, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/662>.. Acesso em: 3 fev. 2025.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO COMO DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO E QUALIDADE

Maurício Aires Vieira¹³

Yuri de Lima Ribeiro¹⁴

Weider Silva Pinheiro¹⁵

Evelyn Aida Tonioli Valente¹⁶

DOI: 10.47538/AC-2025.06-04

RESUMO: A educação é um direito fundamental, assegurado por marcos legais nacionais e internacionais, sendo essencial para a construção de uma sociedade democrática e equitativa. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (art. 205) estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) regula a organização do ensino, garantindo princípios como equidade e qualidade. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) define metas para a universalização do acesso e melhoria da qualidade educacional. No entanto, desafios como desigualdades socioeconômicas, infraestrutura precária e a desvalorização docente ainda limitam a efetivação desse direito. O objetivo deste estudo é analisar como as políticas educacionais contribuem para garantir o acesso e a qualidade da educação no Brasil, destacando os desafios estruturais e as estratégias necessárias para a superação dessas barreiras. A valorização da carreira docente, o financiamento adequado da educação e a inclusão de grupos historicamente marginalizados são fundamentais para reduzir disparidades e promover equidade educacional. Além disso, a gestão democrática e o envolvimento da comunidade escolar são elementos-chave para a consolidação de uma educação pública de qualidade. A fundamentação teórica baseia-se em Saviani (2008), Libâneo (2012) e Cury (2002). Esses referenciais, aliados à legislação educacional vigente, reforçam a necessidade de um compromisso coletivo para a implementação de políticas efetivas. Diante desse cenário é possível concluir que a efetivação do direito à educação exige políticas públicas estruturadas, financiamento adequado, formação continuada de professores e um modelo de gestão participativa. Somente por meio de um sistema educacional equitativo e de qualidade será possível reduzir desigualdades e garantir que a educação cumpra seu papel transformador na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, acesso, qualidade, equidade educacional, legislação educacional.

13 Doutor em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). mauriciovieira@unipampa.edu.br.

14 Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). yurilr@gmail.com.

15 Doutor em Business Administration (D.B.A.). LOGOS University International. weider@cartoriobruno.not.br.

16 Mestranda em Educação. LOGOS University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano fundamental e um dos pilares para a construção de sociedades mais justas e democráticas. No Brasil, a garantia desse direito está prevista na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um dever do Estado e da família, assegurando o acesso universal à escolarização. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e qualidade no ensino. No entanto, apesar dos avanços normativos, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade de acesso, precariedade da infraestrutura e valorização insuficiente dos profissionais da educação (Saviani, 2008).

Em 2020, a pandemia de COVID-19 agravou esses desafios, expondo e ampliando as desigualdades educacionais. Com o fechamento das escolas e a adoção emergencial do ensino remoto, milhões de estudantes, especialmente os mais vulneráveis, enfrentaram dificuldades de acesso à internet e a dispositivos eletrônicos, além da falta de suporte adequado para o aprendizado em casa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso a atividades escolares durante a pandemia, evidenciando a urgência de políticas públicas que garantam a inclusão digital e a redução das desigualdades educacionais no pós-pandemia.

A efetivação do direito à educação envolve não apenas a garantia do acesso à escola, mas também a promoção de um ensino de qualidade que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes. Historicamente, o Brasil tem enfrentado dificuldades para superar barreiras estruturais que impactam a educação básica e superior. Questões como a disparidade regional na distribuição de recursos, a evasão escolar e a exclusão de grupos historicamente marginalizados ainda comprometem a universalização desse direito. Libâneo (2012) adverte que a análise das políticas públicas educacionais é essencial para compreender como essas iniciativas contribuem para a redução das desigualdades e para a melhoria dos indicadores educacionais.

Em 2021, o relatório “Educação em Pauta”, publicado pelo Todos Pela Educação, destacou que apenas 45% dos alunos do 5º ano do ensino fundamental

alcançaram aprendizagem adequada em língua portuguesa, enquanto em matemática esse índice foi de 36%. O estudo também apontou que as desigualdades regionais persistem, com as regiões Norte e Nordeste apresentando os piores indicadores. Além disso, a pandemia de COVID-19 exacerbou esses desafios, com um aumento significativo na evasão escolar, especialmente entre estudantes de baixa renda. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022), mais de 2 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola no Brasil em 2021, evidenciando a necessidade de políticas urgentes para reverter esse cenário e garantir o direito à educação para todos.

A qualidade da educação está diretamente relacionada a fatores como a formação docente, as condições de trabalho dos professores e a infraestrutura escolar. A desvalorização da carreira docente, evidenciada por baixos salários e falta de investimentos em formação continuada, reflete-se na dificuldade de atrair e reter profissionais qualificados.

Além disso, Cury (2002) evidencia que a precariedade de muitas escolas, especialmente em áreas rurais e periféricas, compromete o processo de ensino-aprendizagem e amplia as desigualdades entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos. Em 2021, o estudo “Profissão Docente”, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelou que 80% dos professores da educação básica no Brasil enfrentam sobrecarga de trabalho, com jornadas que ultrapassam 40 horas semanais, e que apenas 30% possuem acesso a programas de formação continuada. Além disso, a pesquisa “Educação Básica em Números”, publicada em 2022 pelo Observatório da Educação, destacou que 40% das escolas públicas brasileiras ainda não possuem infraestrutura básica, como acesso à internet, bibliotecas e laboratórios, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas que priorizem a valorização dos professores e a melhoria das condições físicas e tecnológicas das escolas, especialmente após os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, que evidenciaram ainda mais as disparidades educacionais no país.

Outro aspecto central para garantir o direito à educação é o financiamento público, que deve assegurar a aplicação eficiente dos recursos na manutenção e

expansão da rede educacional. A vinculação orçamentária estabelecida pela Constituição determina percentuais mínimos de investimento na educação por parte da União, dos estados e dos municípios. No entanto, a gestão desses recursos enfrenta desafios, como a falta de fiscalização adequada e a distribuição desigual dos investimentos, o que pode comprometer a qualidade do ensino e o cumprimento das metas educacionais estabelecidas no PNE (Saviani, 2008).

A democratização da educação também passa pela necessidade de políticas de inclusão e equidade. No Brasil, grupos historicamente excluídos, como populações indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, ainda enfrentam barreiras no acesso à escolarização. Embora existam legislações específicas para garantir a inclusão desses grupos, sua implementação muitas vezes esbarra na falta de infraestrutura e na ausência de formação específica para os educadores. Assim, é fundamental que as políticas públicas contemplem ações concretas para assegurar a inclusão efetiva desses estudantes no ambiente escolar (Libâneo, 2012).

Além da inclusão, a gestão democrática da educação é um princípio essencial para fortalecer a participação da comunidade escolar e garantir maior eficiência na implementação das políticas educacionais. Conselhos escolares, fóruns de debates e a participação ativa de pais e alunos são mecanismos que permitem maior controle social sobre as decisões educacionais e promovem maior transparência na gestão dos recursos públicos. Cury (2002) aponta que a construção de um sistema educacional mais equitativo depende não apenas da formulação de políticas, mas também do envolvimento da sociedade na defesa do direito à educação.

O presente capítulo tem como objetivo analisar como as políticas públicas educacionais contribuem para a garantia do acesso e da qualidade da educação no Brasil. Serão abordados os desafios estruturais que ainda limitam a efetivação desse direito, bem como estratégias necessárias para sua superação. A valorização da carreira docente, o financiamento adequado da educação e a inclusão de grupos marginalizados serão discutidos como elementos fundamentais para reduzir disparidades e promover equidade no ensino.

Para embasar essa discussão, o capítulo se apoia em referenciais teóricos como Saviani (2008), Libâneo (2012) e Cury (2002), além da legislação educacional vigente.

Essas referências permitem compreender a evolução das políticas educacionais no Brasil e os principais desafios enfrentados na efetivação do direito à educação. A análise será realizada a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e no exame de documentos legais e normativos que regulam a educação no país.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de refletir sobre os avanços e limitações das políticas públicas educacionais e seu impacto na redução das desigualdades sociais. A educação é um instrumento de transformação social e um fator determinante para o desenvolvimento econômico e cultural de uma nação. Assim, segundo Saviani (2008), compreender as estratégias que possibilitam a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino é essencial para fortalecer o compromisso com a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

Dessa forma, a reflexão proposta neste capítulo busca contribuir para o debate sobre a importância da educação como direito e sobre a necessidade de aprimorar as políticas educacionais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma formação de qualidade. A universalização do ensino não pode ser tratada apenas como um ideal normativo, mas como uma meta concreta que exige planejamento, investimentos e comprometimento político e social. A seguir, serão discutidos os principais marcos legais que regulamentam a educação no Brasil, destacando seu papel na garantia desse direito fundamental.

2. O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: PRINCÍPIOS E MARCOS LEGAIS

A educação é reconhecida como um direito humano fundamental e um dos principais instrumentos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No Brasil, esse direito está assegurado por diferentes marcos legais que orientam a política educacional e estabelecem diretrizes para a universalização do ensino. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) formam o arcabouço normativo que estrutura o direito à educação no país, garantindo princípios como equidade, gratuidade e qualidade no ensino público (Saviani, 2008).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com

base na igualdade de condições de acesso e permanência. Além disso, o artigo 208 define as obrigações do poder público, incluindo a oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental e a progressiva universalização do ensino médio. Esse marco constitucional consolidou a educação como um direito social fundamental, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para sua efetivação (Cury, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) regulamenta o ensino no Brasil, estabelecendo princípios e diretrizes para a organização da educação básica e superior. A LDB reforça a autonomia dos sistemas educacionais, garantindo flexibilidade na gestão e implementação das políticas de ensino. Entre seus principais aspectos, destacam-se a valorização da educação infantil, a obrigatoriedade do ensino fundamental e a inclusão de programas de formação continuada para professores. Além disso, a LDB preconiza a participação da comunidade na gestão escolar, promovendo uma abordagem democrática da administração educacional (Libâneo, 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) estabelece metas para a expansão e melhoria do ensino no Brasil. Com um horizonte de 10 anos, o PNE propõe estratégias para ampliar a escolarização, reduzir desigualdades regionais e promover a valorização da carreira docente. Suas 20 metas incluem a universalização da educação infantil, a melhoria dos índices de alfabetização e a ampliação do financiamento educacional para garantir a qualidade do ensino. No entanto, a implementação do PNE tem enfrentado desafios relacionados à falta de investimentos e à dificuldade de articulação entre os diferentes entes federativos (Saviani, 2008).

Além dos marcos legais nacionais, o Brasil é signatário de tratados internacionais que reafirmam o compromisso com a educação como direito fundamental. Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração de Incheon (2015) destacam a importância da educação para o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades sociais. Essas normativas reforçam a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de sua condição socioeconômica ou origem étnico-racial (Cury, 2002).

3. DESAFIOS ESTRUTURAIS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A efetivação do direito à educação no Brasil enfrenta desafios estruturais que comprometem a universalização do ensino de qualidade. Apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, obstáculos como a desigualdade socioeconômica, a precariedade da infraestrutura escolar e a desvalorização docente continuam sendo entraves para a consolidação de um sistema educacional equitativo e eficiente (Saviani, 2008).

A desigualdade socioeconômica é um dos principais fatores que dificultam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social muitas vezes enfrentam dificuldades como transporte inadequado, falta de materiais escolares e ambientes domésticos pouco favoráveis ao estudo.

Segundo o Observatório da Educação em 2022, cerca de 60% das escolas públicas em áreas periféricas não oferecem transporte escolar adequado, o que contribui para a evasão de estudantes que residem em zonas rurais ou distantes dos centros urbanos. Além disso, o relatório do INEP (2021) apontou que 25% dos alunos da educação básica não possuem acesso a materiais didáticos básicos, como livros e cadernos, e que muitos dependem exclusivamente de recursos fornecidos pelas escolas, que nem sempre são suficientes. Esses desafios foram agravados durante a pandemia de COVID-19, quando a falta de acesso a dispositivos eletrônicos e à internet impediu que milhões de estudantes acompanhassem as aulas remotas, aprofundando ainda mais as desigualdades educacionais. Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas que garantam condições mínimas de acesso e permanência na escola, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Além disso, Cury (2002) aponta que a evasão escolar está frequentemente associada à necessidade de trabalho precoce, especialmente entre jovens de famílias de baixa renda. Sem políticas eficazes de assistência estudantil, muitos alunos acabam abandonando a escola antes de concluir a educação básica. De acordo com a UNICEF em 2022, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola no país,

sendo que a maioria desses casos estava relacionada à necessidade de contribuir com a renda familiar.

O estudo também destacou que a evasão escolar é mais acentuada entre adolescentes de 15 a 17 anos, faixa etária em que a pressão pelo ingresso no mercado de trabalho é maior. Além disso, o relatório do INEP (2021) revelou que apenas 10% das escolas públicas oferecem programas de assistência estudantil, como bolsas ou auxílios financeiros, que poderiam ajudar a reduzir o abandono escolar. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas intersetoriais que combinem educação, proteção social e geração de renda para garantir que os jovens possam conciliar estudos e trabalho sem precisar abandonar a escola.

Outro desafio significativo é a infraestrutura precária das escolas públicas, que impacta diretamente na qualidade do ensino. Muitas instituições de ensino carecem de salas adequadas, bibliotecas, laboratórios de informática e quadras esportivas, limitando as possibilidades pedagógicas. Adicionalmente, a falta de conectividade nas escolas, especialmente nas áreas rurais e periféricas, dificulta a implementação de metodologias inovadoras e o uso de tecnologias educacionais. Para Libâneo (2012), a ausência de um ambiente escolar adequado reduz as oportunidades de aprendizagem e reforça as desigualdades regionais no ensino.

O observatório da Educação ressalta que em 2022, 40% das escolas públicas brasileiras não possuem infraestrutura básica, como acesso à internet, bibliotecas e laboratórios, e essa porcentagem chega a 70% nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, o estudo do INEP (2021) destacou que apenas 35% das escolas rurais têm acesso à internet de banda larga, o que limita o uso de ferramentas digitais e aprofunda o abismo educacional entre áreas urbanas e rurais. Esses dados reforçam a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura escolar, especialmente após a pandemia de COVID-19, que evidenciou a importância da conectividade e de ambientes adequados para o ensino híbrido e remoto.

A desvalorização da carreira docente é outro fator crítico para a efetivação do direito à educação. A baixa remuneração, a sobrecarga de trabalho e a falta de infraestrutura adequada para o exercício da docência desestimulam novos profissionais a ingressarem na carreira. Além disso, a formação inicial e continuada dos professores

nem sempre acompanha as demandas contemporâneas da educação, dificultando a adoção de práticas pedagógicas inovadoras. A valorização docente passa não apenas pelo aumento salarial, mas também por investimentos na formação continuada e na melhoria das condições de trabalho (Saviani, 2008).

O financiamento educacional insuficiente e mal distribuído também representa um obstáculo à melhoria da qualidade da educação no Brasil. Embora a Constituição Federal estabeleça percentuais mínimos para o investimento na educação, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades financeiras para manter sua estrutura e expandir suas atividades.

Em 2022, o relatório “Financiamento da Educação Básica”, publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), revelou que o investimento por aluno na educação básica pública foi, em média, 30% menor nas regiões Norte e Nordeste em comparação com o Sudeste, evidenciando a persistência de disparidades regionais. O estudo também destacou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), apesar de ser um avanço, ainda não é suficiente para cobrir as necessidades de todas as escolas, especialmente as localizadas em áreas rurais e periféricas. Segundo o INESC, em 2023, apenas 15% dos municípios brasileiros atingiram o patamar mínimo de investimento por aluno recomendado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o que reforça a necessidade de revisão e ampliação dos mecanismos de financiamento para garantir uma educação de qualidade em todo o país.

Para Cury (2002), o financiamento educacional deve ser planejado para reduzir desigualdades, priorizando regiões e grupos sociais mais vulneráveis, garantindo que o direito à educação seja plenamente assegurado a todos. O quadro a seguir apresenta os principais desafios estruturais enfrentados pela educação brasileira, destacando seus impactos e possíveis soluções para garantir a efetivação do direito à educação.

Quadro 1 – Desafios estruturais para a efetivação do direito à educação e possíveis soluções.

Desafios	Impactos	Possíveis Soluções
Desigualdade socioeconômica	Aumento da evasão escolar e dificuldades de aprendizado	Políticas de assistência estudantil e programas de permanência escolar
Infraestrutura precária das escolas	Limitação de práticas pedagógicas e aprendizado insuficiente	Investimentos na melhoria da infraestrutura e conectividade nas escolas

Desvalorização docente	Falta de profissionais qualificados e motivação reduzida	Melhor remuneração, formação continuada e condições adequadas de trabalho
Financiamento educacional insuficiente	Falta de recursos para melhorias no ensino	Aumento dos investimentos públicos e distribuição equitativa dos recursos
Falta de gestão democrática	Dificuldade na implementação de políticas educacionais eficazes	Fortalecimento dos conselhos escolares e participação da comunidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

A falta de gestão democrática e participação da comunidade escolar também compromete a efetivação do direito à educação. Embora a legislação educacional preveja mecanismos de participação da sociedade na definição das políticas educacionais, na prática, muitas escolas ainda possuem pouca autonomia e enfrentam dificuldades na implementação de modelos de gestão mais participativos. Libâneo (2012) ressalta que a presença de conselhos escolares ativos e a inclusão de estudantes e famílias no processo de tomada de decisão são essenciais para tornar a educação mais eficiente e transparente.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A efetivação do direito à educação no Brasil depende diretamente das políticas públicas que regulam o acesso e a qualidade do ensino. A formulação dessas políticas tem como base marcos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), que estabelecem diretrizes para a universalização do ensino, a valorização docente e a gestão democrática da educação (Saviani, 2008). No entanto, para além da legislação, a implementação eficaz dessas políticas enfrenta desafios relacionados à desigualdade social, ao financiamento educacional e à necessidade de maior participação da sociedade na construção de um sistema educacional equitativo e de qualidade.

Uma das principais estratégias para garantir o acesso à educação tem sido a universalização da escolarização, especialmente nos níveis da educação básica. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) têm sido fundamentais para

ampliar a oferta de ensino e garantir recursos para escolas públicas. O Fundeb assegura o financiamento da educação infantil ao ensino médio, sendo um mecanismo essencial para a equidade no sistema educacional, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica (Cury, 2002).

Além do financiamento, políticas públicas como o Programa Bolsa Família (substituído pelo Auxílio Brasil) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm desempenhado um papel crucial na redução da evasão escolar. Muitas crianças e adolescentes abandonam os estudos devido a dificuldades econômicas, e esses programas garantem incentivos financeiros e alimentação adequada para manter os alunos matriculados e assíduos nas escolas. Assim, o enfrentamento da evasão escolar exige não apenas investimentos em infraestrutura, mas também a criação de políticas que combatam a desigualdade social e promovam a permanência dos estudantes no ambiente escolar (Libâneo, 2012).

No que diz respeito à qualidade da educação, as políticas públicas precisam garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas para a aprendizagem. Programas de formação continuada para professores, como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), buscam capacitar os docentes e promover metodologias de ensino mais eficazes. No entanto, a formação docente ainda enfrenta desafios, como a falta de incentivos para a atualização profissional e a ausência de uma estrutura eficiente para a implementação de novas práticas pedagógicas (Saviani, 2008).

Outro aspecto fundamental para a melhoria da qualidade da educação é o fortalecimento das avaliações educacionais. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são instrumentos utilizados para monitorar o desempenho dos estudantes e orientar a formulação de políticas educacionais. No entanto, a ênfase excessiva em avaliações padronizadas pode gerar impactos negativos, como o ensino voltado apenas para os testes, deixando de lado o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e críticas. Dessa forma, é essencial equilibrar a aplicação de avaliações externas com metodologias que incentivem uma aprendizagem mais significativa e contextualizada (Cury, 2002).

A gestão democrática da educação também é um elemento-chave para garantir a efetividade das políticas públicas. A participação da comunidade escolar, por meio de conselhos municipais e estaduais de educação, fortalece a transparência na administração dos recursos e permite que as decisões sejam tomadas de forma mais participativa. A LDB prevê a autonomia dos sistemas de ensino, permitindo que estados e municípios organizem suas políticas educacionais de acordo com as necessidades locais. No entanto, a implementação de uma gestão verdadeiramente democrática ainda enfrenta desafios, como a burocratização dos processos e a falta de incentivo à participação da sociedade civil (Libâneo, 2012).

Por fim, a inclusão educacional deve ser uma prioridade na formulação das políticas públicas. Garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência, bem como de grupos historicamente marginalizados, exige investimentos em formação docente, adaptação curricular e acessibilidade nas escolas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Política Nacional de Educação Especial são exemplos de iniciativas voltadas para a inclusão, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que o ensino seja verdadeiramente inclusivo e equitativo (Saviani, 2008). O Quadro 2, abaixo, apresenta as principais políticas públicas voltadas para garantir o acesso e a qualidade na educação, destacando seus objetivos e os desafios enfrentados na implementação dessas iniciativas.

Quadro 2 – Principais políticas públicas para acesso e qualidade na educação.

Política Pública	Objetivo	Desafios de Implementação
Fundeb	Garantir financiamento da educação básica	Recursos ainda insuficientes para cobrir todas as demandas
Bolsa Família / Auxílio Brasil	Reduzir evasão escolar e garantir permanência	Monitoramento contínuo para evitar fraudes e descontinuidade
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Assegurar alimentação adequada para os alunos	Infraestrutura precária em algumas escolas dificulta a distribuição eficiente
Parfor (Programa Nacional de Formação de Professores)	Capacitar professores e melhorar metodologias de ensino	Dificuldade de acesso e adesão por parte dos docentes
Saeb e Enem	Avaliar a qualidade da educação e desempenho dos alunos	Ensino muitas vezes voltado apenas para os exames, reduzindo aprendizado significativo
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Incluir estudantes com deficiência no ensino regular	Falta de profissionais especializados e infraestrutura adaptada

Fonte: Elaborado pelos autores.

5. INCLUSÃO EDUCACIONAL E EQUIDADE

A inclusão educacional e a equidade são princípios fundamentais para a efetivação do direito à educação, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, condição econômica ou características individuais, tenham acesso a uma formação de qualidade. No Brasil, políticas públicas voltadas para a inclusão têm sido implementadas com o objetivo de atender grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, comunidades indígenas, quilombolas e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, desafios persistem na efetivação de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que assegure não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos (Saviani, 2008).

A inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares é um dos maiores desafios da educação inclusiva no país. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado para oferecer suporte a esses alunos, garantindo adaptações curriculares, tecnologias assistivas e formação de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. No entanto, a infraestrutura inadequada, a falta de materiais acessíveis e a carência de profissionais especializados ainda são obstáculos que dificultam a implementação efetiva da educação inclusiva (Libâneo, 2012).

Além dos estudantes com deficiência, a equidade educacional envolve a garantia de acesso e permanência de grupos étnico-raciais historicamente excluídos do sistema educacional. Comunidades indígenas e quilombolas enfrentam desafios específicos, como a falta de escolas em suas localidades, currículos pouco contextualizados e ausência de professores bilíngues ou com formação adequada para atender às suas necessidades culturais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena representam um avanço nesse sentido, mas ainda há muito a ser feito para garantir que esses estudantes tenham um ensino de qualidade e respeitoso às suas tradições (Cury, 2002).

Outro fator essencial na promoção da equidade educacional é a superação das desigualdades socioeconômicas, que afetam milhões de crianças e adolescentes no Brasil. A evasão escolar ainda é um problema preocupante, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade, onde muitos jovens precisam abandonar os estudos para trabalhar e

contribuir com a renda familiar. Programas como o Bolsa Família/Auxílio Brasil e a distribuição de materiais didáticos gratuitos têm sido estratégias importantes para reduzir a evasão, mas assim como ressalta Saviani (2008), a melhoria da qualidade do ensino e a oferta de oportunidades de aprendizado significativo são fundamentais para manter os alunos na escola.

A equidade na educação também passa pela oferta de uma formação docente qualificada e sensível às diversidades presentes no ambiente escolar. Professores precisam estar preparados para trabalhar com metodologias inclusivas, promovendo um ensino que respeite e valorize as diferenças. A formação continuada dos educadores deve incluir conteúdos sobre práticas pedagógicas inclusivas, desenvolvimento de estratégias diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas que facilitem o aprendizado de todos os estudantes (Libâneo, 2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação do direito à educação no Brasil exige um compromisso contínuo com a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino. Ao longo deste capítulo, discutimos os principais marcos legais que regulamentam a educação, os desafios estruturais enfrentados pelo sistema educacional, as políticas públicas voltadas para garantir esse direito e a importância da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem. Embora o Brasil tenha avançado em termos normativos e implementado programas que buscam democratizar a educação, ainda há barreiras significativas a serem superadas para que esse direito seja plenamente garantido a todos os cidadãos.

A desigualdade socioeconômica, a precariedade da infraestrutura escolar, a desvalorização docente e as dificuldades na implementação de políticas inclusivas são desafios que demandam ações estruturadas e investimentos consistentes. A superação dessas barreiras passa por uma gestão educacional eficiente, pela ampliação do financiamento público para a educação e pelo fortalecimento da participação social na construção de um sistema educacional mais justo e democrático. Além disso, a valorização da diversidade e o compromisso com a equidade devem estar no centro das políticas educacionais, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua

origem, condição econômica ou necessidades específicas, tenham acesso a um ensino de qualidade. Somente por meio de um esforço coletivo e contínuo será possível transformar a educação em um verdadeiro instrumento de inclusão e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua Educação 2020: cerca de 244 mil crianças e adolescentes não tinham acesso à internet em casa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Financiamento da Educação Básica: desafios e desigualdades regionais**. Brasília: INESC, 2022.

Disponível em: <https://www.inesc.org.br>. Acesso em: 11 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Profissão Docente: condições de trabalho e formação continuada**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Básica em Números 2022: infraestrutura e desigualdades escolares**. São Paulo: Observatório da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodaeducacao.org.br>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação em Pauta 2021: desafios e perspectivas para a educação básica no Brasil**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 02 fev. 2025.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2022.
Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CAPÍTULO V

APRENDIZAGEM COLABORATIVA E TRABALHO EM EQUIPE: O IMPACTO DAS INTERAÇÕES NO CONHECIMENTO

Weider Silva Pinheiro¹⁷

Evelyn Aida Tonioli Valente¹⁸

DOI: 10.47538/AC-2025.06-05

RESUMO: A aprendizagem colaborativa é uma abordagem pedagógica que valoriza a interação entre os alunos, incentivando a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Diferente do modelo tradicional, em que o ensino é centrado no professor, essa metodologia enfatiza a cooperação entre os estudantes, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI, como comunicação, empatia e pensamento crítico. O objetivo deste capítulo é analisar os benefícios da aprendizagem colaborativa e do trabalho em equipe no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes. Discute-se o papel do professor como facilitador desse processo, criando ambientes de aprendizagem dinâmicos e incentivando a cooperação entre os alunos. Além disso, são abordados os desafios dessa abordagem, como a necessidade de planejamento adequado e estratégias para garantir a participação equitativa dos estudantes. O referencial teórico fundamenta-se em Vygotsky (1978), que destaca a importância das interações sociais na aprendizagem, Johnson e Johnson (1999), que analisam os efeitos da aprendizagem cooperativa, e Dillenbourg (1999), que discute os princípios da aprendizagem colaborativa no contexto educacional. Esses estudos reforçam a ideia de que o conhecimento se constroi de maneira mais efetiva quando há troca e colaboração. Dessa forma, a aprendizagem colaborativa se apresenta como uma estratégia pedagógica capaz de potencializar não apenas o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também suas competências socioemocionais. Ao incentivar o trabalho em equipe, as práticas educacionais tornam-se mais dinâmicas, inclusivas e alinhadas às demandas do mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: colaboração, interação, pensamento crítico, aprendizagem cooperativa.

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem colaborativa tem se consolidado como uma abordagem pedagógica eficaz na construção do conhecimento, promovendo interações sociais que favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Diferente do ensino tradicional, centrado na transmissão de conteúdos pelo professor, essa metodologia enfatiza a cooperação entre os estudantes, permitindo que aprendam uns

¹⁷ Doutor em Business Administration (D.B.A.). LOGOS University International. weider@cartoriobruno.not.br.

¹⁸ Mestranda em Educação. LOGOS University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

com os outros e construam coletivamente significados a partir da interação. Segundo Vygotsky (1978), o aprendizado ocorre de maneira mais significativa quando mediado por pares e pelo ambiente social, sendo a colaboração um fator essencial para o desenvolvimento intelectual. Essa perspectiva dialoga com as pesquisas de Johnson e Johnson (1999), que demonstram que o trabalho em equipe potencializa o engajamento dos alunos e contribui para um aprendizado mais dinâmico e participativo.

A interação entre os estudantes, quando estruturada adequadamente, possibilita a troca de ideias e a formulação conjunta de soluções para desafios propostos em sala de aula. Santos (2020) destaca que a aprendizagem colaborativa ocorre quando dois ou mais indivíduos constroem um conhecimento compartilhado a partir do diálogo e da cooperação, sendo esse processo mais eficaz do que a simples recepção passiva de informações. No entanto, para que essa abordagem seja efetiva, é necessário que haja intencionalidade no planejamento pedagógico, garantindo que os alunos tenham papéis ativos e complementares na construção do conhecimento.

Além do estímulo ao pensamento crítico e reflexivo, a aprendizagem colaborativa favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a comunicação assertiva e a resolução de conflitos. Estudos indicam que ambientes de ensino cooperativos contribuem para um melhor desempenho acadêmico, pois os estudantes se sentem mais motivados a participar quando percebem que suas contribuições são valorizadas (Witter, 2020). Assim, a colaboração não apenas aprimora a aprendizagem de conteúdos específicos, mas também prepara os alunos para interagir de forma ética e produtiva na sociedade.

No contexto educacional contemporâneo, o professor assume um papel de mediador no processo de ensino, orientando os estudantes na construção conjunta do saber. Essa mudança de paradigma exige uma reformulação na prática pedagógica, incorporando estratégias que estimulem a participação ativa dos alunos e incentivem a autonomia intelectual. Santos (2020) ressalta que a colaboração em sala de aula deve ser incentivada por meio de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino por pares, garantindo um aprendizado significativo e aplicado a contextos reais.

Outro aspecto relevante da aprendizagem colaborativa é a possibilidade de integração com tecnologias educacionais. Plataformas digitais, como fóruns de discussão, ambientes virtuais de aprendizagem e softwares interativos, ampliam as oportunidades de cooperação entre os estudantes, permitindo que o conhecimento seja construído coletivamente mesmo em ambientes remotos. Santos (2020), argumenta que as ferramentas tecnológicas podem atuar como mediadoras do aprendizado, favorecendo o intercâmbio de ideias e facilitando a construção de um conhecimento compartilhado. No entanto, o uso dessas tecnologias deve ser planejado de maneira criteriosa, evitando que se tornem meros instrumentos de reprodução de conteúdos sem interação significativa.

A aprendizagem colaborativa também contribui para a personalização do ensino, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes. Em um ambiente onde a cooperação é incentivada, os alunos têm a oportunidade de se apoiar mutuamente, ajudando colegas que enfrentam dificuldades e aprimorando suas próprias habilidades ao ensinar o que já aprenderam. Vygotsky (1978) sugere que a chamada “zona de desenvolvimento proximal” – espaço entre o que o aluno consegue aprender sozinho e o que pode alcançar com auxílio – é potencializada pelo trabalho em equipe, pois a interação com pares mais experientes ou com diferentes perspectivas amplia as possibilidades de aprendizagem.

No entanto, a implementação da aprendizagem colaborativa em sala de aula apresenta desafios que precisam ser considerados. A falta de experiência dos professores na aplicação dessa metodologia, a resistência de alguns alunos em trabalhar em grupo e a dificuldade de avaliar o desempenho individual dentro de um contexto coletivo são aspectos que podem dificultar sua adoção. Johnson e Johnson (1999) alertam que, para que a colaboração seja produtiva, é essencial estabelecer regras claras, definir papéis dentro dos grupos e promover uma cultura de respeito mútuo, garantindo que todos os estudantes tenham voz ativa no processo de aprendizado.

Diante desse cenário, o presente capítulo tem como objetivo analisar os benefícios da aprendizagem colaborativa e seu impacto no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes. Para isso, serão discutidos os fundamentos teóricos dessa abordagem, destacando as contribuições de Vygotsky

(1978), Johnson e Johnson (1999) e Dillenbourg (1999), além da análise de estudos recentes sobre a temática. Também serão abordados os desafios da implementação desse modelo de ensino, bem como estratégias para potencializar seus efeitos no contexto educacional.

A aprendizagem colaborativa representa um avanço na concepção do ensino, deslocando o foco do simples repasse de informações para a construção conjunta do saber. Essa abordagem dialoga com as necessidades do século XXI, onde habilidades como cooperação, comunicação e pensamento crítico são essenciais para a formação de cidadãos ativos e preparados para os desafios da contemporaneidade. Ao longo deste capítulo, discutiremos como o trabalho em equipe pode ser utilizado como ferramenta pedagógica para tornar o ensino mais dinâmico, significativo e inclusivo.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA

A aprendizagem colaborativa tem suas bases teóricas em diferentes correntes do pensamento educacional, sendo amplamente influenciada pela teoria sociocultural de Vygotsky (1978). Para esse autor, a interação social é essencial no processo de construção do conhecimento, pois é por meio do diálogo e da mediação que o aluno expande suas capacidades cognitivas. O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), formulado por Vygotsky, descreve a diferença entre o que um indivíduo consegue aprender sozinho e aquilo que pode alcançar com a ajuda de um colega mais experiente ou de um professor. Esse princípio fundamenta a ideia de que a colaboração entre os alunos favorece o aprendizado, pois permite que cada um contribua para o avanço do outro, criando um ambiente de construção conjunta do saber.

Além da perspectiva sociocultural, a aprendizagem cooperativa, conceito desenvolvido por Johnson e Johnson (1999), reforça a importância do trabalho em grupo para a aquisição do conhecimento. Esses autores argumentam que, quando os alunos compartilham ideias e se apoiam mutuamente, o engajamento no processo educativo aumenta, e o aprendizado se torna mais significativo. Diferente da simples divisão de tarefas, a aprendizagem cooperativa envolve a interdependência positiva entre os membros do grupo, garantindo que todos tenham participação ativa e contribuam para um objetivo comum.

Outro estudioso relevante para essa discussão é Dillenbourg (1999), que aprofunda o conceito de aprendizagem colaborativa, diferenciando-a do modelo cooperativo. Para o autor, enquanto a aprendizagem cooperativa divide as tarefas entre os alunos, a aprendizagem colaborativa enfatiza a construção conjunta do conhecimento, baseada na troca contínua de ideias e na co-construção do saber. Dillenbourg ressalta que, em um ambiente colaborativo, não há uma separação rígida de funções, e todos os participantes são igualmente responsáveis pelo desenvolvimento do aprendizado, favorecendo um ensino mais dinâmico e participativo.

A literatura contemporânea sobre o tema reforça que a aprendizagem colaborativa não se limita ao ambiente escolar, sendo uma abordagem que pode ser aplicada em diferentes contextos educacionais e tecnológicos. Witter (2020) destaca que a interação entre os estudantes pode ser potencializada pelo uso de ferramentas digitais, permitindo que a construção coletiva do conhecimento ocorra de forma síncrona ou assíncrona. Plataformas como fóruns de discussão, ambientes virtuais de aprendizagem e metodologias ativas baseadas em projetos são exemplos de estratégias que ampliam as possibilidades da colaboração no ensino.

Um aspecto central da aprendizagem colaborativa é seu impacto no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos. Estudos demonstram que essa metodologia estimula o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolver problemas de maneira mais eficaz. Além disso, o trabalho em equipe fortalece habilidades interpessoais, como comunicação, empatia e respeito às diferentes perspectivas. Johnson e Johnson (1999) destacam que, ao colaborar uns com os outros, os alunos aprendem a lidar com divergências e a construir consensos, desenvolvendo competências essenciais para a vida acadêmica e profissional.

Para que a aprendizagem colaborativa seja bem-sucedida, no entanto, é fundamental que o professor atue como mediador do processo. Vygotsky (1978) enfatiza que o aprendizado ocorre por meio da interação entre os sujeitos e o meio, sendo o professor responsável por organizar as atividades e criar condições para que os alunos se envolvam ativamente no processo. Isso significa que o docente deve adotar estratégias que incentivem a participação equitativa dos estudantes, promovendo um ambiente de colaboração genuína.

Além da mediação do professor, a estruturação das atividades colaborativas desempenha um papel crucial no sucesso dessa abordagem. Dillenbourg (1999) aponta que a organização das tarefas deve garantir que todos os membros do grupo tenham contribuições significativas, evitando que apenas alguns estudantes assumam a responsabilidade pelo trabalho. Para isso, é possível utilizar dinâmicas de aprendizagem baseada em problemas (PBL), discussões guiadas e desafios interdisciplinares, que exigem cooperação ativa para serem resolvidos.

Outro fator importante na implementação da aprendizagem colaborativa é o uso de feedbacks contínuos. Johnson e Johnson (1999) sugerem que, além de avaliar os produtos finais das atividades, os professores devem incentivar a autoavaliação e a avaliação entre pares, permitindo que os alunos reflitam sobre seu próprio desempenho e o dos colegas. Esse tipo de abordagem contribui para um aprendizado mais autônomo e reflexivo, incentivando a autorregulação e o aprimoramento das habilidades de trabalho em equipe.

Por fim, a aprendizagem colaborativa se alinha às demandas do século XXI, em que habilidades como criatividade, comunicação e cooperação são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho e na sociedade. Como aponta Witter (2020), o ensino deve preparar os estudantes para lidar com desafios complexos, incentivando-os a buscar soluções de forma colaborativa e crítica. Dessa forma, ao integrar essa metodologia ao currículo escolar, as instituições de ensino podem contribuir para a formação de cidadãos mais preparados para os desafios contemporâneos.

3. BENEFÍCIOS DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

A aprendizagem colaborativa promove uma série de benefícios tanto para o desenvolvimento cognitivo quanto para o crescimento socioemocional dos estudantes. Ao estimular a interação entre os alunos, essa abordagem favorece a troca de conhecimentos e experiências, permitindo que o aprendizado ocorra de maneira mais significativa. Diferente do modelo tradicional, em que o ensino é frequentemente pautado na memorização de conteúdos, a aprendizagem colaborativa enfatiza a

construção conjunta do saber, estimulando o pensamento crítico e a autonomia intelectual dos estudantes (Vygotsky, 1978).

Entre os principais benefícios da aprendizagem colaborativa, destaca-se o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a comunicação assertiva e a cooperação. Durante as atividades em grupo, os alunos precisam ouvir e respeitar diferentes pontos de vista, argumentar suas ideias e construir soluções conjuntas. Esse processo favorece a formação de sujeitos mais reflexivos e preparados para lidar com conflitos e desafios interpessoais, habilidades fundamentais para o convívio social e o futuro profissional (Johnson; Johnson, 1999).

Além disso, o trabalho em equipe estimula a responsabilidade compartilhada, pois cada membro do grupo assume um papel ativo na realização das atividades. Esse senso de corresponsabilidade contribui para o fortalecimento da autonomia e da disciplina, uma vez que os estudantes compreendem que seu desempenho individual impacta diretamente no sucesso coletivo. Dillenbourg (1999) ressalta que, em ambientes colaborativos, os alunos tendem a se comprometer mais com as tarefas, pois percebem que suas contribuições são valorizadas e que fazem parte de um processo de aprendizagem participativo.

Outro impacto positivo da aprendizagem colaborativa está no estímulo ao pensamento crítico e à resolução de problemas. Ao trabalharem juntos, os alunos são desafiados a analisar situações sob diferentes perspectivas, avaliar argumentos e buscar soluções inovadoras para os desafios propostos. Essa abordagem incentiva a curiosidade intelectual e a capacidade de questionamento, características essenciais para o desenvolvimento acadêmico e para a construção de um olhar crítico sobre o mundo (Vygotsky, 1978).

No que diz respeito ao desempenho acadêmico, estudos indicam que os alunos envolvidos em atividades colaborativas apresentam maior retenção do conhecimento em comparação àqueles que aprendem de maneira isolada. Isso ocorre porque a interação constante com colegas permite a reformulação e a consolidação das ideias, tornando o aprendizado mais dinâmico e efetivo. Witter (2020) aponta que, quando os estudantes explicam conceitos uns aos outros e discutem estratégias de resolução de problemas, seu nível de compreensão tende a aumentar significativamente.

A motivação para aprender também é impulsionada por essa metodologia, uma vez que o ensino se torna mais dinâmico e engajador. Johnson e Johnson (1999) destacam que o senso de pertencimento gerado pelo trabalho em grupo reduz a ansiedade e aumenta a autoconfiança dos alunos, fazendo com que se sintam mais seguros para expressar suas opiniões e experimentar novas ideias. Esse ambiente de suporte mútuo favorece a aprendizagem ativa, estimulando os estudantes a participarem com mais entusiasmo das atividades propostas.

Além dos benefícios individuais, a aprendizagem colaborativa contribui para a redução da exclusão escolar, pois cria um ambiente mais inclusivo e democrático. Alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem podem se beneficiar do apoio dos colegas, desenvolvendo suas habilidades em um ritmo mais adequado às suas necessidades. Da mesma forma, estudantes com maior facilidade para determinados conteúdos têm a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos ao ensiná-los a outros, consolidando o aprendizado por meio da explicação e do reforço conceitual (Dillenbourg, 1999).

Outra vantagem da colaboração no ensino está na capacidade de adaptação a diferentes contextos educacionais. Seja no ensino presencial ou no modelo híbrido, a aprendizagem colaborativa pode ser aplicada em diversos formatos, utilizando metodologias ativas como a aprendizagem baseada em projetos (PBL) e a sala de aula invertida. O uso de tecnologias digitais também amplia as possibilidades dessa abordagem, permitindo que os estudantes colaborem entre si por meio de fóruns, videoconferências e plataformas de ensino interativo (Witter, 2020).

Por fim, a aprendizagem colaborativa está diretamente ligada às demandas do século XXI, que exigem profissionais com habilidades como criatividade, flexibilidade e capacidade de trabalhar em equipe. Em um mundo cada vez mais interconectado, as competências desenvolvidas por meio dessa abordagem são fundamentais para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de contribuir para a resolução de problemas sociais e para a inovação em suas áreas de atuação (Johnson & Johnson, 1999).

4. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA APRENDIZAGEM COLABORATIVA

Embora a aprendizagem colaborativa apresente inúmeros benefícios para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes, sua implementação em ambientes educacionais ainda enfrenta desafios significativos. A transição do modelo tradicional de ensino, centrado na transmissão de conteúdos pelo professor, para uma abordagem mais dinâmica e participativa exige planejamento pedagógico, adaptação metodológica e um comprometimento coletivo da comunidade escolar (Dillenbourg, 1999).

Um dos principais desafios é a falta de preparo docente para mediar a aprendizagem colaborativa. Muitos professores não receberam formação específica para aplicar essa metodologia e, por isso, podem ter dificuldades em estruturar atividades que incentivem a participação equitativa dos alunos. Segundo Witter (2020), o sucesso dessa abordagem depende da capacidade do docente de criar um ambiente favorável ao diálogo e à cooperação, utilizando estratégias que estimulem a interação e a construção conjunta do conhecimento.

Outro obstáculo relevante é a resistência de alguns alunos ao trabalho em equipe. Nem todos os estudantes estão acostumados a compartilhar responsabilidades e tomar decisões coletivamente. Em alguns casos, há desequilíbrio na participação, com alunos mais ativos assumindo a maior parte das tarefas, enquanto outros permanecem passivos. Johnson e Johnson (1999) destacam que, para evitar esse problema, é fundamental estabelecer diretrizes claras e promover uma cultura de colaboração, incentivando o engajamento de todos os membros do grupo.

A dificuldade na avaliação individual dentro de um contexto coletivo também se apresenta como um desafio para a aprendizagem colaborativa. Como as atividades são realizadas em equipe, torna-se mais complexo mensurar a contribuição individual de cada aluno e garantir que todos estejam realmente envolvidos no processo. Vygotsky (1978) sugere que, em contextos de aprendizagem mediada, a observação contínua do professor e o uso de autoavaliações e feedbacks entre pares podem ser estratégias eficazes para acompanhar o progresso dos estudantes.

Além disso, a falta de infraestrutura adequada pode comprometer a implementação dessa metodologia. Em muitas escolas, especialmente nas redes públicas, há carência de espaços que favoreçam o trabalho em grupo, como salas modulares e laboratórios interativos. A ausência de recursos tecnológicos também limita as possibilidades da aprendizagem colaborativa, dificultando o acesso a ferramentas digitais que poderiam potencializar a cooperação entre os alunos (Witter, 2020).

Outro desafio enfrentado pelos educadores é a necessidade de planejamento detalhado para garantir a eficácia das atividades colaborativas. Diferentemente do ensino tradicional, em que o professor apresenta o conteúdo de maneira expositiva, a aprendizagem colaborativa requer a elaboração de estratégias que favoreçam a interação e a co-construção do conhecimento. Bandeira e Marques (2023) destacam que o planejamento de ensino, na perspectiva colaborativa, supera a concepção instrumental de planejamento, enfatizando a importância da colaboração entre docentes para a produção de um currículo significativo. Eles argumentam que o trabalho docente compartilhado fomenta a discussão, o debate, a reflexão e a decisão sobre o conteúdo e a forma do planejamento, visando alcançar práticas educativas transformadoras.

Além disso, Santos e Souza (2024) ressaltam que a aprendizagem colaborativa e a aplicação da Taxonomia de Bloom em sala de aula exigem que os professores desenvolvam planejamentos que promovam a interação e a co-construção do conhecimento. Eles sugerem que o uso de tecnologias pode ampliar o ensino e as aprendizagens dos alunos, destacando a necessidade de estratégias que favoreçam a participação ativa dos estudantes.

A dinâmica dos grupos também influencia os resultados da aprendizagem colaborativa. A formação de equipes pode gerar conflitos interpessoais, especialmente quando há diferenças de habilidades, níveis de engajamento ou estilos de aprendizagem. Para minimizar esses desafios, Dillenbourg (1999) recomenda que os grupos sejam organizados de forma heterogênea, promovendo a diversidade de perspectivas e incentivando a troca de conhecimentos entre os alunos.

Além disso, há o desafio de integrar a aprendizagem colaborativa ao currículo escolar de maneira consistente. Em muitos sistemas educacionais, o ensino ainda está estruturado em disciplinas compartimentadas, o que pode dificultar a adoção de práticas

interdisciplinares que favoreçam a colaboração. Para superar essa barreira, é necessário um esforço conjunto de gestores, professores e formuladores de políticas educacionais, a fim de criar um ambiente favorável à inovação pedagógica (Vygotsky, 1978).

A falta de tempo disponível em sala de aula também pode ser um empecilho para a implementação dessa metodologia. Em currículos extensos e com carga horária limitada, os professores podem sentir dificuldade em dedicar momentos específicos para atividades colaborativas. No entanto, Johnson e Johnson (1999) sugerem que a aprendizagem cooperativa pode ser incorporada gradualmente, começando com atividades menores e aumentando sua complexidade à medida que os alunos se familiarizam com essa dinâmica.

Por fim, a adaptação da aprendizagem colaborativa ao contexto digital apresenta desafios específicos. Embora o uso de tecnologias possa ampliar as oportunidades de colaboração, a falta de acesso a dispositivos e internet de qualidade pode dificultar a implementação dessa abordagem, especialmente em comunidades de baixa renda. Witter (2020) reforça que, para garantir a inclusão digital, é necessário investir em políticas públicas que ampliem a conectividade e ofereçam suporte técnico aos educadores e estudantes.

Diante desses desafios, a adoção da aprendizagem colaborativa requer um planejamento cuidadoso e estratégias que garantam sua efetividade. O papel do professor como mediador do conhecimento é essencial para superar esses obstáculos e criar um ambiente de ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às demandas da educação contemporânea.

5. O PAPEL DO PROFESSOR COMO FACILITADOR DO APRENDIZADO COLABORATIVO

Na aprendizagem colaborativa, o papel do professor vai além da simples transmissão de conteúdos, assumindo a função de mediador do conhecimento. Diferente do modelo tradicional de ensino, onde o educador é a principal fonte de informações, essa abordagem requer que o professor atue como facilitador, organizando o ambiente de aprendizado, incentivando a participação ativa dos alunos e promovendo o trabalho em equipe de maneira estruturada (Vygotsky, 1978).

Para que a colaboração entre os estudantes seja efetiva, o professor deve planejar estratégias que estimulem a interação e a construção conjunta do saber. Segundo Johnson e Johnson (1999), um dos elementos essenciais da aprendizagem colaborativa é a interdependência positiva, ou seja, a percepção de que o sucesso individual está diretamente ligado ao sucesso do grupo. O professor, nesse contexto, tem o papel de criar desafios e atividades que exijam cooperação mútua, garantindo que cada aluno tenha uma função específica dentro do processo de aprendizagem.

Outra função fundamental do professor é a gestão dos grupos. A composição das equipes pode influenciar significativamente os resultados da aprendizagem colaborativa, e cabe ao docente definir estratégias para formar grupos equilibrados, levando em conta habilidades, estilos de aprendizagem e níveis de conhecimento dos estudantes. Dillenbourg (1999) aponta que grupos heterogêneos tendem a ser mais produtivos, pois permitem que os alunos compartilhem diferentes perspectivas e fortaleçam suas habilidades por meio da interação com colegas de perfis variados.

Além de organizar as atividades colaborativas, o professor deve atuar como mediador de conflitos e dificuldades. O trabalho em equipe nem sempre ocorre de maneira harmoniosa, e divergências entre os participantes podem surgir ao longo do processo. Para evitar problemas que comprometam a dinâmica do grupo, é fundamental que o professor estabeleça regras claras, promova o respeito às opiniões divergentes e intervenha quando necessário para garantir que todos os alunos tenham voz e participação igualitária (Witter, 2020).

A avaliação na aprendizagem colaborativa também exige uma postura diferenciada do professor. Lisboa, Tarouco e Silva (2024) destacam que, na avaliação da aprendizagem colaborativa apoiada por computador, é essencial considerar fatores pedagógicos, tecnológicos e psicológicos. A autora enfatiza que indicadores para a avaliação podem envolver avaliação pelos professores, avaliação por pares e autoavaliação, promovendo a motivação dos estudantes para atuarem de forma ativa.

Araujo et al. (2022) investigaram a eficácia da avaliação por pares e da autoavaliação na metodologia Problem-Based Learning (PBL). Os resultados indicam que os alunos possuem uma maior aceitação da autoavaliação em detrimento da

avaliação por pares, acreditando que o feedback dos pares difere da avaliação do docente, devido a este ser mais capacitado profissionalmente.

Outro papel essencial do professor é o uso de metodologias ativas para potencializar a aprendizagem colaborativa. Estratégias como aprendizagem baseada em problemas (PBL), sala de aula invertida, estudos de caso e projetos interdisciplinares são ferramentas que incentivam os alunos a resolverem desafios reais de forma conjunta (BorochoVICIUS; Tassoni, 2021). Vygotsky (1978) destaca que o aprendizado se torna mais significativo quando os estudantes participam ativamente da construção do conhecimento, e cabe ao professor criar ambientes que estimulem essa participação.

O uso da tecnologia na mediação do aprendizado colaborativo também tem se tornado uma ferramenta indispensável para os professores. Plataformas digitais, como fóruns de discussão, ambientes virtuais de aprendizagem e softwares colaborativos, possibilitam que os estudantes interajam além do espaço físico da sala de aula, promovendo a construção do conhecimento de forma síncrona e assíncrona. Witter (2020) reforça que o professor deve estar preparado para integrar essas ferramentas ao ensino, garantindo que a tecnologia seja utilizada como meio facilitador e não como um substituto da interação humana.

Além da mediação direta em sala de aula, o professor também tem o papel de incentivar a autonomia dos estudantes, estimulando-os a assumirem um papel mais ativo em seu próprio processo de aprendizagem. Ao delegar responsabilidades aos alunos e permitir que tomem decisões sobre as atividades, o educador contribui para o desenvolvimento de habilidades como liderança, autogestão e resolução de problemas, que são essenciais para a vida acadêmica e profissional (BorochoVICIUS; Tassoni, 2021).

Para desempenhar esse papel com eficiência, no entanto, é necessário que os professores recebam formação adequada em metodologias colaborativas. A falta de capacitação docente pode ser um dos maiores desafios para a implementação dessa abordagem, tornando essencial a oferta de programas de formação continuada que auxiliem os educadores a desenvolverem estratégias para o ensino colaborativo. Witter (2020) destaca que, quando os professores se sentem preparados e confiantes para utilizar metodologias ativas, a aprendizagem colaborativa se torna mais eficiente e produtiva.

Por fim, o sucesso da aprendizagem colaborativa depende do equilíbrio entre orientação e autonomia. O professor deve atuar como um guia, oferecendo suporte e direcionamento sempre que necessário, mas permitindo que os estudantes assumam o protagonismo do próprio aprendizado. Esse equilíbrio é fundamental para que a aprendizagem colaborativa cumpra seu papel de preparar os alunos para atuar de maneira crítica, criativa e cooperativa na sociedade contemporânea (Dillenbourg, 1999).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem colaborativa representa uma abordagem inovadora e altamente eficaz para a construção do conhecimento no ambiente educacional. Ao priorizar a interação entre os alunos, essa metodologia favorece não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o aprimoramento de competências socioemocionais essenciais para a vida em sociedade, como comunicação, empatia, resolução de problemas e cooperação. Diferente do ensino tradicional, que enfatiza a transmissão unidirecional do conhecimento, a aprendizagem colaborativa cria um espaço dinâmico em que os estudantes assumem um papel ativo no próprio processo de aprendizado.

Entretanto, para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental que o professor desempenhe o papel de mediador, estruturando as atividades de forma planejada e garantindo a participação equitativa de todos os alunos. Além disso, os desafios relacionados à implementação da aprendizagem colaborativa, como a resistência de alguns estudantes, a dificuldade de avaliação e a necessidade de formação docente contínua, precisam ser enfrentados por meio de estratégias bem definidas. Quando bem aplicada, essa metodologia tem o potencial de transformar o ensino, tornando-o mais inclusivo, participativo e alinhado às demandas do século XXI. O futuro da educação depende cada vez mais da capacidade de integrar inovação, colaboração e interação social para formar cidadãos críticos, criativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Hilda Maria Martins; MARQUES, Eliana de Sousa Alencar. Planejamento colaborativo: necessidade e possibilidade no trabalho docente no Ensino

Superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, n. 00, e023028, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.16173>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BOROCHOVICIUS, Eli; TASSONI, Elvira Cristina Martins. Aprendizagem baseada em problemas: uma experiência no ensino fundamental. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. DOI: 10.1590/0102-469820706.

DILLENBOURG, Pierre. **Collaborative Learning: Cognitive and Computational Approaches**. Elsevier Science, 1999.

JOHNSON, David W.; JOHNSON, Roger T. **Learning together and alone: cooperative, competitive, and individualistic learning**. 5. ed. Boston: Allyn & Bacon, 1999.

LISBOA, Aline Pons Alves; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach; SILVA, Paulo Fernando da. Avaliação de aprendizagem colaborativa apoiada por computador. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 9, p. e8102-e8102, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8102>. Acesso em: 5 fev. 2025.

RAMALHO, Keliane de Melo; SANTOS, Isabela de Araujo Bernardo dos; ARAUJO, Aneide Oliveira; LIMA, Diogo Henrique Silva de. Avaliação por pares e autoavaliação da aprendizagem baseada em problemas em ambiente de ensino remoto. **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, v. 9, n. 2, p. 28-44, nov. 2022. Disponível em: <https://www.revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/607>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SANTOS, Mariana de Aguilar; ROSSI, Cláudia Maria Soares. Conhecimentos prévios dos discentes: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem baseado em projetos. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/conhecimentos-previos-dos-discentes-contribuicoes-para-o-processo-de-ensino-aprendizagem-baseado-em-projetos>

SANTOS, Décio Oliveira dos; SOUZA, José Clécio Silva de. Aprendizagem colaborativa e Taxonomia de Bloom em sala de aula. **Revista Educação Pública**, v. 24, n. 6, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/6/aprendizagem-colaborativa-e-taxonomia-de-bloom-em-sala-de-aula>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

WITTER, Geraldina Porto. **Aprendizagem colaborativa: desafios e perspectivas**. PUC-Campinas, 2020.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO E NEURODIVERSIDADE: ESTRATÉGIAS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Weider Silva Pinheiro¹⁹

Evelyn Aida Tonioli Valente²⁰

DOI: 10.47538/AC-2025.06-06

RESUMO: A neurodiversidade parte do reconhecimento de que existem diferentes formas de funcionamento cerebral, abrangendo condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia. Em uma perspectiva inclusiva, essas diferenças não devem ser vistas como déficits, mas como expressões naturais da diversidade humana. Assim, a escola deve adotar estratégias pedagógicas que garantam a equidade e o respeito às singularidades de cada estudante, promovendo um ambiente de aprendizado acessível a todos. Objetiva-se analisar estratégias educacionais que favorecem a inclusão de alunos neurodiversos, destacando práticas como o ensino multissensorial, a flexibilização curricular e a oferta de apoio especializado. Além disso, discute-se o papel da formação docente na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as diversas formas de aprender. A adoção de metodologias ativas e de um planejamento pedagógico adaptado são essenciais para atender às necessidades desses estudantes. O capítulo fundamenta-se em autores como Thomas Armstrong (2012), que aborda a neurodiversidade como um conceito-chave para a educação inclusiva, Vygotsky (1984), que enfatiza a importância da mediação e da interação social no aprendizado, e David Sousa (2011), que discute estratégias neurocientíficas para aprimorar o ensino. Esses referenciais teóricos reforçam a necessidade de práticas pedagógicas baseadas na compreensão das diferenças cognitivas e na adaptação do ensino para garantir a participação de todos. Promover a inclusão de alunos neurodiversos na escola não apenas amplia as oportunidades de aprendizagem para esses estudantes, mas também fortalece toda a comunidade escolar, incentivando valores como empatia, colaboração e respeito à diversidade. Dessa forma, a educação inclusiva se consolida como um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: neurodiversidade, inclusão, ensino multissensorial, equidade educacional.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um dos desafios centrais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no que diz respeito à neurodiversidade. O conceito de neurodiversidade, cunhado pela socióloga Judy Singer em 1999, busca

19 Doutor em Business Administration (D.B.A.). LOGOS University International. weider@cartoriobruno.not.br.

20 Mestranda em Educação. LOGOS University International. cartoriocaldas3@gmail.com.

reconhecer que as diferenças no funcionamento neurológico fazem parte da variação natural da espécie humana e não devem ser tratadas como patologias a serem corrigidas, mas como singularidades a serem respeitadas e valorizadas (Singer, 1999). Essa perspectiva se contrapõe ao modelo médico, historicamente predominante, que busca “normalizar” indivíduos neurodivergentes, muitas vezes por meio de intervenções que desconsideram suas especificidades cognitivas e sociais (Araujo; Silva; Zanon, 2023).

Com o crescimento dos movimentos da neurodiversidade, a inclusão educacional de estudantes neurodivergentes tem ganhado mais visibilidade e se consolidado como uma pauta essencial. Segundo Ferreira (2024), essa inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve mudanças profundas nas práticas pedagógicas, no currículo e na formação docente, de forma a garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento. Para que isso ocorra, Freitas (2016) afirma que é necessário um deslocamento do olhar clínico para uma abordagem pedagógica e sociocultural, na qual a escola seja um espaço de valorização das diferenças, e não de tentativas de adaptação forçada a um padrão normativo de ensino).

Dentre os principais grupos contemplados pela neurodiversidade estão os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia. Essas condições, muitas vezes interpretadas como déficits, podem ser ressignificadas como diferentes formas de aprender e interagir com o mundo. De acordo com Lima e Costa (2022), no contexto escolar, essa mudança de perspectiva demanda a adoção de estratégias que respeitem a singularidade de cada aluno e favoreçam seu desenvolvimento acadêmico e social.

A escola, enquanto espaço de formação integral, deve assumir um compromisso ativo com a equidade, o que implica não apenas em garantir o acesso de alunos neurodivergentes, mas também criar condições reais para sua permanência e aprendizado. Para isso, a flexibilização curricular, o ensino multissensorial e o uso de metodologias ativas são fundamentais (Viana; Manrique, 2020). Ortega (2008) ressalta que essas práticas, ao permitirem diferentes formas de apropriação do conhecimento, favorecem a autonomia dos estudantes e sua participação efetiva no ambiente escolar.

Além das adaptações pedagógicas, a formação dos professores é um aspecto crucial para a construção de uma escola inclusiva. Professores que compreendem a neurodiversidade e possuem repertório para trabalhar com estudantes neurodivergentes estão mais preparados para criar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente acessível (Viana; Manrique, 2020). No entanto, a formação docente no Brasil ainda se baseia, em grande parte, em modelos tradicionais que não contemplam a diversidade neurológica de forma adequada (Ortega, 2009).

Araujo, Silva e Zanon (2023) apontam que a visão estigmatizante sobre as diferenças cognitivas pode ser um dos principais entraves à inclusão. Muitos estudantes neurodivergentes enfrentam desafios não apenas no aprendizado, mas também no reconhecimento de suas potencialidades. Isso se deve, em grande parte, à prevalência de concepções deficitárias que desconsideram suas habilidades e contribuições para o ambiente escolar. Nesse sentido, é essencial que a escola adote uma abordagem que valorize as forças e competências de cada aluno, em vez de focar exclusivamente em suas dificuldades.

O ensino multissensorial tem se mostrado uma abordagem eficaz para atender às necessidades de alunos neurodivergentes. Essa estratégia envolve o uso simultâneo de diferentes estímulos – visuais, auditivos, táteis e cinestésicos – para potencializar o aprendizado. Segundo Ferreira (2024), para estudantes com TEA, por exemplo, o uso de materiais visuais e a estruturação de rotinas claras contribuem para a compreensão e organização das atividades escolares. Já para alunos com TDAH, metodologias que permitem maior movimentação e exploração ativa do conhecimento podem favorecer a concentração e o engajamento nas atividades (Lima; Costa, 2022).

A flexibilização curricular também desempenha um papel essencial na inclusão. Isso significa que as avaliações e os conteúdos precisam ser adaptados para atender às necessidades individuais dos estudantes. Muitas vezes, o modelo tradicional de ensino, baseado em exposições orais e provas escritas padronizadas, não contempla a diversidade de formas de aprendizagem. Viana e Manrique (2020) afirmam que as estratégias como a personalização das atividades e o uso de ferramentas digitais interativas podem facilitar a assimilação do conteúdo e promover maior participação dos alunos.

Outro aspecto fundamental é a presença de profissionais de apoio no ambiente escolar. Mediadores, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais podem atuar como facilitadores no processo de inclusão, auxiliando tanto os estudantes quanto os professores na adaptação das práticas pedagógicas (Freitas, 2016).

Santos e Campelo (2023) destacam que o mediador escolar influencia significativamente a inclusão de crianças e jovens com deficiências ou transtornos do desenvolvimento. Eles enfatizam que, ao lado do professor regente, o mediador adapta materiais e executa atividades planejadas, promovendo a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, o papel do psicopedagogo é mediar a relação do estudante autista com a escola e o professor. Esse profissional auxilia na identificação das facilidades e dificuldades do aluno, permitindo o planejamento conjunto de conteúdos e materiais adaptados, o que é essencial para a inclusão escolar e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem (Silva; Souza, 2020).

Os desafios da inclusão escolar da neurodiversidade não se restringem ao ambiente da sala de aula, mas envolvem também o desenvolvimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade. De acordo com Ortega (2008), isso requer um compromisso institucional, com a implementação de políticas educacionais que assegurem recursos adequados, formação continuada para os docentes e estratégias eficazes de acompanhamento e avaliação do processo inclusivo.

Para que a escola seja um espaço verdadeiramente inclusivo, é necessário promover mudanças estruturais que garantam a acessibilidade pedagógica, atitudinal e comunicacional. Isso envolve a construção de ambientes que favoreçam a autonomia dos alunos neurodivergentes, respeitando seus ritmos e formas de interação. Além disso, é imprescindível o envolvimento das famílias e da comunidade escolar nesse processo, criando uma rede de suporte que favoreça o desenvolvimento pleno de todos os estudantes (Ortega, 2009).

2. COMPREENDENDO A NEURODIVERSIDADE

A neurodiversidade é um conceito que propõe uma nova maneira de compreender as diferenças cognitivas e comportamentais dentro da sociedade. Em oposição à visão tradicional que trata variações neurológicas como distúrbios ou

déficits, a neurodiversidade sugere que essas variações fazem parte da diversidade humana, assim como características físicas, culturais e linguísticas. Essa perspectiva, formulada inicialmente por ativistas autistas e pesquisadores que buscavam uma abordagem menos patologizante para condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, vem ganhando espaço na educação e em outras áreas do conhecimento (Singer, 1999; Ortega, 2008).

O TEA é caracterizado por padrões atípicos de comunicação, interação social e comportamento, podendo envolver dificuldades na compreensão de normas sociais, interesses altamente focados e sensibilidade sensorial diferenciada. Historicamente, o autismo foi tratado como uma patologia que deveria ser corrigida, mas a neurodiversidade questiona essa visão ao afirmar que o autismo não é uma deficiência em si, mas sim uma variação neurológica que pode trazer tanto desafios quanto habilidades singulares, dependendo do contexto em que o indivíduo está inserido (Ortega, 2009). De fato, Araujo, Silva e Zanon (2023) afirmam que algumas pessoas autistas apresentam capacidades cognitivas excepcionais, como pensamento lógico avançado e memorização detalhada, o que desafia a noção de que essa condição se traduz exclusivamente em dificuldades.

Assim como o TEA, o TDAH é frequentemente descrito pelo viés deficitário, sendo associado à hiperatividade, impulsividade e dificuldade de concentração. No entanto, a neurodiversidade sugere que essas características devem ser compreendidas dentro de um espectro mais amplo de habilidades e desafios. Estudos indicam que pessoas com TDAH tendem a apresentar alta criatividade, capacidade de solucionar problemas sob pressão e facilidade para lidar com múltiplas tarefas simultaneamente, características que podem ser vantajosas em certos ambientes de trabalho e aprendizagem (Lima e Costa, 2022). A adoção de estratégias pedagógicas adaptativas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento desses estudantes, permitindo que suas habilidades sejam potencializadas em vez de reprimidas (Freitas, 2016).

A dislexia, por sua vez, afeta a forma como o cérebro processa a linguagem escrita, dificultando a leitura e a escrita. Tradicionalmente, a dislexia tem sido

interpretada como um transtorno de aprendizagem, levando a intervenções que buscam corrigir essas dificuldades por meio de técnicas repetitivas e padronizadas (Ferreira, 2024). No entanto, algumas pesquisas demonstram que indivíduos disléxicos frequentemente apresentam habilidades superiores em pensamento espacial, criatividade e resolução de problemas abstratos (Viana; Manrique, 2020). Essa perspectiva reforça a ideia de que as dificuldades enfrentadas por esses alunos não são resultado de uma deficiência, mas sim da inadequação dos métodos de ensino convencionais às suas formas de aprendizagem.

Ao longo da história, a educação tem sido pautada por um modelo médico que enfatiza a normalização e a correção das diferenças cognitivas. Essa abordagem, amplamente adotada nas escolas, tende a reforçar a exclusão ao exigir que todos os alunos se adaptem a um único padrão de aprendizagem. Em contraste, o paradigma da neurodiversidade propõe um ensino mais flexível e personalizado, no qual diferentes formas de processamento da informação sejam reconhecidas e respeitadas (Freitas, 2016; Ferreira, 2024). A implementação desse modelo depende de mudanças significativas no currículo escolar, incluindo a adoção de metodologias ativas e de tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de acesso ao conhecimento.

A formação de professores é um fator determinante para que a inclusão da neurodiversidade na escola seja eficaz. Muitos docentes ainda não estão preparados para lidar com alunos neurodivergentes, uma vez que sua formação inicial geralmente não contempla estratégias específicas para atender às demandas desse público (Araujo; Silva; Zanon, 2023). Como resultado, é comum que esses estudantes enfrentem barreiras significativas no ambiente escolar, desde dificuldades na adaptação curricular até a falta de compreensão por parte dos professores e colegas. O investimento em capacitação docente contínua, voltada para práticas pedagógicas inclusivas, pode transformar essa realidade e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade (Lima; Costa, 2022).

A escola também tem um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito à neurodiversidade. Quando o ambiente escolar reconhece e valoriza as diferenças cognitivas, os alunos neurodivergentes se sentem mais acolhidos e motivados a participar ativamente das atividades escolares. Essa mudança de perspectiva não

beneficia apenas esses estudantes, mas toda a comunidade escolar, promovendo valores como empatia, respeito e colaboração entre os alunos (Ortega, 2008).

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas requer um esforço conjunto entre professores, gestores, famílias e profissionais de apoio. Muitas vezes, a resistência à inclusão surge não apenas da falta de conhecimento, mas também de barreiras institucionais e estruturais. Por isso, é essencial que as escolas desenvolvam políticas que assegurem a acessibilidade em todos os níveis, desde a infraestrutura até as metodologias de ensino utilizadas (Viana; Manrique, 2020).

Dentre as estratégias eficazes para promover a inclusão de alunos neurodivergentes, destaca-se o ensino multissensorial, que utiliza diferentes estímulos – visuais, auditivos, táteis e cinestésicos – para facilitar a aprendizagem. Essa abordagem tem se mostrado especialmente eficaz para estudantes com TEA e dislexia, pois respeita suas necessidades sensoriais e oferece múltiplas formas de assimilação do conteúdo (Ferreira, 2024). Além disso, a personalização das atividades e o uso de tecnologias digitais interativas podem contribuir para que os alunos participem de maneira mais ativa no processo educativo (Freitas, 2016).

A valorização da neurodiversidade não deve ser vista como um benefício exclusivo para os estudantes neurodivergentes, mas como uma oportunidade para transformar a escola em um ambiente mais inclusivo para todos. Quando as práticas pedagógicas são ampliadas para atender às diversas formas de aprendizagem, a qualidade do ensino melhora para toda a comunidade escolar, favorecendo a construção de um espaço mais equitativo e democrático (Lima; Costa, 2022).

Por fim, compreender a neurodiversidade vai além de reconhecer a existência de diferentes formas de funcionamento cerebral. Trata-se de um compromisso com a criação de espaços de aprendizagem onde todas as pessoas possam desenvolver seu potencial sem precisar se adaptar a padrões normativos rígidos. A escola, ao adotar uma abordagem que valorize a diversidade cognitiva, reafirma seu papel na construção de uma sociedade mais justa e acessível para todos (Araujo; Silva; Zanon, 2023).

3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO

A inclusão de alunos neurodivergentes no ambiente escolar exige a adoção de estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas, garantindo equidade no aprendizado. A escola deve ir além do modelo tradicional de ensino e incorporar metodologias que respeitem as diferentes formas de aprender. Entre as principais abordagens, destacam-se o ensino multissensorial, a flexibilização curricular e a oferta de apoio especializado, todas essenciais para assegurar a participação ativa desses alunos no processo educativo (Ferreira, 2024).

O ensino multissensorial é uma abordagem que estimula diferentes sentidos no processo de aprendizagem, permitindo que os alunos assimilem os conteúdos de maneira mais eficaz. Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o uso de recursos visuais, como imagens, esquemas e organizadores gráficos, pode facilitar a compreensão das atividades escolares. Já para aqueles com dislexia, estratégias que combinem estímulos auditivos e táteis, como a leitura acompanhada de áudiolivros e o uso de letras em relevo, podem contribuir para o desenvolvimento da leitura e da escrita (Viana; Manrique, 2020).

Além disso, o ensino multissensorial também pode beneficiar estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pois atividades que envolvem movimento e interação prática tendem a manter seu engajamento por mais tempo. Métodos como o uso de jogos educativos, simulações e dinâmicas de grupo podem ajudar esses alunos a manterem o foco e a participarem ativamente das aulas (Lima; Costa, 2022). Dessa forma, ao diversificar os estímulos utilizados no ensino, os professores ampliam as oportunidades de aprendizado para todos os estudantes, respeitando suas particularidades cognitivas.

A flexibilização curricular é outro elemento essencial na inclusão de alunos neurodivergentes. O currículo deve ser adaptável, permitindo ajustes nos conteúdos, na carga horária e nas formas de avaliação. Muitos estudantes neurodivergentes apresentam dificuldades em seguir o ritmo padronizado da sala de aula, o que pode levá-los a frustrações e desmotivação. Estratégias como a subdivisão das atividades em etapas menores, a ampliação do tempo para realização de provas e o uso de avaliações

alternativas, como apresentações e projetos, são medidas que favorecem a aprendizagem inclusiva (Freitas, 2016).

Outro aspecto relevante da flexibilização curricular é a valorização das habilidades e interesses dos alunos. Muitos estudantes neurodivergentes possuem talentos em áreas específicas, como artes, ciências exatas ou tecnologia. Permitir que esses interesses sejam incorporados ao currículo pode aumentar sua motivação e envolvimento com os estudos. No caso de alunos com TEA, por exemplo, utilizar seus temas de interesse como ponto de partida para o ensino pode tornar o aprendizado mais significativo e prazeroso (Ortega, 2008).

O apoio especializado dentro da escola também desempenha um papel fundamental na inclusão. A presença de profissionais como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e mediadores escolares pode ajudar a suprir as demandas individuais dos alunos, auxiliando tanto na adaptação do ensino quanto no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Esses profissionais atuam em conjunto com os professores, oferecendo suporte para a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas (Araujo; Silva; Zanon, 2023).

Além do suporte profissional, a formação continuada dos docentes é indispensável para que as estratégias pedagógicas inclusivas sejam aplicadas com eficácia. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades para lidar com alunos neurodivergentes devido à falta de preparo em sua formação inicial. Investir em cursos, oficinas e materiais de apoio voltados para a neurodiversidade permite que os educadores compreendam melhor as necessidades desses estudantes e utilizem abordagens pedagógicas mais adequadas (Ferreira, 2024).

A inclusão efetiva de alunos neurodivergentes também depende do envolvimento da família no processo educativo. A parceria entre escola e família é fundamental para garantir que as adaptações pedagógicas sejam coerentes com as necessidades do aluno dentro e fora do ambiente escolar. A comunicação aberta e contínua entre professores e responsáveis permite um acompanhamento mais eficiente do desenvolvimento do estudante, facilitando a implementação de estratégias que promovam sua autonomia e bem-estar (Silva; Oliveira, 2023).

Outra estratégia essencial para a inclusão é a promoção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade. Além das adaptações pedagógicas, é importante que a escola trabalhe para sensibilizar toda a comunidade escolar sobre a neurodiversidade. Projetos que abordem o tema de forma lúdica e interativa, como palestras, rodas de conversa e campanhas de conscientização, ajudam a combater o preconceito e criar um ambiente mais acolhedor para os alunos neurodivergentes (Lima; Costa, 2022).

Por fim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mudanças estruturais e pedagógicas que garantam a participação de todos os estudantes no processo educativo. A adoção de estratégias como o ensino multissensorial, a flexibilização curricular e o suporte profissional são fundamentais para garantir que alunos neurodivergentes possam desenvolver seu potencial sem barreiras. Dessa forma, a inclusão não se torna apenas uma diretriz institucional, mas uma prática cotidiana que transforma a escola em um espaço de aprendizado acessível e igualitário para todos (Viana; Manrique, 2020).

4. O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente desempenha um papel crucial na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva para alunos neurodivergentes. Professores bem-preparados conseguem reconhecer e respeitar as diferenças cognitivas dos estudantes, utilizando metodologias adaptativas para promover um ensino mais acessível. No entanto, segundo Araujo, Silva e Zanon, (2023), muitas licenciaturas ainda não abordam a neurodiversidade de maneira aprofundada, o que gera insegurança nos docentes ao lidar com essa realidade em sala de aula

A formação inicial dos professores precisa incluir disciplinas e experiências práticas que abordem a inclusão escolar, fornecendo conhecimentos sobre o TEA, o TDAH, a dislexia e outras variações neurodivergentes. Além disso, o contato com profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, pode enriquecer o repertório pedagógico dos docentes, auxiliando-os na aplicação de estratégias eficientes no cotidiano escolar (Freitas, 2016).

A educação continuada também é essencial para manter os professores atualizados sobre novas abordagens e tecnologias educacionais inclusivas. Para Ferreira

(2024), cursos de especialização, oficinas pedagógicas e programas de formação permanente permitem que os docentes ampliem sua compreensão sobre a neurodiversidade e desenvolvam práticas mais inovadoras e eficazes para atender às necessidades de seus alunos.

A tabela a seguir apresenta algumas competências essenciais para a formação de professores voltada à neurodiversidade, destacando as habilidades e os conhecimentos necessários para promover uma educação inclusiva.

Tabela 1 - Competências Essenciais para a Formação Docente na Inclusão da Neurodiversidade.

Competências	Descrição
Compreensão da neurodiversidade	Conhecimento sobre as principais condições neurodivergentes, como TEA, TDAH e dislexia.
Práticas pedagógicas inclusivas	Domínio de metodologias ativas, ensino multissensorial e flexibilização curricular.
Uso de tecnologias assistivas	Capacitação para utilizar ferramentas digitais que favorecem a aprendizagem de alunos neurodivergentes.
Gestão de sala de aula	Estratégias para promover um ambiente de aprendizado acessível e inclusivo para todos os estudantes.
Trabalho colaborativo	Habilidade para atuar em conjunto com outros profissionais, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais.
Sensibilização e empatia	Capacidade de compreender as dificuldades dos alunos neurodivergentes e promover um ensino acolhedor.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação continuada pode ser complementada com o suporte de materiais pedagógicos acessíveis, como guias práticos, vídeos explicativos e plataformas de aprendizagem online. Esses recursos ajudam os professores a aprofundarem seus conhecimentos sobre estratégias inclusivas e a aplicá-las de forma mais eficaz em seu planejamento didático (Lima; Costa, 2022).

De acordo com Ortega (2008), além da capacitação técnica, é fundamental que os professores desenvolvam uma postura reflexiva e aberta ao diálogo com alunos, famílias e outros profissionais da educação. Essa abordagem colaborativa contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso, no qual as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas como parte da diversidade humana.

Por fim, a formação docente voltada para a neurodiversidade não deve ser vista apenas como um aprimoramento profissional, mas como um compromisso ético com a

inclusão e a equidade na educação. Investir na qualificação dos professores significa proporcionar a todos os alunos a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, independentemente de suas particularidades cognitivas (Viana; Manrique, 2020).

5. METODOLOGIAS ATIVAS E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ADAPTADO

A adoção de metodologias ativas na educação inclusiva tem se mostrado uma estratégia eficaz para atender às necessidades de alunos neurodivergentes. Diferente do modelo tradicional, baseado na transmissão passiva do conhecimento, as metodologias ativas colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando sua participação e autonomia. Essa abordagem é especialmente relevante para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, pois permite que eles aprendam de forma mais dinâmica e interativa (Ferreira, 2024).

Uma das metodologias ativas mais utilizadas na inclusão de alunos neurodivergentes é a aprendizagem baseada em projetos (ABP). Nessa abordagem, os estudantes são desafiados a resolver problemas do mundo real por meio de pesquisas, experimentações e discussões em grupo. Para alunos com TEA, por exemplo, a ABP pode ser estruturada de forma a respeitar suas necessidades sensoriais e seus interesses específicos, tornando o aprendizado mais significativo (Ferreira; Souza, 2024).

Outra estratégia eficaz é o ensino híbrido, que combina atividades presenciais e online, permitindo maior flexibilidade no ritmo de aprendizagem. Alunos neurodivergentes podem se beneficiar dessa abordagem ao terem acesso a conteúdos adaptados às suas preferências e estilos de aprendizagem. Ferramentas digitais, como vídeos explicativos e plataformas interativas, podem auxiliar na compreensão dos conteúdos e no desenvolvimento de habilidades específicas (Lima; Costa, 2022).

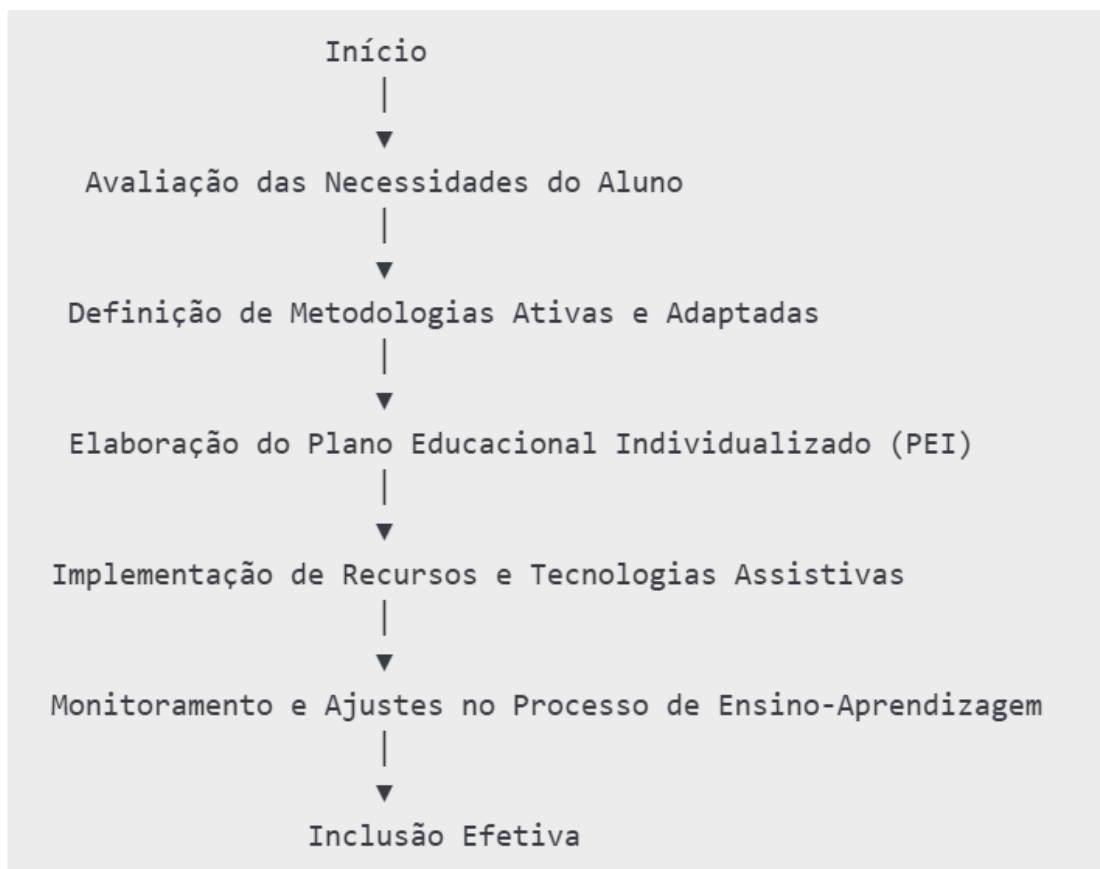
O uso de gamificação na educação também se destaca como um recurso poderoso para engajar alunos neurodivergentes. Jogos educativos podem ser utilizados para estimular a concentração, a resolução de problemas e o aprendizado por meio da experimentação. Estudantes com TDAH, por exemplo, tendem a responder melhor a

atividades que envolvem desafios e recompensas imediatas, tornando a gamificação uma ferramenta valiosa no processo educativo (Araujo; Silva; Zanon, 2023).

Além das metodologias ativas, o planejamento pedagógico adaptado é essencial para garantir que as estratégias inclusivas sejam eficazes. A elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) pode ajudar a personalizar o ensino de acordo com as necessidades de cada aluno neurodivergente. Esse plano deve incluir adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas e formas alternativas de avaliação, respeitando as singularidades de cada estudante (Freitas, 2016).

Para organizar melhor o processo de adaptação do ensino, o fluxograma a seguir apresenta as principais etapas do planejamento pedagógico para a inclusão de alunos neurodivergentes.

Figura 1 - Fluxograma: Etapas do Planejamento Pedagógico Adaptado.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A implementação de recursos e tecnologias assistivas desempenha um papel crucial na personalização do ensino. Softwares de leitura em voz alta, aplicativos de

organização de tarefas e ferramentas de acessibilidade digital podem facilitar o aprendizado de alunos com dislexia, TDAH e outras condições neurodivergentes. Viana e Manrique (2020) ressalta que esses recursos permitem que os estudantes acessem o conteúdo de formas variadas, respeitando suas preferências e necessidades individuais.

Diante do exposto nota-se que o monitoramento contínuo do progresso dos alunos é fundamental para garantir que as estratégias pedagógicas estejam sendo eficazes. A avaliação deve ser flexível, considerando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o engajamento, a autonomia e o bem-estar dos estudantes. A realização de reuniões periódicas com professores, famílias e profissionais de apoio contribui para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, no qual todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial de maneira equitativa (Ortega, 2009).

6. IMPACTOS NA COMUNIDADE ESCOLAR

A inclusão de alunos neurodivergentes na escola não afeta apenas os próprios estudantes, mas transforma toda a comunidade escolar. Ferreira (2024) afirma que a valorização da neurodiversidade promove um ambiente mais acolhedor, onde a empatia, o respeito e a colaboração se tornam valores centrais no processo educativo. Professores, alunos e famílias se beneficiam diretamente desse movimento, pois a convivência com a diversidade cognitiva amplia a compreensão sobre as múltiplas formas de aprender e interagir com o mundo.

Para os professores, o impacto da inclusão está diretamente relacionado à necessidade de inovação pedagógica. A busca por metodologias mais flexíveis e adaptativas não só beneficia os alunos neurodivergentes, mas melhora o ensino como um todo. Estratégias como o ensino multissensorial, a gamificação e a aprendizagem baseada em projetos permitem que todos os estudantes participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e interativas (Lima; Costa, 2022).

Os alunos neurotípicos também se beneficiam ao estudar em um ambiente que valoriza a neurodiversidade. De acordo com Ortega (2009), a convivência com colegas neurodivergentes favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como

empatia, paciência e solidariedade. Além disso, quando as diferenças são reconhecidas e respeitadas, os próprios alunos se sentem mais encorajados a expressar suas singularidades e talentos, criando uma cultura escolar mais inclusiva e respeitosa.

A participação das famílias é outro fator essencial para o sucesso da inclusão. Quando os pais e responsáveis são envolvidos nas estratégias pedagógicas e no acompanhamento dos alunos, a relação entre escola e comunidade se fortalece. A troca de informações entre professores e famílias permite que as adaptações necessárias sejam realizadas de forma mais eficiente, garantindo que o suporte oferecido na escola esteja alinhado às necessidades dos estudantes também no ambiente familiar (Araujo; Silva; Zanon, 2023).

Além disso, a implementação de práticas inclusivas pode impactar a gestão escolar, exigindo um planejamento mais abrangente e políticas institucionais que garantam a acessibilidade e o suporte adequado. A contratação de profissionais especializados, como mediadores e psicopedagogos, e o investimento em formações continuadas para os docentes são medidas que fortalecem a inclusão e garantem que a escola esteja preparada para atender às necessidades de todos os seus alunos (Freitas, 2016).

O impacto da inclusão de alunos neurodivergentes também pode ser observado na redução do preconceito e na construção de uma sociedade mais equitativa. Segundo Viana e Manrique (2020), quando a escola assume um compromisso com a diversidade, ela contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com diferentes realidades. Esse aprendizado ultrapassa os muros escolares e reflete-se nas interações sociais e profissionais futuras dos estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos neurodivergentes na escola não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como um compromisso genuíno com a equidade educacional. Garantir um ambiente de aprendizado acessível exige que a escola adote metodologias flexíveis, valorize diferentes formas de aprendizagem e promova a formação continuada dos professores. Além disso, a participação ativa das famílias e da comunidade escolar

fortalece a construção de um espaço onde as diferenças são respeitadas e transformadas em oportunidades de crescimento.

Ao investir em uma educação inclusiva, a escola não apenas favorece o desenvolvimento dos alunos neurodivergentes, mas transforma toda a comunidade escolar. A convivência com a diversidade cognitiva estimula o respeito, a empatia e a colaboração, preparando os estudantes para uma sociedade mais justa e plural. Dessa forma, garantir uma educação que contemple a neurodiversidade não é apenas uma questão pedagógica, mas um passo essencial para a construção de um futuro mais acessível.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. G. R.; SILVA, M. A.; ZANON, R. B. **Autismo, Neurodiversidade e Estigma: Perspectivas Políticas e de Inclusão**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, 2023.
- BEATRIZ MACHADO DE FREITAS, A. . Da Concepção de deficiência ao enfoque da neurodiversidade. **Revista Científica de Educação**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 86–97, 2016. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/8>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- FERREIRA, Vânia da Silva. A Neurodiversidade na Escola e a Importância das Práticas Articuladas. **Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 1017–1026, 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i3.603. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/603>. Acesso em: 4 fev.
- FERREIRA, Ana Cláudia; SOUZA, Thiago Martins. Experiência de uma estudante com TEA na Aprendizagem Baseada em Problemas: desafios e estratégias para a inclusão acadêmica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, n. 1, p. 112-130, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dCQcZjM8BvZjx7TykBHmwx/>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- FREITAS, A. B. M. **Da Concepção de Deficiência ao Enfoque da Neurodiversidade. RCE – Revista Científica de Educação**, Inhumas, v. 1, n. 1, p. 86-97, 2016.
- LIMA, A. A.; COSTA, D. H. **O Desafio da Gestão na Inclusão da Neurodiversidade em Pessoas com TEA**. *e-Acadêmica*, v. 3, n. 3, 2022.
- ORTEGA, F. **O Sujeito Cerebral e o Movimento da Neurodiversidade**. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 477-509, 2008.
- ORTEGA, F. **Deficiência, Autismo e Neurodiversidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009.
- SANTOS, Ana Paula Ribeiro dos; CAMPELO, Talita da Silva. A importância do mediador no processo de inclusão escolar. **Educação Sem Distância**, Rio de Janeiro, n.

8, jul./dez. 2023. Disponível em:

<https://educacaoemdistancia.unyleya.edu.br/esd/article/download/198/101/491>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, Ana Paula; SOUZA, Maria Clara. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da criança autista. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 255-264, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862020000300007&script=sci_arttext. Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, José Carlos; OLIVEIRA, Maria Fernanda. Aprendizagem baseada em projetos e a inclusão de alunos neurodivergentes: desafios e possibilidades. **IOSR Journal of Business and Management**, v. 26, n. 11, p. 11-16, 2023. Disponível em: <https://iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol26-issue11/Ser-14/C2611141116.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VIANA, E. A.; MANRIQUE, A. L. **A Neurodiversidade na Formação de Professores**. Boletim GEPEN, n. 76, p. 91-106, 2020.

CAPÍTULO VII

PEDAGOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: AS PERSPECTIVAS DE FREIRE E DEWEY

Flávio Augusto de Freitas²¹

Carlos Daniel Chaves Paiva²²

Maurício Aires Vieira²³

Cláudia dos Santos²⁴

DOI: 10.47538/AC-2025.06-07

RESUMO: A pedagogia crítica, influenciada por pensadores como Paulo Freire e John Dewey, propõe uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, tornando-se um instrumento de emancipação e transformação social. Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico, pautado na problematização da realidade e no desenvolvimento da consciência crítica dos alunos. Dewey, por sua vez, enfatiza a experiência como base do aprendizado, defendendo um ensino ativo e contextualizado. Ambos os autores criticam o modelo tradicional de educação bancária, no qual o estudante é visto como um receptor passivo de conhecimento. O objetivo deste estudo é analisar as contribuições da pedagogia crítica para uma educação transformadora, explorando as concepções de Freire e Dewey sobre ensino, aprendizagem e cidadania. A abordagem dialógica e experiencial desses autores reforça a necessidade de práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos, promovendo a autonomia intelectual e a capacidade de reflexão crítica sobre a sociedade. A fundamentação teórica baseia-se em duas obras essenciais, a Pedagogia do Oprimido de Freire (1970), e Experiência e Educação de Dewey (1938). Ambos os autores, dadas as suas particularidades, evidenciam que a educação deve ser um processo dinâmico e contextualizado, capaz de formar cidadãos engajados e preparados para transformar a realidade em que vivem. O estímulo do pensamento crítico e a participação ativa, a pedagogia crítica fortalece a construção de uma sociedade mais democrática contribuindo assim para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade, promovendo a educação como um ato político e emancipatório.

PALAVRAS-CHAVE: pedagogia crítica, conscientização, experiência, transformação social.

1. INTRODUÇÃO

A educação tem sido historicamente um espaço de disputa entre diferentes concepções pedagógicas. A pedagogia crítica surge como uma abordagem que se opõe

21 Especialista em Matemática. Unigranrio. flavio.freitas@ifsudestemg.edu.br.

22 Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática. Centro Universitário de Baturité. chavespaivacarlosdaniel@gmail.com.

23 Doutor em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). mauriciovieira@unipampa.edu.br.

24 Mestranda em Educação. Universidade Federal do Pampa. claudiabrasil@gmail.com.

ao modelo tradicional, promovendo um ensino que visa à formação de sujeitos autônomos, capazes de refletir sobre a realidade e transformá-la. Nesse sentido, as contribuições de Paulo Freire e John Dewey são fundamentais para o desenvolvimento de práticas educacionais mais democráticas e participativas.

Freire e Dewey, apesar de atuarem em contextos distintos, compartilham a visão de que a educação deve ser um processo ativo e significativo. Para Freire (1970), a aprendizagem ocorre por meio do diálogo e da problematização, elementos essenciais para a construção de uma consciência crítica. Dewey (1938), por sua vez, enfatiza a experiência como base para o conhecimento, destacando a necessidade de uma educação conectada à realidade dos estudantes.

A pedagogia crítica, conforme proposta por Freire, rompe com a educação bancária, na qual o professor deposita conhecimentos no aluno de forma mecânica. Em contraponto, ele defende uma abordagem dialógica e libertadora, na qual os alunos participam ativamente do processo educativo. Essa concepção se alinha à ideia de Dewey sobre a aprendizagem experiencial, que valoriza a interação entre sujeito e ambiente como fator essencial para o desenvolvimento cognitivo.

No contexto da sociedade contemporânea, marcada por desafios socioeconômicos e desigualdades educacionais, a pedagogia crítica se apresenta como uma alternativa para tornar a escola um espaço de transformação social. Dewey destaca que a educação deve ser um reflexo da democracia, proporcionando experiências que incentivem a autonomia e a colaboração. Para Freire, esse processo se dá pela conscientização dos estudantes, permitindo-lhes compreender as estruturas de opressão e atuar para modificá-las.

O objetivo deste capítulo é analisar como a pedagogia crítica pode contribuir para a construção de uma educação transformadora, destacando as perspectivas de Freire e Dewey sobre ensino, aprendizagem e cidadania. Para isso, será explorada a relação entre diálogo, experiência e participação ativa dos alunos, elementos centrais nas abordagens desses pensadores.

Dentre as principais reflexões trazidas por Freire está a noção de que a educação deve ser uma prática de liberdade. Ele argumenta que os estudantes não devem ser meros receptores de informações, mas agentes de sua própria aprendizagem,

desenvolvendo um pensamento crítico e questionador. Essa perspectiva se relaciona com a ideia de Dewey sobre a necessidade de uma educação progressiva, que estimule a criatividade e a experimentação.

A fundamentação teórica deste estudo se apoia na “Pedagogia do Oprimido” de Freire (1970) e “Experiência e Educação” de Dewey (1938), além de outras obras que analisam suas contribuições para a pedagogia contemporânea. Ambos os autores defendem um modelo educacional que rompe com o ensino tradicional, oferecendo uma abordagem mais participativa e reflexiva.

O pensamento de Dewey destaca a importância do aprendizado baseado na experiência, argumentando que a escola deve ser um espaço dinâmico, onde os alunos possam explorar e construir conhecimentos de forma ativa. Essa perspectiva se aproxima das reflexões de Freire sobre o papel do diálogo e da problematização na aprendizagem, pois ambos enfatizam a interação e a prática como elementos essenciais no desenvolvimento do pensamento crítico.

Um dos principais desafios para a implementação da pedagogia crítica é a resistência das estruturas educacionais tradicionais, que ainda privilegiam a transmissão passiva de conteúdos. Para Freire, superar essa barreira requer a valorização da cultura dos estudantes e a adoção de metodologias que estimulem sua participação ativa. Dewey, por sua vez, ressalta a necessidade de reformular o currículo escolar, tornando-o mais flexível e adaptável às necessidades dos alunos.

Além disso, a formação docente é um aspecto central para a efetivação de uma educação transformadora. Professores que compreendem os princípios da pedagogia crítica e experiencial têm maior capacidade de criar ambientes de aprendizagem inovadores, promovendo um ensino mais dinâmico e significativo. Assim, investir na qualificação dos educadores é fundamental para garantir uma prática pedagógica alinhada aos princípios de Freire e Dewey.

Outro aspecto relevante é o impacto da pedagogia crítica na construção da cidadania. Ao estimular o pensamento crítico e a participação ativa dos alunos, essa abordagem contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na transformação da sociedade. Nesse sentido, a escola assume um papel essencial na promoção da justiça social e da equidade.

Diante desses desafios e possibilidades, a pedagogia crítica se mantém como uma referência fundamental para repensar os processos educativos. A abordagem de Freire e Dewey continua a inspirar práticas pedagógicas que buscam transformar a educação em um espaço de emancipação e desenvolvimento humano.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PEDAGOGIA CRÍTICA

A pedagogia crítica baseia-se na ideia de que a educação não deve ser um ato neutro, mas um instrumento de transformação social. Esse conceito, amplamente desenvolvido por Paulo Freire, propõe que o aprendizado ocorra por meio da problematização e da reflexão sobre a realidade dos estudantes. Para Freire (1970), o conhecimento deve ser libertador e estimular a consciência crítica, permitindo que os alunos compreendam suas condições sociais e atuem para modificá-las.

John Dewey, por sua vez, enfatiza a necessidade de uma educação baseada na experiência e na participação ativa dos alunos. Em *Experiência e Educação* (1938), ele argumenta que o aprendizado ocorre quando os estudantes interagem com o ambiente e vivenciam situações reais. Dessa forma, a escola deve proporcionar experiências que possibilitem a construção do conhecimento de forma significativa e contextualizada.

Freire e Dewey compartilham a visão de que a educação deve ser centrada no estudante, respeitando sua individualidade e incentivando sua participação ativa. Enquanto Freire foca na conscientização social e no diálogo, Dewey enfatiza a experimentação e a prática, mas ambos rejeitam um ensino baseado na passividade e na imposição de conteúdos descontextualizados. Essa visão compartilhada sugere que o papel do professor deve ser ressignificado: ele não deve ser um mero transmissor de conhecimentos, mas um mediador que estimula a reflexão e a autonomia intelectual dos alunos.

A pedagogia crítica também propõe um modelo de ensino que valoriza a construção coletiva do saber. Para Freire (1970), essa abordagem é essencial para combater a “educação bancária”, na qual o professor deposita conteúdos nos estudantes sem considerar suas experiências e perspectivas. Esse modelo tradicional é substituído pela educação problematizadora, que desafia os alunos a questionar a realidade, promovendo um aprendizado significativo e transformador.

Dewey apresenta uma abordagem semelhante ao afirmar que a escola deve ser um ambiente de experimentação constante, no qual os alunos possam explorar e testar ideias por meio da prática. Seu conceito de “aprendizagem experiencial” sugere que o conhecimento se torna mais sólido quando os alunos são expostos a desafios concretos e têm a oportunidade de refletir sobre suas experiências. Esse princípio é fundamental para a pedagogia crítica, pois reforça a necessidade de um ensino que conecte teoria e prática, possibilitando que os estudantes participem ativamente da construção do próprio aprendizado.

Outro ponto de convergência entre os dois autores é a ênfase no papel social da educação. Freire (1970) acredita que o ensino deve levar à libertação dos oprimidos, permitindo que os estudantes reconheçam suas condições e atuem para transformá-las. Já Dewey (1938) argumenta que a escola deve ser um ambiente democrático, preparando os alunos para a vida em sociedade e incentivando o pensamento independente. Ambos defendem uma educação comprometida com a formação cidadã, capaz de gerar mudanças sociais e fortalecer a democracia.

A pedagogia crítica, portanto, vai além do desenvolvimento acadêmico dos estudantes; ela se preocupa com sua formação como cidadãos ativos e conscientes. Ao problematizar a realidade e incentivar o pensamento reflexivo, essa abordagem cria condições para que os alunos desenvolvam um senso crítico sobre o mundo em que vivem. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante no contexto contemporâneo, onde desafios como desigualdade social, desinformação e intolerância demandam indivíduos preparados para questionar e atuar na sociedade de forma ética e responsável.

Os fundamentos teóricos da pedagogia crítica, pautados nas contribuições de Freire e Dewey, apontam para a necessidade de uma educação dinâmica, centrada na participação ativa dos estudantes. O diálogo, a experiência e a problematização são elementos-chave para um ensino que vá além da simples transmissão de conteúdos, promovendo uma formação que valoriza a autonomia intelectual e a transformação social. Dessa maneira, os princípios dessa abordagem pedagógica tornam-se essenciais para o desenvolvimento de práticas educativas que busquem não apenas a assimilação de conhecimentos, mas também o fortalecimento do pensamento crítico e da ação cidadã.

3. PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA CRÍTICA NA PRÁTICA EDUCATIVA

A pedagogia crítica, fundamentada nas contribuições de Paulo Freire e John Dewey, não se limita à teoria, mas propõe mudanças concretas na forma como o ensino é conduzido. A aplicação dessa abordagem na prática educativa exige um ensino centrado na participação ativa dos alunos, no diálogo, na problematização e na conexão entre conhecimento e realidade social. Dessa forma, os princípios da pedagogia crítica oferecem diretrizes essenciais para transformar a educação em um processo emancipador e democrático.

Um dos pilares da pedagogia crítica é o diálogo. Para Freire (1970), o ensino deve ser baseado na troca de ideias entre professor e aluno, superando a relação hierárquica tradicional. A educação dialógica permite que os estudantes se tornem sujeitos ativos na construção do conhecimento, expressando suas percepções e questionando a realidade ao seu redor. O professor, por sua vez, deve atuar como mediador, facilitando discussões que levem os alunos a refletirem criticamente sobre sua realidade.

Dewey (1938) também reconhece a importância do diálogo no processo educativo, argumentando que a interação entre os participantes da aprendizagem é essencial para a consolidação do conhecimento. Ele destaca que a comunicação eficaz entre alunos e professores contribui para a formação de uma comunidade de aprendizado, onde o conhecimento é construído de forma colaborativa.

Outro princípio fundamental da pedagogia crítica é a problematização, conceito central no pensamento freireano. Freire (1970) propõe que o aprendizado deve partir das experiências dos alunos e das questões concretas que fazem parte de seu cotidiano. Em vez de transmitir conteúdos prontos, o professor deve apresentar problemas que desafiem os estudantes a refletirem sobre sua realidade, estimulando o pensamento crítico e a busca por soluções.

A problematização também se relaciona com o conceito de aprendizagem experiencial de Dewey (1938), que defende a ideia de que o conhecimento só se torna significativo quando está vinculado à prática. Para ele, a educação deve possibilitar que os estudantes enfrentem desafios reais, incentivando a experimentação e a formulação

de hipóteses. Esse modelo de ensino fortalece a autonomia intelectual dos alunos e os prepara para a resolução de problemas no contexto social.

A pedagogia crítica compreende a educação como um ato político e emancipador, capaz de proporcionar a libertação dos indivíduos. Freire (1970) enfatiza que o conhecimento deve possibilitar aos estudantes a compreensão de suas condições de vida e o desenvolvimento da consciência crítica, permitindo-lhes transformar sua realidade. Para ele, o ensino tradicional muitas vezes reforça estruturas de opressão ao limitar o pensamento dos alunos e desencorajá-los a questionar o mundo ao seu redor.

Dewey (1938) compartilha essa perspectiva ao defender que a escola deve ser um espaço democrático, onde os alunos possam desenvolver habilidades de participação social. Ele acredita que o ensino deve preparar os estudantes para a vida em comunidade, incentivando a cooperação, a criatividade e a resolução de conflitos. Dessa maneira, a pedagogia crítica contribui para a construção de cidadãos conscientes e engajados na transformação da sociedade.

A prática educativa baseada na pedagogia crítica exige uma reformulação do papel do professor. Em vez de ser o único detentor do conhecimento, o educador deve atuar como um facilitador, estimulando a participação dos alunos e promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo. Freire (1970) ressalta que a relação entre professor e aluno deve ser horizontal, permitindo que ambos aprendam e ensinem mutuamente.

Dewey (1938) também reforça a necessidade de um professor ativo na mediação do aprendizado. Ele argumenta que o educador deve criar condições para que os estudantes desenvolvam sua curiosidade intelectual, experimentem diferentes abordagens e construam conhecimentos de maneira reflexiva. Assim, o ensino se torna um processo dinâmico e interativo, no qual os alunos se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem.

Outro princípio essencial da pedagogia crítica é a interdisciplinaridade. Freire (1970) sugere que o ensino não deve ser fragmentado em disciplinas isoladas, mas sim integrado, de modo a permitir que os alunos compreendam a complexidade do mundo em que vivem. A conexão entre diferentes áreas do conhecimento possibilita um aprendizado mais significativo e aplicado à realidade social.

Dewey (1938) compartilha dessa visão ao afirmar que a educação deve ser baseada em experiências concretas e contextos reais. Ele defende que o currículo escolar deve estar alinhado às necessidades e interesses dos estudantes, incentivando-os a explorar diferentes áreas do saber de maneira interligada. A interdisciplinaridade, portanto, contribui para um ensino mais dinâmico e alinhado às demandas do século XXI.

A pedagogia crítica busca formar indivíduos autônomos e capazes de analisar criticamente a sociedade. Freire (1970) argumenta que o ensino deve capacitar os estudantes a interpretar sua realidade, identificar problemas sociais e propor soluções. Dessa forma, o aprendizado vai além da memorização de conteúdos, incentivando a reflexão e a tomada de decisões conscientes.

Dewey (1938) também enfatiza a importância do pensamento crítico, destacando que a escola deve preparar os alunos para lidar com desafios de forma criativa e independente. Ele sugere que o ensino deve proporcionar oportunidades para que os estudantes experimentem diferentes perspectivas e desenvolvam habilidades de análise e argumentação. Esse processo contribui para a formação de cidadãos mais preparados para atuar na sociedade de maneira ativa e responsável.

A pedagogia crítica tem um compromisso com a promoção da cidadania e da justiça social. Freire (1970) acredita que o ensino deve ser um instrumento de luta contra as desigualdades e de fortalecimento da participação democrática. A escola, nesse sentido, deve criar condições para que os alunos compreendam seus direitos e deveres e atuem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dewey (1938) também enfatiza o papel da educação na formação da cidadania. Ele argumenta que a escola deve preparar os alunos para a vida em comunidade, estimulando o diálogo, a cooperação e o respeito às diferenças. Essa perspectiva reforça a ideia de que a educação deve ir além da instrução acadêmica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PEDAGOGIA CRÍTICA

A pedagogia crítica, apesar de seu potencial transformador, enfrenta desafios significativos para sua plena implementação nos sistemas educacionais. As barreiras estruturais, culturais e políticas dificultam a adoção de práticas que promovam o pensamento crítico, a autonomia e a participação ativa dos estudantes. No entanto, ao mesmo tempo, existem possibilidades e estratégias para superar esses obstáculos e tornar a educação mais alinhada aos princípios de Freire e Dewey.

Um dos principais desafios para a implementação da pedagogia crítica é a rigidez do sistema educacional tradicional, que ainda se baseia em currículos engessados e na centralização da autoridade do professor. A cultura da educação bancária, conforme descrita por Freire (1970), ainda persiste em muitas instituições de ensino, onde o aprendizado é tratado como um processo passivo de absorção de conteúdos. Essa abordagem desconsidera a participação ativa dos estudantes e limita sua capacidade de desenvolver um pensamento crítico e reflexivo.

Dewey (1938) já apontava para esse problema ao criticar o ensino mecânico e desconectado da realidade dos alunos. Para ele, a escola deve ser um espaço de experimentação e construção de conhecimento, e não um ambiente de reprodução de informações. Superar essa resistência estrutural exige uma reformulação dos currículos e metodologias, priorizando práticas mais dinâmicas e interativas.

A formação de professores é um fator essencial para a aplicação da pedagogia crítica. Muitos educadores não recebem preparo adequado para atuar com metodologias ativas e acabam reproduzindo práticas tradicionais. Além disso, há desafios na capacitação contínua dos docentes, que precisam ser incentivados a utilizar abordagens baseadas no diálogo, na problematização e na interdisciplinaridade.

Freire (1970) defende que o professor deve ser um mediador do conhecimento, capaz de estimular a autonomia dos alunos e promover debates sobre questões sociais relevantes. No entanto, para isso, ele precisa de suporte institucional, formação teórica sólida e oportunidades para desenvolver práticas inovadoras. Dewey (1938) reforça essa ideia ao afirmar que o docente deve atuar como um facilitador do aprendizado, criando ambientes que estimulem a curiosidade e a experimentação dos estudantes.

As políticas educacionais têm um impacto direto na possibilidade de implementação da pedagogia crítica. Em muitos países, as reformas curriculares enfatizam a padronização das avaliações e o foco em conteúdos conteudistas, o que pode dificultar a adoção de metodologias mais dinâmicas. O excesso de testes padronizados e a pressão por desempenho quantitativo acabam restringindo a liberdade dos professores para desenvolver práticas mais reflexivas e centradas no estudante.

Freire (1970) argumenta que a educação deve ser um processo emancipador, e não um mecanismo de reprodução de desigualdades sociais. No entanto, quando a escola é pressionada a atender apenas metas de desempenho acadêmico, perde-se a oportunidade de trabalhar a formação cidadã e a consciência crítica dos alunos. Para superar essa barreira, é necessário um esforço conjunto entre gestores, educadores e formuladores de políticas para criar diretrizes que valorizem a aprendizagem significativa e participativa.

Outro desafio relevante para a implementação da pedagogia crítica é a desigualdade social. Em muitos contextos, os estudantes enfrentam dificuldades socioeconômicas que impactam seu aprendizado, como a falta de acesso a materiais didáticos, infraestrutura inadequada e limitações tecnológicas. A abordagem freireana enfatiza que a educação deve levar em conta a realidade dos alunos, mas isso exige um compromisso com políticas de inclusão e investimento na melhoria das condições de ensino.

Dewey (1938) também destaca que a educação deve ser acessível a todos, garantindo oportunidades iguais para o desenvolvimento dos estudantes. Isso significa que a pedagogia crítica só pode ser plenamente implementada se houver políticas que garantam equidade no acesso à educação e condições adequadas para que os alunos possam participar ativamente do processo de aprendizagem.

Apesar dos desafios, a pedagogia crítica apresenta inúmeras possibilidades para transformar a educação e torná-la mais significativa para os estudantes. O uso de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, ensino interdisciplinar e debates em sala de aula, são estratégias que podem ser aplicadas para estimular o pensamento crítico e a participação ativa dos alunos.

Freire (1970) sugere que os professores utilizem temas geradores, ou seja, assuntos que emergem da realidade dos estudantes e que podem ser explorados pedagogicamente para promover discussões e reflexões. Essa estratégia permite que o aprendizado seja mais contextualizado e conectado às vivências dos alunos.

Além disso, Dewey (1938) enfatiza que a experimentação e a vivência prática são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento. Dessa forma, aproximar o ensino da realidade dos estudantes por meio de projetos sociais, atividades comunitárias e experiências interdisciplinares pode fortalecer a aprendizagem e torná-la mais engajadora.

A tecnologia também pode ser uma aliada na implementação da pedagogia crítica. Ferramentas digitais permitem ampliar as possibilidades de ensino, facilitando a interação entre alunos e professores, promovendo o acesso a diferentes fontes de conhecimento e estimulando o debate sobre questões contemporâneas.

Freire (1970) enfatiza a importância da leitura do mundo, e as tecnologias digitais podem contribuir para esse processo ao oferecer novos recursos para a análise crítica da realidade. No entanto, é essencial que o uso dessas ferramentas seja feito de forma reflexiva, evitando que a tecnologia se torne apenas um meio de reprodução de conteúdos tradicionais, sem estimular a participação ativa dos alunos.

A transformação da educação não depende apenas dos professores e gestores, mas também do envolvimento da comunidade escolar. A participação de pais, estudantes e agentes locais é essencial para fortalecer um modelo educacional mais democrático e inclusivo. Quando a escola estabelece um diálogo aberto com a comunidade, consegue compreender melhor as necessidades dos alunos e adaptar suas práticas pedagógicas para atender às suas realidades.

Dewey (1938) destaca que a educação deve estar integrada à sociedade, e a interação entre escola e comunidade pode fortalecer esse vínculo. Projetos interdisciplinares, atividades colaborativas e parcerias com organizações sociais são algumas estratégias que podem ser adotadas para garantir que a aprendizagem tenha um impacto real na vida dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia crítica, fundamentada nos pensamentos de Paulo Freire e John Dewey, reafirma a educação como um ato essencialmente político e transformador. Ao longo deste capítulo, discutiu-se como o ensino pode ir além da simples transmissão de conteúdos, tornando-se um instrumento de emancipação dos indivíduos e de fortalecimento da cidadania. A abordagem dialógica de Freire e a ênfase na experiência de Dewey apontam para a necessidade de um ensino que valorize a participação ativa dos alunos, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de intervenção na realidade social.

Os desafios para a implementação da pedagogia crítica são inúmeros, desde a resistência das estruturas educacionais tradicionais até a necessidade de mudanças nas políticas públicas e na formação docente. No entanto, as possibilidades oferecidas por essa abordagem demonstram seu potencial para construir uma educação mais inclusiva, democrática e conectada à vida dos estudantes. Para que essa transformação ocorra, é fundamental o compromisso coletivo de professores, gestores, alunos e comunidades, garantindo que o aprendizado seja uma experiência significativa e voltada para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- DEWEY, John. **Experiência e Educação**. New York: Macmillan, 1938.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Nacional, 1959.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GIROUX, Henry A. **Teoria e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANIZADORES

Weider Silva Pinheiro

Doutor em Business Administration (D.B.A.)
LOGOS University International
Miami, Florida, Estados Unidos
weider@cartoriobruno.not.br

Maurício Aires Vieira

Doutor em Educação
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil
mauriciovieira@unipampa.edu.br

Francisco Jorge Gondim

Mestrando em Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
Fortaleza, Ceará, Brasil
franciscogondim@gmail.com

Tamires Almeida Bezerra

Especialista em Serviço Social
Universidade Anhanguera
Barão de Grajaú, Maranhão, Brasil
tamialmeida10@gmail.com

Mickelle Sousa Santos

Mestra em Psicologia Educacional
UNIFIEO
Valença do Piauí, Piauí, Brasil
mickellesantos@hotmail.com

Euzébio Rodolfo Silva Nunes

Pós-Graduado em Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Educacional
UniCesumar
Valença do Piauí, Piauí, Brasil
euzebion93@gmail.com

Albanísia Teixeira da Costa

Mestra em Ciências Morfofuncionais
Universidade Federal do Ceará- UFC
Fortaleza, Ceará, Brasil
nizatcosta@gmail.com

Luciana Barbosa Corrêa

Mestra em Química Analítica

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

São Luís, Maranhão, Brasil

luciana.bc@ufma.br

Allyson Francisco dos Santos

Mestre em Ensino de Biologia

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Salgueiro, Pernambuco, Brasil

allysons@outlook.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso, [54](#)
aprendizagem ativa, [8](#)
aprendizagem cooperativa, [70](#)
avaliação formativa, [23](#)

C

colaboração, [70](#)
conscientização, [102](#)

E

emoções, [8](#)
ensino inclusivo, [39](#)
ensino multissensorial, [85](#)
equidade educacional, [54](#), [85](#)
experiência, [102](#)

F

feedback contínuo, [23](#)

H

habilidades socioemocionais, [23](#)
humanização, [39](#)

I

inclusão, [85](#)
interação, [70](#)

L

legislação educacional, [54](#)

M

mediação, [39](#)

N

neurodiversidade, [85](#)

P

pedagogia crítica, [102](#)
pensamento crítico, [70](#)
plasticidade cerebral, [8](#)
políticas públicas, [54](#)

Q

qualidade, [54](#)

T

tecnologia, [39](#)
transformação social, [102](#)



ISBN: 978-6-58992-892-8



9 786589 928928